EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO

A UNIÃO

Patrimônio da Paraíba

Ano CXXXI Número 071 | R$ 2,50

João Pessoa, Paraíba - QUARTA-FEIRA, 24 de abril de 2024

Fundado em 2 de fevereiro de 1893 no governo de Álvaro Machado

auniao.pb.gov.br | @jornalauniao

PERÍODO DE CHUVAS

Defesa Civil intensifica ações para monitorar áreas de risco

Na capital, famílias já estão sendo removidas; em Campina Grande, são 32 locais sujeitos a inundações. *Página 5*

Foto: Evandro Pereira

Foto: Júlio Cézar Peres

Em João Pessoa, uma das 27 áreas de risco é a comunidade Santa Clara, na barreira do Castelo Branco (E); em Campina Grande, população ribeirinha do Riacho das Piabas vive expectativa de alagamentos (D)

■ "Eu gostaria de poder mudar de tema. Não falar dos quase sete meses de terror e genocídio em Gaza, na Palestina. Mas a cada semana, a cada dia, na verdade, a situação se torna, incrivelmente, ainda pior".

Maurício Melo

Página 2

■ "Estamos tendo a oportunidade de ver e ouvir sobre a vida e obra de Ariano Suassuna. A exposição imersiva é uma oportunidade rara de revermos ou conhecermos esse paraibano que tão bem traduziu nossa cultura".

Vitória Lima

Página 10

■ "Não se pode simplesmente ignorar as denúncias do dirigente botafoguense [sobre manipulação de resultados], John Textor, no Senado, porque o nosso futebol, pelo visto, está sangrando".

Geraldo Varela

Página 22

Vapes serão apreendidos em todo o estado, decide Agevisa

Órgãos de inspeção sanitária já podem cumprir, imediatamente, a recomendação da Anvisa.

Página 8

Paraibano será o novo presidente do STJ

Herman Benjamin foi eleito, ontem, para dirigir a Corte no período de 2024 a 2026. Posse será em agosto.

Página 14

Foto: Gustavo Lima/STJ

Ramalho Leite lança, amanhã, novo livro

Pequenas Histórias para Quem Tem Preguiça de Ler as Grandes faz apanhado da história do Brasil em minitextos.

Página 9

PGR denuncia Carla Zambelli e Walter Delgatti

Deputada e *hacker* são suspeitos no caso da invasão dos sistemas do CNJ. Acusação foi apresentada, ontem, ao STF.

Página 15

Auditora do TCE-PB é a nova coordenadora do Focco

Crystiane Mariz Maia ficará à frente do Fórum Paraibano de Combate à Corrupção no biênio 2024-2025.

Página 13

Governo ampliará incentivo locacional para empresa contratar mais

Autorização foi dada, ontem, durante visita de João Azevêdo à AeC. O incentivo é uma concessão de área a preço subsidiado. Empresa já emprega quase 17 mil paraibanos.

Foto: José Marques/Secom-PB

Página 13

Paraibanos cultuam superstições familiares

Psiquiatra Charlles Lucena, no entanto, adverte que excessos podem desencadear prejuízos e ansiedade.

Página 25

Editorial

O pesadelo migratório

Os oceanos sempre foram palcos de muitas histórias. Aventuras alegres e tristes. Dramáticas, também. Como as travessias de migrantes em busca de melhores condições de vida fora de seus países de origem, viagens que muitas vezes acabam em mortes por fome, desidratação ou afogamento. Nesta semana, por exemplo, várias pessoas morreram na tentativa de chegar ao Reino Unido, cruzando o Canal da Mancha.

São muitos os inimigos dos migrantes pobres. Os mares revoltos são obstáculos perigosos e, em algumas áreas, fatais, assim como os barcos precários. Mas há também os "coiotes dos mares", gente desonesta que se aproveita do desespero de seus semelhantes para lhes roubar o dinheiro, com a falsa promessa de deixá-los nas praias dos tão sonhados paraísos. As leis de controle de imigração também torturam os aventureiros.

Somente no ano passado, de acordo com dados da Organização Internacional para Migrações (OIM), mais de 8.500 pessoas perderam a vida em rotas migratórias globais. Sim, porque não são apenas os oceanos que devoram vidas humanas; muitos são despojados do bem mais precioso em caminhos de terra, basta lembrar os grandes contingentes das outras Américas que tentam a todo custo entrar nos Estados Unidos.

As dificuldades que muitos governos colocam, no sentido de impedir a entrada de migrantes em seus territórios, vão ceifando vidas ao longo do tempo. Para driblar a fiscalização, milhares de pessoas optam por rotas irregulares, de condições inseguras. Os resultados todos já conhecem: as tragédias sucedem-se, em maior ou menor escala, alimentando, com narrativas assustadoras, o noticiário internacional.

Uma das rotas migratórias consideradas de maior periculosidade é a travessia do Mar Mediterrâneo. No ano passado, mais de 3 mil pessoas perderam a vida naquele trajeto marítimo, além de centenas de desaparecidos. Não é doce morrer no mar, muito menos em condições tão desesperadoras. Famílias inteiras são tragadas pelas ondas e submergem para nunca mais serem vistas por parentes e amigos.

A questão da migração internacional não é de simples resolução, mas não pode continuar sendo uma tragédia humanitária. Em primeiro lugar, as pessoas precisam ter mais oportunidades em seus próprios países, para não desejarem abandonar a terra natal. E quando decidirem apostar em outros lugares para viver, não podem ter a morte à espreita, como rigoroso fiscal de uma estranha alfândega de traspassamento.

Artigo

Emerson Barros de Aguiar
Colaboração

A sustentabilidade ética

A expressão "sustentabilidade" tem suas raízes na década de 1970, surgindo a partir do relatório "Os Limites do Crescimento", encomendado pelo Clube de Roma e publicado em 1972. O conceito foi popularizado em 1987 pelo Relatório Brundtland, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que o definiu como sendo o "desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades".

Embora o termo seja usado no contexto das questões ambientais, podemos relacioná-lo ao problema da sustentabilidade moral das ações humanas, que envolve agir de acordo com princípios morais e éticos, em respeito aos direitos e à dignidade das pessoas, promovendo a justiça, a equidade e a integridade em todas as interações e decisões. Neste sentido, uma conduta ética individual pode ser considerada "sustentável" quando inclui honestidade, justiça, respeito e compaixão em todas as interações sociais, contribuindo para a construção de um convívio mais responsável, concentrando-se no aspecto ético das ações humanas, e buscando cultivar uma cultura de valores edificantes e comportamentos moralmente viáveis em todas as esferas da vida.

No diálogo Górgias, de Platão, Sócrates sustenta que é preferível sofrer do que praticar uma injustiça. A sua preocupação está em estabelecer um parâmetro de comportamento individual que seja socialmente "sustentável" quando reproduzido por todos, uma vez que a prática da justiça contribui para o bem-estar e harmonia na comunidade. Segundo esse raciocínio, ao agir de maneira justa e aceitar sofrer injustiças, as pessoas promovem um ambiente pacífico, de cooperação e confiança mútua, beneficiando a sociedade como um todo.

A preocupação socrática com uma "medida de ação" se refere à identificação de um princípio ou padrão ético que possa guiar as escolhas e comportamentos de uma pessoa. Refere-se ao critério pelo qual alguém decide o que é certo ou errado em uma determinada situação, buscando o conhecimento sobre o bem e a virtude, a fim de agir em conformidade com eles. Em outras palavras, é a medida pela qual uma pessoa avalia suas próprias ações em relação aos ideais de justiça, sabedoria e virtude.

O argumento socrático também busca resguardar a integridade moral do indivíduo, pois, ao praticar uma injustiça, a pessoa se desviaria do caminho da virtude e da justiça, prejudicando sua própria alma. Por outro lado, apenas sofrendo uma injustiça, o indivíduo mantém sua integridade moral e permanece em conformidade com os princípios éticos.

Outra razão que pode ser evocada é que aqueles que praticam injustiças passam a carregar o peso da culpa e da vergonha, o que afeta negativamente a sua autoestima e paz de espírito. Os que sofrem injustiças podem encontrar consolo na consciência limpa de que agiram corretamente, mantendo, assim, uma autoestima elevada e uma mente tranquila.

Os que são conhecidos por praticar injustiças perdem o respeito e a admiração dos outros, diferentemente daqueles que sofrem injustiças, que angariam respeito e simpatia por sua capacidade de suportar adversidades com dignidade e retidão moral.

Para Sócrates, os justos são sempre recompensados e os injustos, punidos, pois inevitavelmente enfrentarão consequências negativas dos seus maus atos no futuro.

O argumento socrático também busca resguardar a integridade moral do indivíduo

Emerson Barros de Aguiar

Foto Legenda

Julio Cezar Peres

Uma cena para refletir

Artigo

Maurício Melo
mmelo.jornalista@gmail.com | Colaborador

Ainda Gaza

Eu gostaria de poder mudar de tema. Não falar dos quase sete meses de terror e genocídio em Gaza, na Palestina. Mas a cada semana, a cada dia, na verdade, a situação se torna, incrivelmente, ainda pior. E, para além disso, o que me obriga a abordar esse massacre reiteradamente é justamente o vácuo proposital deixado pela mídia ocidental e, não diferente, da brasileira.

O fato de a grande mídia televisiva brasileira não abordar o assunto com a mesma frequência com que os grandes fatos ou tragédias orientais se apresentam já é um problema em si. Mas a descontextualização e a cobertura maliciosa tornam tudo pior.

Digo maliciosa porque muitas vezes ignora fatos e deixa de fazer contextualizações que seriam vexatórias ou trariam constrangimento ao estado opressor e colonizador, que, infelizmente, é dono da narrativa no Norte Global. Perguntas que normalmente seriam feitas em outros contextos, ponderações óbvias tidas e até conclusões inevitáveis seriam expostas.

Nesta semana, a emissora de TV Al Jazeera, que já teve jornalistas assassinados pelo estado sionista, um prédio bombardeado e demolido em Gaza e seu corpo editorial censurado e atacado, noticiou (apesar de tudo isso) que equipes da Defesa Civil de Gaza descobriram uma vala no Complexo Médico Nasser, no último sábado, com mais de 180 corpos.

Esse complexo fica na cidade de Khan Yunis, no sul de Gaza, e era o local onde o exército colonizador de Israel realizou incursões por alguns dias. Na vala, descoberta depois da saída das tropas, foram achados os corpos de homens jovens, crianças e idosas. Alguns nus, sugerindo que tenham sido torturados, outros com pés e braços presos, o que indica que foram executados.

No início do mês, quase 400 corpos já haviam sido recuperados perto do maior hospital de Gaza, o Al-Shifa, depois que militares israelenses deixaram o local. Uma missão liderada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), localizada nas proximidades do hospital, chegou a ajudar na operação.

Como não lembrar das imagens disponíveis no museu do holocausto, na Alemanha, ou das imagens de Auschwitz, na Polônia? Centenas de corpos nus, de uma magreza cadavérica, empilhados num grande buraco uns por cima dos outros e, fora da vala, militares nazistas executando judeus rendidos já no fim da Segunda Guerra Mundial.

Depois da divulgação das informações sobre a vala no hospital palestino e das terríveis conclusões a que podemos chegar, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, prometeu providências: proibir a Al Jazeera de ser exibida no país.

O fim da divulgação das informações do genocídio em Gaza é tudo que os sionistas mais desejam. Os dados são, realmente, alarmantes. Lá, em média, uma criança é morta a cada dez minutos, segundo a assessoria de imprensa da Organização das Nações Unidas para a Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA).

A entidade informou ainda, no último domingo, que a cada dia, são assassinadas 67 mulheres, dentre as quais 37 mães, conforme dados da ONU. Já se contabilizam cerca de 18 mil órfãos que perderam tudo. Os desaparecidos são dezenas de milhares. Infelizmente muitas valas ainda devem ser descobertas nos próximos dias. O genocídio de palestinos não para.

> **Como não lembrar das imagens disponíveis no museu do holocausto, na Alemanha, ou das imagens de Auschwitz, na Polônia?**
>
> Maurício Melo

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO
Uma publicação da EPC
Av. Chesf, 451 - CEP 58.082-010 Distrito Industrial - João Pessoa/PB

Gisa Veiga
GERENTE EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (083) 3218-6500 / ASSINATURA-CIRCULAÇÃO: 3218-6518 / 99117-7042
Comercial: 3218-6544 / 3218-6526 / REDAÇÃO: 3218-6539 / 3218-6509

E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (Assinaturas)

ASSINATURAS: Anual ..... R$350,00 / Semestral ..... R$175,00 / Número Atrasado ..... R$3,00

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br

OUVIDORIA: 99143-6762

DOENÇAS INTRAUTERINAS

Hospital Edson Ramalho amplia atendimento em JP

Procedimento de histeroscopia já é realizado na unidade de saúde estadual

Foto: Secom-PB

A histeroscopia é realizada em bloco cirúrgico para verificar o tipo de patologia ou lesão

O Hospital do Servidor General Edson Ramalho (HSGER) ampliou seu rol de atendimentos com a realização do procedimento de histeroscopia para diagnóstico de patologias intrauterinas. A unidade hospitalar, pertencente à rede de saúde do Governo da Paraíba e gerenciada pela Fundação Paraibana de Gestão em Saúde (PB Saúde), disponibiliza o método, que também pode ser cirúrgico, dentro das atividades do programa Opera Paraíba. A partir de sua realização, é possível fazer biópsia e diagnosticar doenças, como câncer de endométrio.

A médica ginecologista e obstetra Ana Elisabete Dutra explicou que a histeroscopia é realizada em bloco cirúrgico para avaliar a cavidade endometrial e verificar o tipo de patologia ou lesão, a exemplo de pólipo ou sinéquia uterina. Outras indicações para sua realização referem-se à suspeita de má-formação uterina, mioma, neoplasia ou hiperplasia endometrial.

"Pacientes com sangramento uterino aumentado ou que têm exame de imagem, como ultrassom transvaginal ou ressonância magnética que indicam suspeita de pólipo endometrial ou mioma submucoso, devem fazer o procedimento. Em alguns casos, já conseguimos realizar o tratamento imediatamente. Se é um pólipo pequeno, já retiramos com a pinça histeroscópica. É um exame que, em alguns casos, já permite a retirada da lesão", explicou a médica.

A cabeleireira Joseclaudia da Silva, de 40 anos, e residente na cidade do Conde, foi submetida ao procedimento no HSGER. Ela contou que sofreu com hemorragia durante a menstruação, ficando anêmica. Ao suspeitar de mioma, fez exames de sangue e ultrassom transvaginal, que detectou um pólipo no útero.

> **Todos me deixaram bem à vontade, inclusive no bloco cirúrgico, antes do procedimento. Nota 10 para a equipe**
>
> Joseclaudia da Silva

"Fui encaminhada a um ginecologista-cirurgião, que me sugeriu a histeroscopia. Ele explicou o procedimento e fui encaminhada ao Edson Ramalho. Durante o procedimento, a médica verificou que, em vez de um, havia vários pólipos que não apareciam no ultrassom. Ela retirou todos e enviou para análise", relatou Joseclaudia da Silva.

Apesar de não precisar de internação, Joseclaudia da Silva comentou que foi muito bem tratada por todos que a atenderam nas poucas horas em que esteve no HSGER. "Todos me deixaram bem à vontade, inclusive no bloco cirúrgico, antes do procedimento. Nota 10 para a equipe", avaliou.

De acordo com Ana Elisabete Dutra, o procedimento é minimamente invasivo, sem cortes, sendo realizado pela vagina, através do orifício do colo do útero. A paciente é sedada, o que torna a histeroscopia quase indolor, sendo necessário o afastamento das atividades laborais por apenas um dia.

O acesso ao serviço é por meio das Unidades de Saúde da Família de cada município, com encaminhamento da Regulação.

A unidade hospitalar já oferta mais de 30 procedimentos cirúrgicos pelo programa Opera Paraíba.

OPERA PARAÍBA

Programa ganha destaque em evento nacional do SUS pelo grau de satisfação dos usuários

O Programa Opera Paraíba, ação do Governo do Estado que facilita o acesso da população aos procedimentos cirúrgicos, está ganhando destaque na 1ª Mostra Nacional de Experiências Exitosas em Auditoria do SUS, que ocorre dentro do Encontro Nacional dos Auditores (Enaud) do Sistema Nacional de Auditoria 2024, em Brasília (DF). O programa paraibano, executado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), foi selecionado mediante concurso promovido pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DenaSUS), que atestou o grau de satisfação - com um alcance de 98% - dos seus usuários. O evento começou na última segunda-feira (23) e vai até amanhã.

O programa Opera Paraíba foi instituído com o propósito de reduzir a fila de espera histórica que existia na Paraíba das pessoas que precisavam de algum tipo de cirurgia. Sensível com essa situação, a gestão estadual do SUS pensou na melhor solução e ampliou a assistência para todo território paraibano, sendo o Estado que mais investe na atenção e assistência, com serviços próprios. Nesse contexto, o impacto na vida dos paraibanos foi constatado com a redução das filas de espera, mudança na rotina das pessoas e melhor qualidade de vida.

A equipe da SES na 1ª Mostra Nacional de Experiências Exitosas em Auditoria do SUS é representada por três técnicos que estão no evento para discutir temas relevantes ao processo de trabalho em auditoria e apresentação das experiências exitosas selecionadas no concurso. Destaca-se que o trabalho selecionado segue com a proposta de apoio e respostas à gestão e aos usuários, com o propósito de contribuir para a qualidade da atenção disponibilizada à população da Paraíba, por meio do Opera Paraíba, como iniciativa inovadora e revolucionária de assistência à saúde promovida pela SES.

Avaliação em todas as unidades da rede estadual

A auditoria realizada pela SES detectou que 98% dos usuários entrevistados, seja nos hospitais (beira-leito, pós-cirurgia, por ocasião da alta hospitalar), residências (pós-cirurgia), presencialmente ou por meio de chamadas telefônicas, estão satisfeitos com o atendimento. O trabalho selecionado para a mostra recebeu o título "Contribuição da equipe de Auditoria da SES/PB no processo de organização, programação, execução e monitoramento das ações para redução das filas de cirurgias eletivas no estado da Paraíba".

A Gerência Operacional de Auditoria (GOAUD) do SUS na Paraíba recebeu a missão de executar esse acompanhamento conduzido pela Gerência Executiva de Regulação e Avaliação da Assistência (GERAV) e iniciou uma verificação junto aos usuários atendidos para identificar a visão que eles têm do programa.

De acordo com a coordenadora da Gerência Operacional de Auditoria, Maria do Desterro Catão, a avaliação alcançou todas as unidades da rede estadual e, a partir dos consolidados semanais, foi possível obter quase a totalidade dos usuários satisfeitos. "O Opera Paraíba é exemplo, é resposta, é gestão com resultados. Estamos representando a SES no evento com muito orgulho e coração grato por saber que nosso trabalho tem reconhecimento merecido e que estamos contribuindo para gestão do SUS no nosso estado", explicou.

UN Informe
Da Redação

MINISTRA DA MULHER LANÇA CAMPANHA BRASIL SEM MISOGINIA NA ASSEMBLEIA DA PARAÍBA

A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, se encontra, amanhã, com o governador João Azevêdo e participa da audiência pública com o tema "Brasil sem Misoginia", na Assembleia Legislativa, a partir das 14h30. A campanha tem como objetivo mobilizar os mais diversos setores da sociedade para o combate ao ódio e à discriminação e violência contra a mulher. A ministra também estará presente no Fórum de Gestoras Municipais da Paraíba. Na sexta-feira, Cida Gonçalves tem um encontro com mulheres marisqueiras e pescadoras dos municípios de Cabedelo, Pitimbu, Bayeux e Santa Rita. Para a deputada Doutora Paula, propositora da audiência pública e também Secretária da Mulher da ALPB, a sessão especial será de extrema relevância para dar visibilidade à campanha e sensibilizar a população para a importância desse tema. "Vemos que a violência contra as mulheres aumenta a cada dia e precisamos dar um basta. A presença da ministra na nossa Assembleia será importante para alcançarmos o maior número de parceiros no enfrentamento contra essa violência", disse. Levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) aponta que ao menos 10.655 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, entre os anos de 2015 e 2023. Segundo o relatório, o número de feminicídios no país cresceu 1,4% entre 2022 e 2023 e atingiu a marca de 1.463 vítimas no ano passado, indicando que mais de quatro mulheres foram vitimadas a cada dia.

Foto: Lula Marques/Agência Brasil

GAFE EM REQUERIMENTO

O deputado Michel Henrique cometeu uma gafe, ontem, ao apresentar requerimento de voto de congratulações ao município de Cajazeiras "pela comemoração do seu aniversário de 27 anos de emancipação política no dia 29 de abril de 2024". Na verdade, Cajazeiras vai comemorar 161 anos de emancipação em agosto. Um jornalista cajazeirense avisou ao deputado sobre a gafe e o requerimento foi retirado de pauta.

INFORMAÇÃO DA SAÚDE

O Ministério da Saúde e o Google fecharam uma parceria com o objetivo de aprimorar o acesso às informações oficiais sobre as Unidades Básicas de Saúde (UBS) em todo o país. Como resultado, a localização, os contatos, os horários de funcionamento e o calendário de vacinação das unidades estarão disponíveis de forma simples e facilitada. A Paraíba conta atualmente com 1,5 mil UBS e postos de saúde.

PROTEÇÃO AOS IMIGRANTES

A Assembleia Legislativa aprovou, ontem, projeto do deputado Adriano Galdino que estabelece a política estadual para a população de migrantes, refugiados, apátridas e retornados. De acordo com Galdino, o objetivo é garantir direitos fundamentais e promover a integração dessas populações, considerando as suas necessidades e especificidades, independentemente de seu status migratório e documental.

EDITAL PRORROGADO

A Sudene ampliou o prazo de inscrição de projetos no edital Inova Mulher. Agora, a submissão de propostas se encerra no dia 7 de maio. O Inova Mulher é uma iniciativa para fortalecer a participação feminina no ambiente de negócios da área da autarquia. Lançado em março, o edital seleciona iniciativas lideradas por mulheres para promover o desenvolvimento regional.

SEMINÁRIO DE OUVIDORIAS

A Controladoria-Geral da União (CGU), a Ouvidoria-Geral do Estado da Paraíba e demais instituições apoiadoras promovem a 1ª edição do Seminário Nacional de Ouvidoria de 2024. O evento será realizado nos dias 4 e 5 de junho, em João Pessoa, no Tribunal de Contas do Estado, com o objetivo de reunir ouvidoras e ouvidores de todos os entes federativos e poderes para a difusão de conhecimentos e troca de experiências.

ESTÁGIO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Estão abertas as inscrições para o Processo Seletivo destinado a estudantes de Pós-Graduação interessados em participar do Programa de Estágio Remunerado do Tribunal de Justiça da Paraíba. Os candidatos devem acessar o site do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) até 8 de maio. A jornada do estágio será desenvolvida na modalidade presencial e com carga horária de seis horas diárias e 30 semanais.

ACREDITA

PB: Programa deve beneficiar 301 mil

Iniciativa do Governo Federal é para criar condições de ampliar o acesso ao crédito para MEIs, micro e pequenas empresas

A Paraíba tem atualmente 301 mil Microempreendedores Individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte que podem se beneficiar do Programa Acredita, lançado na segunda-feira (22) pelo Governo Federal. Entre as metas da iniciativa, estão criar condições para ampliar o acesso a crédito, renegociar dívidas e garantir mais apoio a esses três setores da economia.

"Nós estamos criando as condições para que, independentemente da quantidade, da origem social, do tamanho dos negócios, as pessoas tenham o direito de ter acesso ao sistema financeiro e pegar um crédito", ressalta Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República.

"Não tem nada mais imprescindível para uma sociedade, qualquer que seja ela, se desenvolver, se ela não tiver condições de ter oportunidade e se não tiver crédito", afirmou o presidente Lula, durante o evento de lançamento do programa, no Palácio do Planalto.

Em todo o país, são mais de 15,6 milhões de MEIs, dos quais 206,9 mil estão registrados na Paraíba. Desse universo paraibano, 117 mil são comandados por homens (56,6%) e 89,8 mil (43,4%) por mulheres.

O estado também demonstra potencial no setor das microempresas, com 81,4 mil unidades desse tipo de negócio entre os mais de 6,69 milhões registrados no Brasil.

Por último, o setor de empresas de pequeno porte na Paraíba tem hoje 12.635 registros entre os mais de 1,21 milhão em todo o país que poderão ampliar o acesso a crédito por meio do Acredita.

O Cadastro Único tem atualmente, em todo o país, cerca de 95 milhões de pessoas. Entre janeiro de 2018 e junho de 2022, apenas um milhão de famílias inscritas no CadÚnico tiveram acesso ao microcrédito produtivo.

Foto: Ortilo Antônio

Itens vendidos no bazar foram doados pela Receita Federal, que reuniu os objetos após diversas apreensões de produtos importados ilegalmente

NO HOSPITAL NAPOLEÃO LAUREANO

Bazar Solidário vende produtos mais baratos em JP

João Pedro Ramalho
joaopramalho@gmail.com

Telefones celulares, equipamentos de odontologia, relógios e peças de vestuário, entre outros produtos, compõem um acervo de mais de mil itens que estão à venda no Bazar Solidário HNL, realizado na recepção principal do Hospital Napoleão Laureano (HNL), em João Pessoa. A expectativa da instituição é arrecadar mais de R$ 800 mil com as vendas. Esse valor será revertido integralmente para diversas ações como compras de medicamentos e pagamento dos custos operacionais do hospital, que é referência no tratamento de câncer na Paraíba e atende usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os objetos são comercializados pela metade do preço de mercado e a iniciativa deve durar até o fim do estoque, funcionando de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. O pagamento pode ser feito somente via PIX ou cartão de crédito. De acordo com o diretor administrativo e financeiro do Napoleão Laureano, Afro Rocha de Carvalho, os recursos arrecadados serão empregados, por exemplo, na compra de camas hospitalares, manutenção de equipamentos e pagamento de despesas diversas, como contas de energia.

Os itens vendidos no bazar foram doados pela Receita Federal, que reuniu os objetos após diversas apreensões de produtos importados ilegalmente. É a primeira vez que uma iniciativa como essa beneficia o HNL, o que é comemorado pelo diretor administrativo e financeiro da instituição. "O Laureano é um instituto filantrópico que vive de doações e de emendas, que servem para a gente cobrir o déficit do SUS. Por exemplo, a gente recebe R$ 0,50 a cada R$ 1 que gasta. E esse bazar ajuda justamente no tratamento das pessoas carentes acometidas de câncer", explica Afro.

Rosângela Gomes da Silva é natural de Araçagi, na Região Metropolitana de Guarabira, e, há seis meses, trata um linfoma no HNL. Ela aproveitou o bazar para adquirir um fone de ouvido e uma garrafa térmica. "Para mim, é uma boa oportunidade de comprar mais barato. E é importante saber que vai ajudar no nosso tratamento", declarou a paciente.

Já o enfermeiro e corretor de imóveis pessoense, Hudson Oliveira, soube da iniciativa por meio das redes sociais do HNL. Ele comprou perfumes importados e também convidou amigos a prestigiarem o bazar. Para o profissional da saúde, contribuir com a iniciativa, por meio da compra dos produtos, é uma ação humanitária. "É importante ter um olhar de humanidade para as pessoas que realmente precisam de ajuda. E a gente sabe que as máquinas do hospital são caras e o processo de tratamento é caro também, então isso vai trazer um benefício para a população", afirmou.

Outro cliente do bazar foi o vendedor Igor Abrantes, de João Pessoa. Ele ressaltou a vantagem financeira que o empreendimento traz para os consumidores. "Se a gente for comparar os preços em que atualmente se encontram esses produtos no mercado, sai muito na vantagem. Então, comprar um produto de qualidade nesses valores, e com uma causa nobre, é ainda melhor", celebrou.

Horário

Os objetos são comercializados pela metade do preço de mercado e a iniciativa deve durar até o fim do estoque, funcionando de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

EM CAMPINA GRANDE

Governo conquista Selo Casa Azul em residencial

O Governo da Paraíba, por meio da Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba (Cehap), em parceria com a Wanderley Construções, alcançou destaque com o Residencial Aura do Cruzeiro, em Campina Grande, e conquistou o Selo Casa Azul, um importante mecanismo de classificação dos empreendimentos habitacionais construídos por meio da Caixa Econômica Federal.

Esse instrumento é ofertado aos empreendimentos habitacionais que mais adotem soluções eficientes e de qualidade na obra e infraestrutura do espaço.

Ele analisa e classifica as melhores práticas para uma habitação mais sustentável, e esta é a primeira vez, desde que o Selo foi criado, em 2009, que uma obra do Governo da Paraíba atinge esse reconhecimento.

O projeto premiado contará com alguns diferenciais, como instalação de painéis solares para gerar energia limpa para o uso comum, dispositivos que economizarão água em todas as torneiras, reaproveitamento da água da chuva, amplo terreno com jardins e áreas verdes, entre outros.

Além disso, a construção também possui elementos de destaque, como a contratação de pessoas da região para trabalhar no projeto e o treinamento para que os trabalhadores da obra realizem o trabalho com excelência.

O Residencial Aura do Cruzeiro está sendo construído por meio do Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1,5 na modalidade de financiamento habitacional. É constituído de apartamentos de dois quartos com área de lazer completa, piscina, churrasqueiras *gourmet*, salão de festas, miniquadra poliesportiva, academia, salão de jogos, espaço *pet* e muito mais.

As 176 unidades já foram selecionadas, e a previsão de entrega é para o próximo mês de junho.

OPERADORA VIAGENS PROMO

Agentes conhecem os atrativos turísticos da PB

Um grupo de 10 agentes de viagens da Operadora Viagens Promo está na Paraíba até a próxima sexta-feira para conhecer os atrativos turísticos do Litoral, bem como a infraestrutura hoteleira e os restaurantes locais.

Essa iniciativa conta com o apoio do Governo da Paraíba, por meio da Empresa Paraibana de Turismo (PBTur) e da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico (Setde), além da parceria com a Rede Nord Hotéis e a Luck Receptivo. Segundo Ferdinando Lucena, presidente da PBTur, esse *famtour* oferece aos agentes de viagens a oportunidade de conhecer os atrativos turísticos por meio de visitas técnicas. "Essa experiência não apenas permite que eles conheçam os produtos e serviços turísticos de um destino, mas também faz toda a diferença na elaboração dos pacotes turísticos", comenta.

Durante a estadia, os agentes terão a chance de apreciar as belezas das piscinas naturais, as praias urbanas de João Pessoa, a ilha de Areia Vermelha e vivenciar o entardecer na Praia do Jacaré, ao som do Bolero de Ravel, em Cabedelo. Além disso, poderão desfrutar das praias do litoral sul, como Tambaba e Coqueirinho.

De acordo com Rosália Lucas, secretária de Turismo e Desenvolvimento Econômico, essas ações em parceria com operadoras de turismo contribuem para aumentar ainda mais a expectativa de fluxo de turistas na Paraíba. "Nosso estado possui regiões e atrativos extremamente preparados para receber visitantes, e essa é uma excelente oportunidade para a operadora promover o destino", ressalta.

COM TETO DE R$ 15 BILHÕES

Câmara aprova programa para o setor de eventos

Agência Brasil

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto de lei que restringiu a R$ 15 bilhões a renúncia fiscal do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Serviços (Perse), de incentivo ao setor de eventos, até dezembro de 2026.

A proposta reduziu ainda de 44 para 30 as atividades beneficiadas pelo programa. O texto segue para votação no Senado. A aprovação ocorre após consenso firmado entre deputados federais e o Governo Federal.

Em entrevista à imprensa na segunda-feira (22), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que houve acordo sobre os pontos principais do projeto de lei do Perse: a limitação da renúncia fiscal em R$ 15 bilhões até 2026 e um pente-fino na habilitação das empresas a receberem o benefício. O Perse foi criado para socorrer empresas do setor de eventos afetadas pela pandemia de Covid-19.

A versão original do projeto, de autoria dos deputados José Guimarães (PT-CE) e Odair Cunha (PT-MG), previa redução dos benefícios tributários, chegando à extinção a partir de 2027.

Os deputados federais aprovaram o substitutivo da deputada Renata Abreu (Pode-SP), que estabelece acompanhamento bimestral da Receita Federal da isenção fiscal dos tributos listados no programa (IRPJ, CSLL, PIS e Cofins). Os relatórios devem apresentar os valores pagos pelas empresas beneficiadas.

Para a deputada, o acordo com o governo foi "necessário para não termos prejuízo ou insegurança jurídica".

Foto: Evandro Pereira

Defesa Civil de João Pessoa acompanha a situação das áreas de risco durante todo o ano, mas, no período chuvoso, a atenção aumenta. Entre as ações realizadas está a de desassoreamento de rios

COM AS CHUVAS

Áreas de risco recebem mais atenção

Com o registro das primeiras chuvas, equipe da Defesa Civil intensifica monitoramento em alguns pontos da capital

Daniel Abath
abathjornalista@gmail.com

Com os registros das primeiras chuvas do ano, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de João Pessoa (Compdec-JP) tem intensificado as ações de monitoramento das 27 áreas de risco da capital paraibana. De acordo com a assessoria de imprensa do órgão, um relatório da Defesa Civil de 2021 apontou que existem cerca de 21 mil pessoas morando nesses locais. Essas áreas estão espalhadas por diversos bairros, mas existem pontos que necessitam de mais atenção, como o Alto do Mateus e o bairro São José.

O secretário da Defesa Civil de João Pessoa, Jailton Gomes, explicou que o trabalho de assistência a esses pontos é realizado pelo órgão durante todo o ano. "A gente faz o acompanhamento de todas as áreas, independentemente de ser um período de chuvas ou não", explicou.

A equipe da Defesa Civil também executa o desassoreamento de rios na cidade, ou seja, o processo de remoção de sedimentos e materiais do fundo dos rios e lagos. "O assoreamento dos rios é muito rápido. Como tem muita vegetação, além dos dejetos das residências, que acabam indo parar nos rios, o acúmulo dessa vegetação faz subir a água rapidamente. Por isso, tem que fazer o desassoreamento diante do período de chuvas", completou Jailton.

Equipamentos

Jailton Gomes afirmou que há previsão da chegada de equipamentos destinados ao gerenciamento de riscos para identificar situações como a presença de deslocamento de massa em uma determinada área; a elevação do nível do rio ou o volume pluviométrico em uma área, melhorando o controle do nível do rio. "Hoje temos praticamente um controle a olho nu. Se chove, ou está no período de chuva, e a gente percebe que a maré está alta, então a gente vai até lá para ver como está: se está próximo de transbordar ou não", acrescentou Jailton.

O último registro de transbordamento de rios em João Pessoa ocorreu em março de 2021, no bairro São José. A Defesa Civil orienta à população mais vulnerável - aquelas ribeirinhas ou que moram mais próximo de barreiras - que, ao observar qualquer movimentação de massa nas barreiras ou nível do rio acima do normal, saia imediatamente do local. O próximo passo é entrar em contato com a Defesa Civil para que possa ser feita uma vistoria no local. A Defesa Civil oferece atendimento 24 horas por meio dos números 199 (Central) e 98831-6885 (Centro de Operações), e também pelo aplicativo "João Pessoa na palma da mão", disponível para android e iOS.

Moradores são transferidos para conjuntos habitacionais

Na capital paraibana, conjuntos habitacionais estão sendo construídos para remover a população das áreas de risco, como é o caso da comunidade Santa Clara, localizada na barreira do Castelo Branco, no km 19 da BR-230. Antigos moradores estão sendo transferidos para um conjunto residencial próximo à Avenida Beira Rio.

A dona de casa Severina Ramos, que mora em cima da barreira há mais de 30 anos, afirmou que o local sempre foi muito impactado com as chuvas, mas a situação melhorou, consideravelmente, após a construção de uma galeria pluvial no local. "Era muita água, o povo ficava muito assustado. Muitas casas foram retiradas daqui por conta desse problema". Severina lembra que nunca chegou a ver qualquer acidente grave na área, apesar de algumas residências terem apresentado graves rachaduras devido às condições do terreno.

Contatos

Em caso de alguma ocorrência na comunidade, população pode acionar equipe da Defesa Civil pelos números 199 e o 98831-6885

Queimadas

Registros de queimada no km 19 da BR-230 foram vistos pela comunidade recentemente. Uma delas foi dona Severina que declarou ter presenciado também pessoas fardadas no momento da queimada. A assessoria de imprensa da Defesa Civil informou que, quando o órgão é informado pela comunidade sobre as queimadas, ou quando a própria equipe da Defesa Civil observa esses eventos em diligência, procede às ações de contenção e prevenção cabíveis. Informada sobre o acontecido por nossa equipe, a assessoria comunicou que fará uma visita ao local nos próximos dias.

Em CG, Distrito dos Mecânicos é um dos locais que mais alaga

Maria Beatriz Oliveira
obeatriz394@gmail.com

Após as fortes chuvas que atingiram Campina Grande no início deste mês, a Defesa Civil do município divulgou que há 32 áreas de risco propensas a alagamentos na cidade. De acordo com o Sargento Régis Cavalcante, coordenador do órgão na Rainha da Borborema, entre todas elas, pelo menos cinco regiões são as mais preocupantes.

"A que sofre de forma mais frequente com alagamentos é o Distrito dos Mecânicos, porque o pessoal constrói as casas em cima dos córregos, o que impede a passagem da água. Além do Distrito, as Malvinas, o bairro Três Irmãs, o Cruzeiro, Jardim Paulistano e o Riacho das Piabas, no bairro da Conceição, também são áreas que mais alagam", afirmou o coordenador.

Marivalda Gomes é moradora da Conceição, e a casa fica bem perto do Riacho das Piabas. Ela conta que sempre precisou lidar com alagamentos no período chuvoso. "Teve uma época que, além da enchente, uma barragem rompeu e inundou minha casa inteira, eu fiquei meses morando no aluguel social"

Outra moradora do bairro, Aline Silva, reside com seus cinco filhos em uma casa que fica atrás do Riacho. "Sempre que chove, inunda a parte do quintal, eu construí até um muro para ver se segura. Mas isso aqui fica tudo alagado, é tanto que as crianças não conseguem nem atravessar para ir pra escola", desabafou a mãe.

Além da questão das inundações, os habitantes da região também se queixam do mato que tem tomado o córrego, eles afirmam que a vegetação atrai insetos e causa doenças, como a dengue.

Sargento Régis declarou que o órgão municipal tem apenas a função de prevenir possíveis problemas, mas que trabalha em parceria com a Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente para atender às demandas da população. "Temos agido para solucionar os problemas antes que o período chuvoso em Campina realmente comece", afirmou Régis.

Foto: Júlio Cezar Peres

Marivalda mora em Conceição. Na foto, ela mostra onde chega o nível de água da chuva

CAUSA ANIMAL

Vasta programação ocorre em CG

Alunos da Escola Álvaro Gaudêncio assistem a palestra de conscientização sobre maus-tratos aos animais domésticos

Maria Beatriz Oliveira
obeatriz394@gmail.com

Desde o início desta semana, a Gerência Operacional de Políticas da Causa Animal tem promovido ações voltadas ao Abril Laranja, uma campanha que visa prevenir a crueldade contra animal e conscientizar a população do seu papel de proteção e denúncia. Ontem, a chefe do Núcleo dos Animais Domésticos do órgão, Ana Paula Rodrigues, esteve na Escola Álvaro Gaudêncio para conversar com os alunos do Ensino Médio sobre como identificar que um animal doméstico está sofrendo maus-tratos e como se deve agir.

Ana Paula explicou que, atualmente, o principal foco do órgão é trabalhar a castração desses bichos, bem como intensificar a conscientização da população. "Essa consciência precisa começar nas escolas, que é um espaço muito importante, tanto para educar como para humanizar. E, quando falamos de humanização, é justamente pegar um aluno e conscientizá-lo. Esse aprendizado, ele vai levar para casa e para a sociedade".

Cerca de 100 estudantes se reuniram no auditório da escola para ouvir o médico veterinário Sebastião Rodrigo explicar a importância da castração, da vacina e da vermifugação para os animais como cães e gatos. Além disso, Sebastião também ouviu os alunos e tirou dúvidas.

Foto: Júlio Cezar Peres

Cerca de 100 estudantes se reuniram para ouvir a palestra do médico veterinário Sebastião Rodrigo. Ele ainda tirou dúvidas dos alunos

Guilherme Medeiros tem 15 anos e está no 1º ano do Ensino Médio. Após a palestra, ele contou que não sabia que a polícia também atende denúncias da causa animal. "Eu tenho um vizinho que a gente desconfia que ele maltrata a cachorrinha dele. A gente escuta ela chorando, gritando e eu não sabia que podia ligar para a polícia para denunciar". O estudante ainda afirmou que, quando soube que haveria um evento sobre animais na escola, ficou entusiasmado. "Eu tenho dois gatos e, por mim, eu pegava todos os cachorros e gatos que eu vejo na rua. Eu amo bicho. Acho que os animais são mais verdadeiros do que muitas pessoas", declarou Guilherme.

Para Petrúcio Ribeiro, diretor da Escola Álvaro Gaudêncio, o evento é fundamental para promover a educação social. "Essa ação é muito significativa e pertinente, porque hoje nós sabemos que existe uma crueldade muito grande com os animais de rua. A escola é um ambiente muito importante para tomarmos consciência desse tema e receber as orientações devidas. A gente precisa disseminar a ideia de cuidado entre os alunos para, assim, beneficiar os animais que são indefesos e precisam da nossa ajuda e apoio", disse o diretor.

> **Essa ação é muito pertinente, porque sabemos que existe uma crueldade grande com os animais de rua**
>
> Petrúcio Ribeiro

Adoção

Hoje e amanhã a Gerência vai atuar em escolas particulares de Campina. Já na sexta-feira (26), dia que encerra a campanha, serão promovidas ações com a Polícia Militar da cidade, no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), para orientar acerca de como receber as denúncias e a legislação vigente sobre a causa animal. Por fim, na Praça da Bandeira, a partir das 8h até as 14h, serão realizadas adoções de cães e gatos, aplicação de vacinas, vermifugação e distribuição de medicamentos e orientações para os cuidadores.

Policiais militares vão participar de oficina

O Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), em parceria com a Gerência Operacional de Políticas da Causa Animal de Campina Grande, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde (SES), realiza, na sexta-feira (26), a oficina de Direito Animal na Prática, voltada para policiais militares da Paraíba. A programação vai das 9h às 11h, na sede do CICC de Campina Grande. A ação integra as atividades do Abril Laranja, mês de mobilização sobre os direitos dos animais e combate aos maus-tratos.

O crime de maus-tratos não se restringe às agressões físicas, mas abrange outras situações, como exposição de animais ao sol ou à chuva, a ausência de água e comida, entre outros casos.

De acordo com a diretora regional do CICC, tenente-coronel Jousilene Sales, a ação é uma grande oportunidade para a causa animal. "É muito importante discutir casos práticos de maus-tratos cometidos com animais. Além de representar um nivelamento do nosso efetivo em relação ao direito animal, recebemos muitas denúncias e, com a legislação mais rigorosa, precisamos atuar fortemente para coibir esse tipo de crime".

Para o professor e advogado animalista que vai ministrar a oficina, Francisco Garcia, a ação não vai abordar apenas informações teóricas. "Vamos mostrar casos práticos de maus-tratos a animais com o objetivo de compartilhar informações úteis aos policiais e bombeiros de como proceder quando se depararem com denúncias desse tipo".

Além dessa ação, a Gerência Operacional de Políticas para a Causa Animal tem desenvolvido palestras em escolas, além do "Dia S", que se trata de uma grande ação, também na sexta-feira, que conta com serviços veterinários, eventos de adoção e feira solidária na praça da Bandeira, área central de Campina Grande.

A gerente de Causa Animal, Waléria Assunção, afirma que as ações são importantes devido ao desconhecimento por parte da população sobre os direitos dos animais. "A legislação que trata desse tema é muito recente. Portanto, essas ações visam informar sobre a causa animal", adiantou.

> Crime de maus-tratos inclui deixar o animal exposto ao sol e à chuva

Castração é oferecida por meio de cadastro

A Gerência Operacional de Políticas da Causa Animal de Campina Grande também cadastrará protetores independentes, ONGs e pessoas em situação de vulnerabilidade para terem acesso ao serviço de castração de cães e gatos oferecidos, gratuitamente, pelo programa Paraíba Pet. O usuário interessado precisa preencher um formulário disponibilizado pelo número (83) 99348-5015 (WhatsApp) ou pelo e-mail: gerenciaanimalcg@gmail.com.

De acordo com a gerente operacional de Políticas da Causa Animal de Campina Grande, Waléria Assunção, a castração é uma importante política pública de saúde e bem-estar animal, pois por meio dela é possível fazer o controle populacional de cães e gatos, reduzindo o abandono, a transmissão de doenças, os maus-tratos e os atropelamentos. "Por meio do programa Paraíba Pet, estamos disponibilizando a castração, que é um procedimento caro, para a população mais vulnerável. E esse é um importante suporte, pois sabemos que a maioria das pessoas não tem condições de pagar pelo procedimento".

Segundo ela, o Castramóvel é uma ferramenta relevante, porque tem um caráter itinerante e consegue atender comunidades distantes, quando há dificuldade no deslocamento. "Por isso, pedimos às pessoas que atendam o nosso chamado, preencham esse formulário e na dúvida entrem em contato conosco. Faremos a busca ativa, mas a população também pode procurar a Gerência, que está de portas abertas para tirar dúvidas", explicou Waléria.

Os protetores e ONGs que se cadastrarem precisam informar alguns dados, como quantidade de animais tutelados e que serão castrados, raça (canina ou felina), sexo e porte do animal. Além disso, para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, também será solicitado o Número de Identificação Social (NIS), para comprovação de renda.

Após o preenchimento, será fornecido um *login* e senha para que o protetor entre na plataforma RegPet, que foi desenvolvida para a regulação das castrações.

Foto: Secom-PB

Castramóvel é um serviço itinerante que consegue atender comunidades distantes, quando há dificuldade no deslocamento

FEMINICÍDIO

Réu é condenado à pena máxima

Jucélio Dantas Pereira recebeu a sentença pelo assassinato de sua ex-companheira na cidade de São Bento

Cardoso Filho
josecardosofilho@gmail.com

Tribunal do Júri Popular da Comarca de São Bento condenou à pena máxima, 30 anos de prisão, Jucélio Dantas Pereira, que matou a sua ex-companheira, Maria Kaliane Medeiros de Sousa Barbosa, de 36 anos. A sessão de julgamento aconteceu nessa segunda-feira (22), no Fórum Dr. João Agripino Filho. Logo após a leitura da sentença, que aconteceu no final da noite, o juiz Rusio Lima de Melo manteve a prisão do condenado e determinou o recolhimento do réu ao Presídio Regional de Catolé do Rocha. Kaliane Medeiros foi assassinada no final da tarde do dia 11 de setembro do ano passado.

O delegado Homero Perazzo, que presidiu o inquérito sobre a morte da jovem, contou que Jucélio se apresentou após o pai do então suspeito, Jailson Damião, ter ido à Delegacia de Polícia de São Bento e revelado que seu filho praticou o crime por não aceitar o fim do relacionamento com a vítima. Ele foi preso 24 horas após o assassinato na cidade de Pombal pela Polícia Militar.

Testemunhas disseram que Kaliane Medeiros estava saindo de uma academia e, quando se preparava para entrar em seu carro, foi surpreendida pelo ex-companheiro que se aproximou dela e efetuou vários disparos e, em seguida, fugiu.

Jailson Damião disse ainda na delegacia que seu filho manteve um relacionamento de aproximadamente um ano com a jovem e que fazia pouco tempo que teria acontecido a separação. "Dei muito conselho a ele para esquecer a mulher, mas não adiantou", revelou.

Na época, o feminicídio teve muita repercussão. Ainda quando acontecia o velório de Kaliane, a avó dela, de 84 anos, sofreu um infarto e morreu antes do sepultamento da neta. A jovem, que era bastante conhecida na cidade por realizar ornamentações de eventos, deixou dois filhos do primeiro relacionamento.

Fotos: Redes Sociais

Jucélio fugiu, mas foi "dedurado" pelo próprio pai, sendo preso em Pombal, 24 horas após ter assassinado Kaliane Medeiros

Tese da acusação foi aceita pelos jurados

O prmotor de Justiça Yuri Givago Araújo Rodrigues, com atribuição no Tribunal do Júri da Comarca de São Bento ao se pronunciar, sustentou a tese de feminicídio consumado com as qualificadoras de motivo torpe, justamente pelo sentimento de posse do réu, pelo meio cruel devido à quantidade de tiros, meio que dificultou a defesa da vítima, que foi atingida pelas costas. O crime durou quatro segundos.

Yuri Givago disse ainda que outra qualificadora foi de que o réu era atirador esportivo e tinha bastante eficiência com o uso de armas. Baseado nos argumentos da acusação, o Conselho de Sentença acatou todas as teses do Ministério Público e julgou procedente a denúncia.

Com a decisão do Corpo de Jurados, o promotor entende que esses crimes necessitam, ou seja, sempre com a condenação com o albergamento de todas as teses do MP.

Yuri agradece à mídia e à imprensa todo o trabalho que tem sido feito de conscientização das pessoas em relação à necessidade de reprimir esses crimes de maneira exemplar, para evitar que outras mulheres, que outras vítimas, venham a sucumbir ao machismo, ao ódio e à falta de consideração de alguns homens com relação às mulheres.

"Esse foi o terceiro júri de feminicídio realizado em São Bento e ainda tem outro feminicídio tentado a ser julgado", explicou o representante do Ministério Público.

ESTELIONATO

PRF prende fugitivo da Justiça após 80km de perseguição em rodovias da PB

Uma perseguição que perdurou por cerca de 80km aconteceu na tarde de segunda-feira (22) que terminou com agentes da Polícia Rodoviária Federal interceptando um Jeep Compass e prendendo o seu condutor, um homem de 34 anos, que, após levantamento feito junto ao sistema ficou comprovado que se tratava de um foragido da Justiça pelo crime de estelionato. Ele foi conduzido para a Cidade da Polícia Civil.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal, tudo começou quando os agentes realizavam fiscalização na BR-230, no município de São Miguel de Taipu-PB, quando visualizaram o Jeep Compass realizando manobras de zigue-zague na rodovia, interferindo diretamente na segurança no trânsito. Foi dada ordem de parada ao veículo por meio de sinais luminosos intermitentes e sonoros, mas não foi obedecida, sendo iniciada a perseguição.

Durante a tentativa de fuga, o condutor realizou manobras perigosas, pondo em risco os demais usuários que transitavam na rodovia e pedestres, sendo redobrada a cautela para evitar que uma tragédia acontecesse. A perseguição se estendeu pelos municípios de Pilar, Juripiranga, na Paraíba, passando por Itambé-PE, se encerrando em Alhandra. Antes de alcançar o veículo, foi solicitado apoio da Polícia Militar, no entanto, o carro conseguiu contornar a barreira policial. O Jeep Compass foi interceptado cerca de duas horas após o início da perseguição. No momento da abordagem, o condutor tentou sair correndo, ainda tentou lutar com os policiais, mas foi contido.

O homem foi identificado como um estelionatário, com mandado de recaptura em seu desfavor, pois responde por diversos processos criminais. Ele não portava a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e o veículo utilizado na ocorrência tinha um registro de apropriação indébita, pois havia sido locado/emprestado e nunca foi devolvido.

NO SERTÃO

Van escolar bate contra retroescavadeira e provoca as mortes de dois estudantes

Um violento acidente envolvendo uma van que transportava estudantes da cidade de São Bento para Paulista, no Sertão do estado, provocou as mortes de duas pessoas, após colidir contra uma retroescavadeira que estava estacionada na pista da rodovia PB-293, que liga as duas cidades. As vítimas foram identificadas como Yerik Silveira Mariz, de 11 anos, e Letícia Almeida, de 17 anos. O menino morreu no local, enquanto que a adolescente ainda foi socorrida para o Hospital Emerentina Dantas, de Paulista. O garoto era filho único da secretária de Saúde do município.

Segundo informações do Corpo de Bombeiros, a van transportava cerca de vinte passageiros, todos estudantes que haviam saído de São Bento e retornavam para Paulista. O acidente aconteceu no início da noite de segunda-feira (22). O veículo com os estudantes ficou com a frente destruída.

O condutor da retroescavadeira informou que foi forçado a parar porque o veículo apresentou problemas mecânicos e quando estava tentando sinalizar o local, houve a batida. A rodovia praticamente não tem acostamento.

Todos os estudantes residem na cidade de Paulista, mas estudam em escolas particulares de São Bento e todos os dias fazem um percurso de aproximadamente 25 km. Alguns estudantes sofreram ferimentos leves, inclusive o motorista da van. As escolas que os estudantes mortos frequentavam emitiram notas de pesar e de luto ainda na noite do acidente. O motorista foi transferido para o Hospital Regional de Pombal.

ELUCIDADO

Polícia conclui investigação sobre morte de adolescente

O assassinato do adolescente João Lucas da Costa Gomes, 17 anos, está devidamente esclarecido pela Polícia Civil da Paraíba. Ele foi morto a tiros no dia 15 de fevereiro deste ano, no município de São Bento, enquanto conversava com duas amigas

As investigações apontam que o jovem foi assassinado porque seria simpatizante de um determinado grupo criminoso no município. Dois homens chegaram em uma moto, armados, e atiraram contra João Lucas. De acordo com levantamento feito pela polícia, Lucas Gomes havia sido apreendido na tarde do dia 14 pela posse de drogas. Poucas horas após ser liberado pela polícia, ele foi alvo de um ataque que resultou em sua morte.

Segundo informações da polícia, enquanto estava sentado em uma calçada na companhia de dois homens e uma mulher, a vítima foi surpreendida por dois indivíduos encapuzados que chegaram em uma moto e abriram fogo contra ele.

Três pessoas foram identificadas como autoras e partícipes do crime, e a Polícia Civil já representou pela prisão preventiva dos investigados. De acordo com o delegado Anderson Fontes, um deles já está preso provisoriamente.

De acordo com a polícia, existe a possibilidade de que sua morte esteja relacionada ao depoimento dado por ele em relação à posse das drogas ou a outros possíveis acertos de contas.

EM BAYEUX

Envolvidos em homicídio são identificados e um deles deixou a cadeia há poucos dias

A polícia já tem os nomes dos suspeitos de participação no assassinato de um homem, de aproximadamente 40 anos, na noite de segunda-feira (22), no bairro Alto da Boa Vista, em Bayeux, Região Metropolitana de João Pessoa. O major Alberto Sena, comandante da 4ª Companhia Independente da PM, disse que já conseguiu identificar os autores do crime, inclusive um deles foi solto recentemente, pois estava preso por envolvimento em outro crime", pontuou.

A vítima foi identificada apenas por Romildo, de 41 anos, que seria filho do dono da loja de venda de eletrônicos e celulares, na Avenida Liberdade, em frente a um supermercado. A área é bem movimentada, mas ninguém viu os criminosos. Mesmo sem informações precisas, a polícia conseguiu localizar o carro usado pelos bandidos. Trata-se de um Corsa Sedan, de placas MVU-8726, que havia sido roubado no domingo. O major Sena disse que o proprietário já foi identificado, sendo solicitada a sua presença na delegacia.

O delegado Leonardo Souto Maior disse que os criminosos chegaram no local em um carro e efetuaram disparos contra a vítima, que morreu no local. Pouco tempo depois a polícia foi informada da localização do veículo.

"Já temos uma linha de investigação, mas não podemos revelar para não atrapalhar as investigações", esclareceu Souto Maior. Ele disse ainda que o IPC vai analisar imagens daquela localidade, como também outros vestígios colhidos no local do crime.

RISCO À SAÚDE

Determinada apreensão de *vapes*

Seguindo resolução nacional, Agevisa-PB articula inspeções sanitárias contra a venda ilegal de dispositivos

A Agência Estadual de Vigilância Sanitária (Agevisa/PB) determinou a apreensão, por parte dos órgãos de inspeção sanitária, dos cigarros eletrônicos (também conhecidos como *vapes*) e insumos relacionados que estejam sendo comercializados e utilizados na Paraíba.

A iniciativa, publicada na Nota Técnica nº 02/2024, na edição de ontem do Diário Oficial do Poder Executivo, seguiu a decisão da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), anunciada na última sexta-feira (19), de reafirmar a proibição da fabricação, da importação, da comercialização, da distribuição, do armazenamento, do transporte e da propaganda de todos os dispositivos eletrônicos para fumar, em todo o Brasil.

Foto: Freepik

Decisão da Anvisa proíbe não apenas a venda de cigarros eletrônicos, refis e acessórios relacionados, mas também a entrada dos aparelhos no Brasil

Conforme o diretor-geral da Agevisa, Geraldo Moreira, a proibição dos cigarros eletrônicos, agora renovada e reafirmada pela Anvisa, se deve à inexistência de estudos científicos para comprovar a mínima segurança no uso desses aparelhos, que podem oferecer graves riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

Os cigarros eletrônicos causam danos extremos ao organismo, podendo levar usuários à morte

Geraldo Moreira

"Tal como os cigarros convencionais, os cigarros eletrônicos contêm inúmeras substâncias que causam danos extremos ao organismo humano, e que podem levar seus usuários, inclusive, à morte", explicou Geraldo, acrescentando que a nova resolução da Anvisa alcança não apenas os *vapes*, "mas também os seus acessórios e refis, e ainda o ingresso, no país, de dispositivos eletrônicos para fumar trazidos por viajantes, por qualquer forma de importação, incluindo a modalidade de bagagem acompanhada, que é aquela em que o viajante carrega a bagagem consigo e no mesmo meio de transporte em que viaja".

"As pessoas não são proibidas de fumar cigarros convencionais ou eletrônicos. Mas elas devem ter consciência de que esses produtos são prejudiciais à saúde do usuário e das pessoas à sua volta, e de que o uso de dispositivos ilegais corresponde a uma atitude incorreta e reprovável", alertou o diretor-geral da Agevisa.

Apesar de não ser proibido o uso individual de cigarros eletrônicos, este não pode ocorrer em qualquer ambiente, já que existem regras, de âmbito nacional e estadual, que proíbem o consumo de produtos derivados do fumo em locais de uso coletivo. Dentre as normativas que tratam do tema, estão a Lei nº 9.294/1996, que restringe o uso e a propaganda de produtos fumígenos no Brasil, e a Lei nº 8.958/2009, ampliada pela Lei nº 12.351/2022, que acrescentou a vedação do uso de *vapes* e produtos similares em recintos públicos e privados de uso coletivo em todo o território paraibano.

Ação permanente

Ainda de acordo com Geraldo Moreira, a Agevisa, em conjunto com o Ministério Público e demais órgãos parceiros da Vigilância Sanitária Estadual, está atenta ao cumprimento da proibição dos cigarros eletrônicos, realizando *blitze* e orientando seus inspetores sanitários, assim como os profissionais das Vigilâncias Sanitárias municipais, quanto à apreensão desses produtos, quando encontrados, assim como à responsabilização dos infratores.

O diretor da Agevisa ressaltou que a denúncia da venda ilegal dos *vapes* também é dever de todas as pessoas no exercício do seu direito de contribuir para a proteção e o fortalecimento da saúde pública, considerando que os riscos e danos provocados por esses dispositivos são tidos como equivalentes ou piores do que aqueles causados pelos produtos convencionais derivados do fumo. "Para denunciar, as pessoas devem se reportar às Vigilâncias Sanitárias Municipais e/ou à Agevisa, indicando o nome e o endereço do estabelecimento onde haja a infração, sendo-lhes garantido o sigilo absoluto de suas identidades", concluiu.

COMÉRCIO

Feira Móvel estreia no Mercado de Jaguaribe

A Feira Móvel do Produtor, organizada pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb) de João Pessoa, estreia hoje uma edição especial no Mercado de Jaguaribe. Assim, às quartas-feiras, das 8h às 17h, os consumidores que visitarem a tradicional feira livre naquele bairro da capital também poderão conferir a variedade de produtos gastronômicos, itens de artesanato e acessórios à mostra na Feira Móvel.

"Neste mês, já inserimos a edição do Cristo, na parte externa do Ronaldão, e tem sido um sucesso absoluto. Atendendo a pedidos dos integrantes do projeto, estaremos na praça do Mercado de Jaguaribe, sempre às quartas. A Feira Móvel ganhou espaço no cotidiano do pessoense, graças a esse trabalho de construção coletiva, uma parceria da Sedurb com os integrantes", afirmou Jaciara Medeiros, assessora técnica da secretaria e coordenadora da iniciativa itinerante.

O projeto inclui ainda a realização de capacitações e reuniões mensais com seus participantes e segue aceitando inscrições de produtores interessados para cadastro de reserva. "Como estamos em constante ampliação da Feira Móvel, orientamos aos interessados em participar que deixem o currículo impresso do seu negócio na Sedurb, de preferência com fotos dos produtos que têm interesse em comercializar no projeto, nome e telefone. Assim que surge oportunidade, nós fazemos contato para uma entrevista. É desse modo que já conseguimos transformar a vida de mais de 90 produtores rurais, artesãos e microempreendedores da capital", destacou Rodrigo Trigueiro, secretário de Desenvolvimento Urbano de João Pessoa.

A Sedurb se situa na rua Diógenes Chianca, 1777, no bairro de Água Fria, com atendimento aberto de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Os telefones para contato são (83) 3213-6352 e (83) 3213-6371.

Confira a programação da Feira Móvel do Produtor para os últimos dias de abril:

Dia 26 (sexta-feira)
- Largo de Tambaú (das 15h às 22h)
- Área externa do Ronaldão (15h às 19h)

Dia 27 (sábado)
- Largo de Tambaú (das 15h às 22h)

Dia 28 (domingo)
- Largo de Tambaú (das 15h às 22h)

Dia 30 (terça-feira)
- Centro de Educação da UFPB (das 10h às 20h)
- Vila Olímpica Parahyba (das 15h às 20h)

Foto: Samuel Lima/Arquivo/Secom-JP

Projeto itinerante é oportunidade para pequenos produtores e comerciantes da capital

ALAGOA NOVA

Empaer leva serviços à Festa do Produtor Rural

A Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (Empaer-PB) está participando da 2ª edição da Festa do Produtor Rural de Alagoa Nova, que começou ontem, com apresentações culturais e exposições de produtos agrícolas e artesanato, além de palestras sobre gestão financeira e visita ao Engenho Vitória. Como parte de sua participação no evento, a Empaer mantém aberta uma van *stand*, na qual extensionistas atendem os agricultores e tiram dúvidas quanto ao acesso a políticas públicas.

Além de fomentar o turismo no Brejo, evento visa incentivar cadeia produtiva em favor da economia local

A Festa do Produtor Rural de Alagoa Nova é promovida pela prefeitura do município, por meio das secretarias de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente; e de Cultura, Turismo e Juventude, em parceria com a Virotte Eventos. Além de fomentar o turismo na região do Brejo, a iniciativa tem o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico da cidade, mediante o incentivo à sua cadeia produtiva.

Entre os destaques da programação de hoje, o evento recebe alunos do sistema municipal de ensino para apresentar uma exposição sobre o tema "O produtor rural e sua importância para o desenvolvimento do município". Amanhã, as atenções se voltam para o lançamento do Serviço de Inspeção Municipal, bem como a entrega das Sementes da Paixão aos agricultores presentes, por parte da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente. A solenidade ocorre a partir das 9h, na praça de eventos "O Moraesão".

Haverá ainda aula-show de gastronomia durante a Festa do Produtor de Alagoa Nova, quando os participantes terão a oportunidade de aprender receitas com o uso integral da banana, apresentadas pelos *chefs* Alan Martinez e Carla Fernandes, ambos do Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

LITERATURA

A história do Brasil em pequenas doses

Ramalho Leite lança amanhã, em Manaíra, o livro 'Pequenas Histórias para Quem Tem Preguiça de Ler as Grandes'

Esmejoano Lincol
esmejoanolincol@hotmail.com

Com *Era o Que Eu Tinha a Dizer*, Ramalho Leite, político, jurista, cronista e atual presidente da Academia Paraibana de Letras (APL), tinha sentenciado o término de sua produção literária, em livro autobiográfico publicado em 2022, num título sugestivo e alusivo ao encerramento deste ciclo. Todavia, o escritor, nascido no antigo distrito de Borborema, em Bananeiras (hoje município independente), passou a observar inquieto um fenômeno contemporâneo, que, segundo ele, assola muitos dos leitores atuais.

Achou-se, por fim, compelido a escrever um novo livro, interrompendo sua pronunciada aposentadoria, voltando seu discurso para um público bem específico. *Pequenas Histórias para Quem Tem Preguiça de Ler as Grandes* é o nome autoexplicativo da publicação que Ramalho lança amanhã, em evento promovido pela Confraria Sol das Letras, coletivo de cultura pessoense. Será a partir das 17h30, na Livraria do Luiz do Mag Shopping. "Eu mesmo pensava que nunca mais publicaria outra coisa", sentencia Ramalho, às vésperas da solenidade.

O livro é composto por minitextos em tom de crônica política que fazem um apanhado da história do Brasil a partir de "causos" ocorridos em nossas terras desde o descobrimento até a contemporaneidade; tem edição da Editora MVC, mas foi impresso no parque gráfico da Empresa Paraibana de Comunicação (EPC). O prefácio foi escrito pelo jornalista Rubens Nóbrega e as ilustrações, incluindo a imagem que estampa a capa, foram elaboradas pelo artista plástico Flávio Tavares. Cada história não ultrapassa nove páginas, condensando em poucos caracteres um sem-número de fatos que compõem cada momento abordado, desenvolvidos a partir de pesquisa do próprio Ramalho.

"Instigado por essa febre do celular, dessa geração que não é chegada ao livro impresso, e que prefere ler com os dois polegares no aparelho, decidi selecionar essas histórias sucintas, destinadas a este público", justifica o autor. Na dedicatória que abre seu novo trabalho, Ramalho expande sua crítica em um tom mais duro àqueles pouco afeitos aos livros em formato físico. "Para esses, ler com os dedos é preferível ao cheiro da tinta e ao suave ruído de virar a página de um livro. Enfim, são dominados pela inteligência artificial e pela preguiça mental", diz, repreendendo, o presidente da APL.

Histórias de Joãos

São três capítulos, divididos por marcos históricos. O primeiro, "De Cabral a Pedro II", trata da formação do Brasil enquanto colônia portuguesa, época em que a Coroa trazia degenerados europeus para o degredo em nosso país e que teriam "ajudado" na gênese da corrupção brasileira, estendendo-se até o reinado de nossos últimos imperadores, na virada para o século 20. "Os silvícolas pediam pouco. Encantaram-se com as contas de um rosário e pediram-nas de presente, enfeitando de logo seus pescoços. Através de gestos, propunham a troca das contas por ouro e prata, que, ao que indicava, era abundante na nova terra", relata Ramalho em texto sobre o encontro dos nativos com a tripulação portuguesa.

"De Deodoro a João Pessoa", o segundo capítulo, trata do início da República no Brasil, indo até a crise política provocada pelo assassinato de nosso antigo governador. O presidente da APL rememora que um dos primeiros decretos da recente República foi assinado por um paraibano – Aristides da Silveira Lobo, ministro do Interior que poucos meses depois de sua nomeação deixou o cargo, rompido com o marechal-presidente. No texto "Nossa primeira Carta Magna instituiu a pensão vitalícia", o imortal trata da promulgação do decreto que estipulava o chamado "montepio", forma de amparo financeiro aos dependentes dos funcionários do Ministério da Fazenda.

Finalmente, em "De João a João", o terceiro capítulo de *Pequenas Histórias*, Ramalho faz um paralelo entre duas figuras de mesmo nome com uma distância temporal de mais de 90 anos – João Lélis de Luna Freire, repórter de **A União** que foi "correspondente de guerra" dos conflitos regionais que eclodiram no Nordeste na década de 1930, e João Azevêdo, o atual governador. "Quando se trata de João a safra é enorme. João Azevêdo Lins Filho é o sétimo João da era republicana (...). Fosse vivo, o nosso Jackson modificaria sua letra e diria 'Vige como tem João/Como tem João lá na Paraíba'", brinca Ramalho, ao parafrasear versos que outro ilustre conterrâneo nosso imortalizou ao pandeiro.

O jornalista Ramalho

Quando perguntado sobre quem veio primeiro – se o homem político ou o homem das letras – o presidente da APL responde sem titubear. "Eu nasci político, acompanhando meu pai (Arlindo Rodrigues Ramalho), que também atuava na área. Mas ainda estudante de Direito, eu me lancei no jornalismo. Comecei na *Tribuna do Povo*, publicação do partido UDN que era uma espécie de 'filial' de **A União**, porque os dois jornais estavam em sintonia com os interesses estatais da época", relembra Ramalho.

Nesta mesma época, ele iniciou sua trajetória política como vereador de Borborema, vindo a ser nomeado secretário municipal de João Pessoa tempos depois, em atividade concomitante com a profissão de promotor de Justiça na capital. No ano passado, decorridos quase 60 anos de sua mudança para cá, ele recebeu da Câmara Municipal o título de cidadão pessoense. Foi deputado – estadual e federal – acumulando mandatos por quase duas décadas entre os anos 1970 e 1990. Ele, no entanto, nunca largou a crônica política, publicando uma dezena de livros neste período. Dentre as obras editadas estão: *Da Licença um Aparte*, *Nos Espelhos do Palácio*, *O Poder de Bom Humor*, *Em Prosa e no Verso* e *O Vendedor de Calúnias*.

Testemunha da história política brasileira, Ramalho acompanhou as transformações neste setor desde antes do Golpe Militar de 1964, culminando nas eleições diretas para presidente da República, na segunda metade dos anos 1980. Quando indagado se chegou a sofrer com perseguição do regime em sua atividade política ou jornalística, o escritor evoca episódio da época em que também manteve um programa de entrevistas na Rádio Tabajara (*Encontro Marcado*). "Nunca houve uma censura direta, mas dias depois de ter convidado Dom Helder Câmara para o estúdio, figura por quem os militares não nutriam simpatia, meu programa saiu do ar sem maiores explicações. Mas nem precisava explicar", lamenta.

Os jovens e a APL

E há remédio para o "leitor de celular"? Ramalho esmiúça os planos que a Academia Paraibana de Letras pretende executar nos próximos meses, para aproximar os autores paraibanos dos alunos da rede municipal de ensino – fazendo isso através de seus próprios aparelhos eletrônicos. "Estamos executando um projeto para promover oficinas de literatura com professores e estudantes em cinco escolas da capital. Os alunos que comparecerem às oficinas terão seus contatos catalogados e a partir daí haverá a realização de outra proposta", detalha.

O segundo projeto indicado pelo escritor é o Livro Falado, recentemente aprovado junto à Fundação Cultural de João Pessoa (Funjope). "Gravaremos em vídeo resenhas de livros de autores paraibanos que serão distribuídos através dos números de telefone dos estudantes. Nosso objetivo é atingir essa juventude que não gosta de ler, a princípio, mas que pode conhecer o livro através do material audiovisual, que será apresentado pelos acadêmicos da APL. Pretendemos incentivar a leitura das obras, despertando a curiosidade e melhorando, por consequência, outros aspectos, como a redação desses jovens", finaliza Ramalho.

PEQUENAS HISTÓRIAS PARA QUEM TEM PREGUIÇA DE LER AS GRANDES

- De Ramalho Leite. Editora MVC.
- Lançamento amanhã, às 17h30
- Na Livraria do Luiz (MAG Shopping, Av. Gov. Flávio Ribeiro Coutinho, 115, Manaíra, João Pessoa)
- Entrada franca

Ramalho Leite resolveu escrever a obra quando se viu preocupado com uma geração que prefere ler pelo celular

Foto: Evandro Pereira

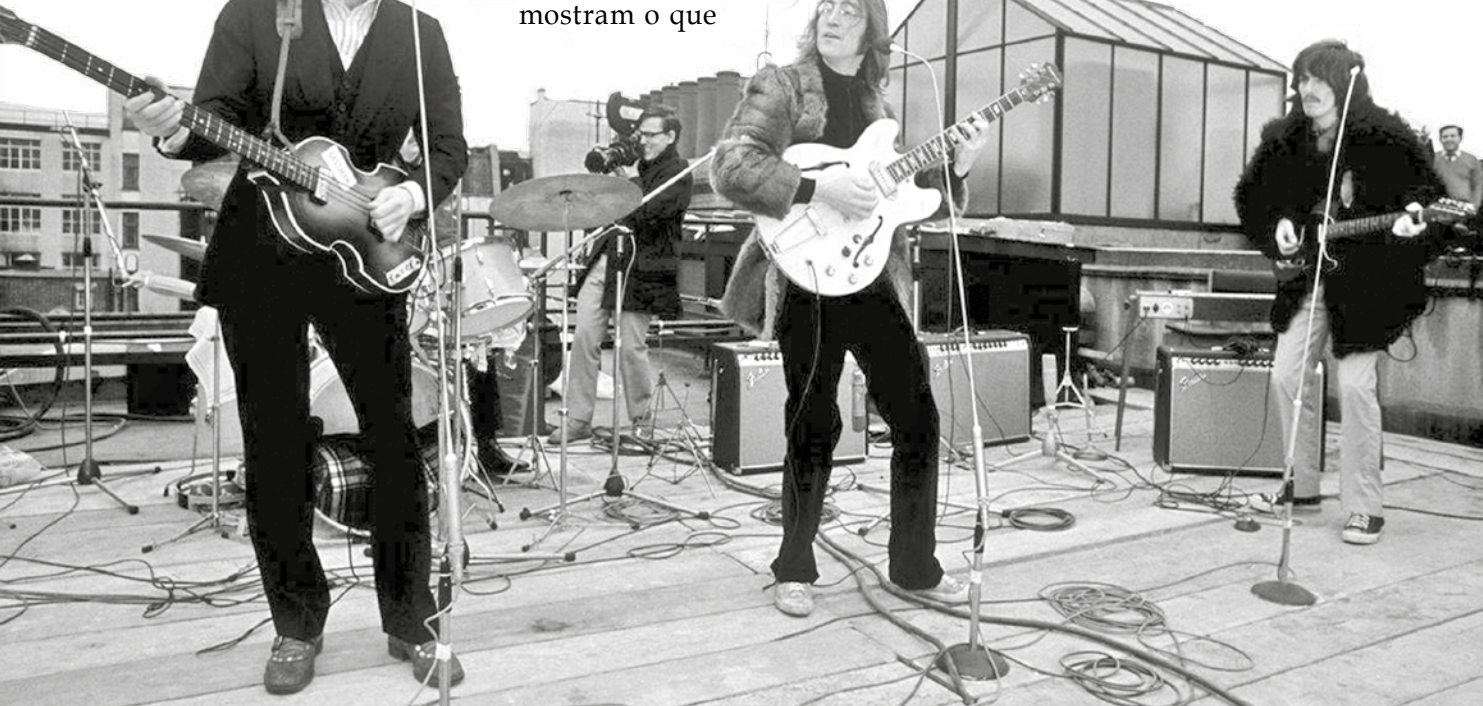
Pop e Arte

Renato Félix
renatofelix.correio@gmail.com

Faz sentido rever o 'Let it Be'?

A notícia apareceu esses dias: após décadas oficialmente fora do mercado, o documentário *Let it Be* (1970) poderá ser assistido na Disney +, a partir de 8 de maio (aniversário de 54 anos do disco), após ter passado por uma restauração da Park Road Post Production, de Peter Jackson. A questão é: faz sentido revê-lo?

A pergunta é justa. O próprio Peter Jackson, diretor de filmes como *Almas Gêmeas* (1994) e a trilogia *O Senhor dos Anéis* (2001/02/03), esteve à frente da série documental *The Beatles – Get Back*, lançada em 2021 no mesmo Disney +, e que partiu do mesmo material bruto para contar em três episódios e um total de 7 horas e 48 minutos os ensaios e gravações do disco *Let it Be*, durante o mês de janeiro de 1969.

Aqueles ensaios e gravações foram filmados para o que seria um especial de TV, mas que acabou virando um filme. Dirigido por Michael Lindsay-Hogg, o documentário chegou aos cinemas em 13 de maio de 1970, nos Estados Unidos, enquanto o disco havia sido lançado no Reino Unido no dia 8. No Brasil, o filme chegaria em outubro, com o título *Deixa Estar...*).

O caso é que, em se tratando de registro daqueles dias e do processo de construção do disco *Let it Be*, o *Get Back* tornou o filme *Let it Be* obsoleto. Em sua 1h21 de duração, o filme de 1970 não conta tão bem o que foi aquele mês na vida dos Beatles.

O filme capta um clima de tensão geral no ar, sobretudo nos primeiros dias, em que o grupo trabalhou no Twickenham Film Studios. É dali que aparece a célebre discussão em que George Harrison, perdendo a paciência, diz a Paul McCartney: "Não me importo. Eu toco o que você quiser que eu toque. Ou não toco, se você não quiser que eu toque".

Mas quem já não conhecer previamente a história do grupo não vai saber pelo filme que George chegou a sair da banda. E vai ver que os Beatles passaram os ensaios e gravações para o estúdio do prédio de sua empresa, a Apple, mas não entender os motivos.

Get Back se propôs a realmente contar essa história. Para isso, narra tudo em ordem cronológica, dia a dia, e não se furta a colocar textos na tela que contextualizam as ações. No fim, após o show do telhado, os créditos mostram o que ainda seria gravado no estúdio no dia seguinte ("Let it be", por exemplo). No *Let it Be*, essas cenas surgem fora da ordem cronológica, antes dos Beatles tocarem no alto do prédio da Apple.

Quando *Let it Be* estreou, os Beatles já estavam separados. Os mais antigos que eu, que viveram o lançamento, podem dizer melhor, mas imagino que a época do lançamento tenha reforçado a sensação de que o que se via era uma crônica do grupo se esfacelando. Mas depois daquelas filmagens, os Beatles ficaram juntos um ano e fizeram o disco *Abbey Road*, lançado antes do *Let it Be*. Olhando direito, apesar de uma atmosfera meio baixo astral de maneira geral, não há tanto sobre "os Beatles se separando" no filme. O *Get Back*, então, desfaz essa ideia e mostra que também existiram bons momentos entre os problemas.

Mas, além de haver músicas no *Let it Be* que não estão no *Get Back*, o doc original pode não representar tão bem o janeiro de 1969, mas, finalizado na esteira do divórcio da banda, talvez capture de alguma maneira o maio de 1970.

No fim, talvez um documentário seja sempre um documentário de si mesmo.

Foto: Divulgação

Os Beatles no telhado da Apple: o documentário 'Let it Be' chega à Disney + no dia 8, após décadas fora de circulação

Janelas da História

Fundação Casa de José Américo

Alento e incentivo para conhecer a Paraíba

Neide Medeiros Santos

"O título A Paraíba e Seus Problemas *é, exageradamente, compreensivo. Mas reporteime, apenas, às soluções fundamentais, como ponto de partida de todo nosso progresso"* (José Américo de Almeida. Apresentação: Paraíba, dezembro de 1923)

No dia 15 de março, no auditório do Centro Cultural Ariano Suassuna (TCE), para marcar o centenário da publicação do livro *A Paraíba e Seus Problemas*, houve o lançamento de dois importantes livros para as letras paraibanas – a reedição da 5ª edição desse livro marco e *A Paraíba e Seus Problemas - Volume 2 - Fortuna Crítica*. Este último foi organizado pelo professor e economista Marcos Formiga. A editora do Senado Federal foi responsável pela impressão dos dois livros. O vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo, se fez presente à solenidade e ressaltou a importância dos livros apresentados. É bom destacar o empenho da Fundação Casa de José Américo na pessoa de seu presidente, Fernando Moura, do presidente da Academia Paraibana de Letras, Ramalho Leite, e do presidente do Instituto Histórico e Geográfico, Jean Patrício, para a concretização do evento e dos lançamentos. Não faltou também a colaboração do professor e historiador José Octávio de Arruda Mello, bem como do professor Francisco Sales Gaudêncio.

A mesa com a presença de alguns ensaístas da *Fortuna Crítica* contou com a mediação do professor e crítico literário Hildeberto Barbosa Filho, que foi um dos prefaciadores do livro.

No momento em que se discute o lugar que a Paraíba ocupa no cenário nordestino, esses livros vêm dar alento e incentivo para que os brasileiros conheçam melhor o estado da Paraíba. Faço essa afirmação porque o editor Rafael Chervenski, da Gráfica do Senado, garantiu que os dois livros serão distribuídos por todo o Brasil e estarão disponíveis para venda por um preço bem módico, sem pagamento de frete. São notícias alvissareiras.

A reedição de *A Paraíba e Seus Problemas* conta com dois prefácios, um de José Sarney e outro de Veneziano Vital do Rêgo. Foram inseridos o prefácio da 4ª edição de Humberto Lucena e de Ronaldo Cunha Lima e um estudo crítico de Manuel Correia de Andrade. Esta nova edição contém ainda "Nota do autor à 3ª edição, revista" e "Apresentação" feita por José Américo de Almeida na época da publicação do livro, em dezembro de 1923.

Quanto à *Fortuna Crítica*, contém também dois prefácios, um sob a responsabilidade do presidente da FCJA, jornalista e historiador Fernando Moura, e outro do professor e crítico literário Hildeberto Barbosa Filho, que fez uma síntese dos 11 textos. Nesta edição foi inserido o glossário de *A Paraíba e Seus Problemas*, da professora Socorro Aragão, que, mais uma vez, como frisou Hildeberto Barbosa, "revelou seus conhecimentos linguísticos e filológicos, no sentido de verificar as particularidades lexicais".

A sensação que sentimos naquela ocasião era de satisfação, uma festa dedicada aos livros e à memória de José Américo. Espero que, com essas duas publicações, os estudantes paraibanos e de outros estados do Brasil possam ter acesso a um livro de grande importância literária, linguística, antropológica, geográfica e histórica. Os textos selecionados para a *Fortuna Crítica, Volume 2*, dão a dimensão da grandiosidade da obra.

As palavras de Gilberto Freyre, inseridas na 4ª capa, escritas em 15 de maio de 1924, consideradas uma das primeiras análises críticas da obra, refletem não apenas o pensamento do sociólogo pernambucano, mas o sentimento que perpassa por todos que se debruçam sobre *A Paraíba e Seus Problemas*.

São palavras de Gilberto Freyre: "Sem o ranço dos panegíricos oficiais, seu livro é antes formidável obra de reportagem e avaliação. Reportagem e avaliação dos elementos econômicos e sociais que constituem a Paraíba. Um belo esforço de geografia e sociologia regionais".

No prefácio à edição *Fortuna Crítica 2*, Fernando Moura afirma que o esforço despendido será "recompensado, pelo menos para mais um século de reflexões e descobertas". Hildeberto Barbosa, outro prefaciador dessa edição crítica, repete o que já se disse sobre o livro "uma obra seminal" e vai além – explica o verdadeiro sentido de "seminal" – remete a sêmen, semente, ao que semeia, prosseguindo afirma que é um "livro semeador. Semeador em múltiplos sentidos".

A jornalista Sheila Raposo escreveu dois bons artigos no Jornal **A União** sobre esses lançamentos com informações precisas sobre as obras. Cabe agora aos leitores fazerem a releitura de *A Paraíba e Seus Problemas* e das fortunas críticas.

Lembro que o professor José Octávio de Arruda Mello e a professora Lúcia Guerra já publicaram o primeiro volume com as reedições da *Fortuna Crítica* do livro nos seus primórdios. Leituras e livros não faltam, o que não pode faltar também é leitor e leitora.

nnn

Texto publicado originalmente no caderno de Cultura do Jornal A União, na edição de 19 de março de 2024, sob o título 'A Paraíba e Seus Problemas'.

Vitória Lima

Professora e poetisa
vitorialr@gmail.com

'O Auto de Ariano, o realista esperançoso'

"Arte para mim não e produto de marcado. Podem me chamar de romântico. Arte para mim é missão, vocação e festa" (Ariano Suassuna)

Estamos tendo a oportunidade de ver e ouvir sobre a vida e obra de Ariano Suassuna, uma das melhores traduções da nordestinidade brasileira. A exposição imersiva que toma forma diante dos nossos olhos e ouvidos é uma oportunidade rara de revermos, ou conhecermos esse paraibano, que traduziu de forma tão autêntica nossa cultura, nossas tradições, nossas manifestações artísticas e idiossincrasias, tudo com muito humor e alegria. Os jovens, principalmente os jovens, não podem perder a oportunidade de conhecer a vida e parte da obra desse importante "paraibucano" (sim, era assim que ele se definia: nascido na Paraíba e transplantado para o Recife, Pernambuco, onde viveu grande parte da sua vida e se firmou como dramaturgo, poeta, ensaísta, professor e advogado, autor de obras artísticas e teóricas), marido de Dona Zélia e pai de artistas e autores que tomam como missão a perpetuação da sua obra.

Com profunda formação clássica, grande conhecedor da obra de autores como Cervantes, Ariano usou esse conhecimento como modelo para sua poesia e dramaturgia. *O Auto da Compadecida*, sua obra maior e mais conhecida, é fortemente embasada nas tradições, na cultura do povo do Nordeste brasileiro, nos seus valores, costumes e religiosidade. Os personagens, muitos deles são "tipos" encontradiços até hoje nos nossos púlpitos, academias e assembleias. Isso, sem desprezar os tipos populares que povoam nossas feiras, ruas e fazendas.

A Rede Globo é grandemente responsável pela difusão e popularização da obra de Ariano, tendo produzido inúmeras obras baseadas nas criações de Ariano e imortalizado tipos como Chicó e João Grilo.

Muito feliz essa promoção conjunta da Luzzco, em parceria com a Energisa, o Ministério da Cultura, além de outros, sob a coordenação de João Suassuna, neto de Ariano.

Revivi momentos preciosos da minha vida acadêmica, quando fomos visitados por Ariano, em 1970, que veio apresentar na Fafi (UFPB) o Movimento Armorial, que estava nascendo sob sua batuta. Outro momento significativo para mim foi quando o bloco carnavalesco ao qual pertenço, o Muriçocas do Miramar, homenageou Ariano, em 2015, um ano depois da sua morte. O estandarte do ano foi criado por seu neto Lucas Suassuna, um belo trabalho dentro da estética da arte armorial difundida por Ariano, que é um dos tesouros que guardamos com muito amor e carinho.

Esta exposição é uma rara oportunidade que deve ser abraçada pelas escolas e universidades, que devem conduzir seu público jovem a conhecer, entrar em contato de forma leve e lúdica com o universo de Ariano. Isso só vai fortalecer sua identidade, sua paraibanidade e amor às raízes. A Prefeitura de João Pessoa e o Governo do Estado devem incentivar essa iniciativa, promovendo a oportunidade de nossos jovens tomarem contato com essa figura tão significativa da nossa história e das nossas tradições artísticas e culturais.

Imagem: Divulgação

Cartaz da exposição, que está de quarta a domingo na Luzzco

Colunista colaboradora

MÚSICA

Pinto do Acordeon é homenageado em show

Apresentação do irmão, Damião Moreno, é hoje à noite no Bessa Grill

Sheila Raposo
sheilampraposo@gmail.com

Um arrasta-pé com cheiro de maresia é a pedida de hoje para os amantes do forró. O salão será o Bessa Grill, a partir das 20h, com show de Damião Moreno, que fará um tributo ao seu irmão, Pinto do Acordeon. O show marca a quinta edição do projeto Forró à Bessa, idealizado pela Associação dos Forrozeiros da Paraíba (Asforro-PB), em parceria com o restaurante.

Natural de Patos, Damião Moreno vem de uma família grande, composta por 11 irmãos. O mais velho deles era o cantor, compositor e sanfoneiro Francisco Ferreira de Lima, mais conhecido como Pinto do Acordeon, na banda de quem ele tocou baixo, durante 15 anos. Depois, já tocando sanfona, ele formou a banda Forró Caçuá, ao lado dos irmãos Batista e Zé Moreno. Foram mais 15 anos nesse grupo, até seguir carreira solo, com um repertório que inclui clássicos do forró e músicas autorais, como "Ciclo vicioso" e "Essa morena aí".

O homenageado da noite, Pinto do Acordeon, já fazia forró na sua cidade natal, Conceição, desde os 13 anos de idade. Colega de escola de Elba Ramalho — que futuramente regravaria o seu maior sucesso, "Neném mulher" —, Pinto do Acordeon morreu aos 72 anos, em julho de 2020.

Além de cantor e sanfoneiro, com sólida carreira em todo o Nordeste, Pinto teve várias composições suas gravadas por outros artistas, além de Elba Ramalho, como Fagner, Trio Nordestino, Flávio José, Jorge de Altinho e Dominguinhos, entre outros nomes nacionais. Um dos seus maiores orgulhos foi o fato de ter conhecido e ganhado a simpatia de Luiz Gonzaga, de quem ganhou uma sanfona branca.

O projeto Forró à Bessa tem o objetivo de valorizar a classe dos forrozeiros profissionais, ao dar oportunidade de circulação e fomento.

DAMIÃO MORENO

■ Hoje, às 20h

■ No Bessa Grill (Av. Arthur Monteiro de Paiva, 1190, Bessa, João Pessoa)

■ Ingressos: R$ 20 (antecipados na Sympla).

Através do QR Code acima, acesse o canal de Damião Moreno no YouTube

Damião Moreno integrou a banda Forró Caçuá por 15 anos antes da carreira solo

Foto: Divulgação

Em cartaz

ESTREIAS

ABIGAIL (*Abigail*). Irlanda/ EUA, 2024. Dir.: Matt Bettinelli-Olpin e Tyler Gilelett. Elenco: Kathryn Newton, Giancarlo Esposito, Dan Stevens, Matthew Goode. Terror. Bandidos sequestram menina, mas não sabem que ela não é uma garota normal. 1h49. 16 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: leg.: 21h40. CENTERPLEX MAG 2: dub.: 18h. CINÉPOLIS MANAÍRA 3: dub.: 14h15, 19h15; leg.: 16h45, 21h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: dub.: 15h, 17h45, 20h15. CINESERCLA TAMBIÁ 2: dub.: 16h35, 21h. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 4: dub.: 16h35, 21h. **Patos:** CINE GUEDES 1: dub.: 17h, 21h10.

GUERRA CIVIL (*Civil War*). EUA/ Reino Unido, 2024. Dir.: Alex Garland. Elenco: Kirsten Dunst, Wagner Moura, Nick Offerman. Guerra/ drama/ aventura. Jornalistas de guerra registram a escalada de violência quando uma guerra civil se instaura nos EUA. 1h49. 18 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 3 (Atmos): dub.: 16h, 18h30; leg.: 21h. CINÉPOLIS MANAÍRA 5: dub.: 16h, 21h; leg.: 18h40. CINÉPOLIS MANAÍRA 9 (macro-XE): dub.: 14h, 19h; leg.: 16h30, 21h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 10 (VIP): leg.: 15h, 17h45, 20h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA 1: dub.: 14h, 16h30, 19h, 21h30. CINESERCLA TAMBIÁ 5: dub.: 16h10, 18h20, 20h30. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 1: dub.: 16h10, 18h20, 20h30. **Patos:** CINE GUEDES 3: dub.: 17h, 19h10, 21h15. MULTICINE PATOS 1: leg.: 21h10. MULTICINE PATOS 4: dub.: 16h55, 19h40. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 3: dub.: 16h45, 19h05, 21h25.

JORGE DA CAPADÓCIA. Brasil, 2024. Dir.: Alexandre Machafer. Elenco: Alexandre Machafer, Roberto Bomtempo, Miriam Freeland. Drama/ religioso. Militar romano precisa decidir de que lado fica quando o imperador inicia perseguição aos cristãos. 1h50. 16 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 4: 20h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 2: 15h30, 18h, 20h40. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: 17h, 22h.

VIDENTE POR ACIDENTE. Brasil, 2024. Dir.: Rodrigo Van der Put. Elenco: Otaviano Costa, Evelyn Castro, Katiuscia Canoro, Xuxa Meneghel, Flávia Alessandra, Serjão Loroza. Comédia. Após a consulta com um coach, arquiteto passa a ter o poder de descobrir a vocação das pessoas com um toque. 1h33. 10 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: 19h30. CENTERPLEX MAG 2: 19h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 8: 15h15, 22h. CINESERCLA TAMBIÁ 3: dub.: 17h05, 20h45. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 5: 17h05, 20h45.

ESPECIAL

AESPA - WORLD TOUR IN CINEMAS (*Aespa – World Tour in Cinemas*). Coreia do Sul, 2024. Dir.: Oh Yoon-Dong. Documentário/ show. Registro do primeiro show do girl group coreano Aespa em Londres, encerrando sua turnê mundial. 2h. 10 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 8: leg.: qua.: 19h.

CONTINUAÇÃO

EVIDÊNCIAS DO AMOR. Brasil, 2024. Dir.: Pedro Antonio. Elenco: Fábio Porchat, Sandy, Evelyn Castro, Fernanda Paes Leme. Comédia/ romance. Abandonado no altar, homem começa a viajar no tempo ao ouvir a música preferida do casal, "Evidências". 1h45. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: 17h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 1: 15h20, 17h40, 20h. CINÉPOLIS MANAÍRA 11 (VIP): 14h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: 14h30, 19h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA 5: 13h30. CINESERCLA TAMBIÁ 4: 18h10. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 3: 18h10. **Patos:** CINE GUEDES 1: 19h05. MULTICINE PATOS 1: 16h05. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 2: dub.: 19h10.

GHOSTBUSTERS – APOCALIPSE DE GELO (*Ghostbusters – Frozen Empire*). EUA/Canadá/Reino Unido, 2024. Dir.: Gil Kenan. Elenco: Paul Rudd, Carrie Coon, Mackenna Grace, Finn Wolfhard, Bill Murray, Dan Aykroyd, Ernie Hudson, Annie Potts. Comédia/ aventura. Duas gerações de Caça-Fantamas lutam para evitar uma segunda era do gelo depois que um artefato antigo é encontrado. 1h55. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 4: dub.: 15h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 6: dub.: 14h45, 17h30, 20h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 11 (VIP): leg.: 17h, 19h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA 4: dub.: 18h15, 20h45. CINESERCLA TAMBIÁ 2: dub.: 18h45. CINESERCLA TAMBIÁ 4: dub.: 15h50, 20h15. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 3: dub.: 15h50, 20h15. CINESERCLA PARTAGE 2: dub.: 18h45. **Patos:** CINE GUEDES 2: dub.: 19h. MULTICINE PATOS 1: dub.: 18h40. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 1: dub.: 16h30.

GODZILLA E KONG – O NOVO IMPÉRIO (*Godzilla x Kong – The New Empire*). EUA, 2024. Dir.: Adam Wingard. Elenco: Rebecca Hall, Brian Tyree Henry, Dan Stevens. Aventura/ ação. Dois monstros gigantescos se unem para combater uma ameaça à humanidade. 1h55. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 4: dub.: 17h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 7: dub.: 16h15, 18h45, 21h15. CINÉPOLIS MANGABEIRA 5: dub.: 15h45, 18h30, 21h15. CINESERCLA TAMBIÁ 3: dub.: 14h50. CINESERCLA TAMBIÁ 6: dub.: 18h20, 20h40. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 2: dub.: 18h20, 20h40. CINESERCLA PARTAGE 5: dub.: 14h50. **Patos:** CINE GUEDES 2: dub.: 16h50, 21h10. MULTICINE PATOS 3: 3D: dub.: 20h30. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 1: dub.: 18h50.

KUNG FU PANDA 4 (*Kung Fu Panda 4*). EUA/ China, 2024. Dir.: Mike Mitchell. Vozes na dublagem brasileira: Lúcio Mauro Filho, Danni Suzuki, Taís Araújo, Leonardo Camillo. Comédia/ aventura/ animação. Antes de se tornar um líder espiritual, panda precisa encontrar o novo dragão guerreiro e enfrentar de novo antigos vilões. 1h34. 10 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: dub.: 15h. CINÉPOLIS MANAÍRA 4: dub.: 15h45, 18h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA 4: dub.: 13h45, 16h. CINESERCLA TAMBIÁ 3: dub.: 18h35. CINESERCLA TAMBIÁ 6: dub.: 14h40, 16h30. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 2: dub.: 14h40, 16h30. CINESERCLA PARTAGE 4: dub.: 18h35. **Patos:** CINE GUEDES 1: dub.: 15h. MULTICINE PATOS 3: 3D: dub.: 15h40, 18h10.

A PRIMEIRA PROFECIA (*The First Omen*). EUA/ Itália/ Reino Unido, 2024. Dir.: Arkasha Stevenson. Elenco: Nell Tiger Free, Ralph Ineson, Sonia Braga, Bill Nighy, Rachel Hurd-Wood. Terror. Noviça americana em Roma começa a descobrir uma conspiração que deseja provocar o nascimento do anticristo. Prelúdio de *A Profecia* (1976) e quinto da série. 2h. 16 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 4: leg.: 20h45. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 1: dub.: 21h20.

Foto: Divulgação

Sonia Braga está no elenco de 'A Primeira Profecia', em cartaz em João Pessoa e Guarabira

Serviço

• Funesc [3211-6280] • Mag Shopping [3246-9200] • Shopping Tambiá [3214-4000] • Shopping Partage (83)3344.5000 • Shopping Sul [3235-5585] • Shopping Manaíra (Box) [3246-3188] • Sesc - Campina Grande [3337-1942] • Sesc - João Pessoa [3208-3158] • Teatro Lima Penante [3221-5835] • Teatro Ednaldo do Egypto [3247-1449] • Teatro Severino Cabral [3341-6538] • Bar dos Artistas [3241-4148] Galeria Archidy Picado [3211-6224] • Casa do Cantador [3337-4646]

Crônica Em destaque

Luiz Augusto de Paiva
guthov@gmail.com

Máximas e mínimas do mestre Chico

Inicialmente, creio ser de bom alvitre considerar que para mim, o título de mestre tem uma conotação bem mais ampla do que aquela atribuída pelas academias. Aqui, do outro lado das fronteiras de um campus universitário, a patente de "mestre" é bem mais do aquele título que precede ao de doutor. Nesta outra banda da divisa; por exemplo, um mestre carpinteiro, é aquele que domina não só o manuseio da plaina e da enxó e outras ferramentas da carpintaria, mas é quem transforma madeira em arte como ao dar forma às tesouras em telhado de muitas águas. Haja talento!

O mestre alfaiate, na prática do corte, rabisca os moldes com leveza e dá às agulhas e tesouras poderes como aqueles que têm as varinhas de condão. Uma peça de tecido vai virar calça, colete e paletó, um terno sempre bem ajustado às medidas do cliente. Nada a ver com roupa feita, adquirida em algum magazine. Essas peças manufaturadas raramente têm ajuste certo, tem-se que alargar aqui, apertar ali, encurtar a barra lá em baixo.

Assim há o mestre capoeirista e pernada é com ele mesmo, temos o mestre barqueiro que não deixa a embarcação adornar e por aí vai. Lembram-se do mestre Zagalo que trouxe quatro Copas para nós?

Dificilmente encontraremos uma atividade de existência notória que não tenha seus mestres. Hoje quero dedicar "essas mal traçadas linhas" a um mestre em uma arte que me fascina, a arte de criar um dito, uma citação, uma frase e que tenha o viés do bom humor. Ah, como admiro essa capacidade.

Lá na metade do século passado, tivemos o Aparício Torelly, um gaúcho que atribuiu a si mesmo o título de Barão de Itararé. Mais lá atrás nos tempos, o irlandês Oscar Wilde, outro mestre na construção de frases. Há outros mestres frasistas, principalmente na política, como o britânico Winston Churchill e o nosso presidente-sorriso Juscelino Kubitschek. Mas ao meu ver, ninguém como os dois citados inicialmente. Bem, quase isso, porque temos um virtuose nessa atividade por aqui nessas latitudes, o mestre Chico.

E de onde me veio tal lembrança, ou se preferirem, essa constatação? Vou contar.

Ajeitando livros pelas estantes, me deparo com um de crônicas, edição de 1992: *Astronauta sem Luar*, autoria de um dos Chicos que conheço por essas bandas, no caso, o Viana. Essa obra foi presente da falecida professora Rivaldete que recomendou-me a leitura. Cumpri o prometido já faz um bom tempo. Ontem o reabri e me deparei com algumas preciosidades do humor sutil daqueles ditos que encontrei. Sem a vênia do autor que dias atrás viu a Terra completar mais uma volta em torno do Sol, vou citar algumas.

Vá eu dizer que há muita gente feia nesse mundo e irão cair de pau em minha cabeça, mas mestre Chico diz o mesmo com sutileza. Olhem: "Observando a criação, a gente conclui que Deus pode ser perfeito, mas não é perfeccionista".

As mazelas e outros entraves do dia estão no repertório. Vejamos alguns:

"O que o dinheiro não fizer, a falta de dinheiro faz".

"Quem empresta aos pobres, dá adeus".

"Não tinha ambição. E o que mais queria na vida era que as pessoas notassem isso".

"O pior de esperar é que demora".

"Quem espera sempre é alcançado".

"Para certas mulheres, cirurgião plástico é que é o amigo do peito".

"Pensando bem, não existe mal da idade. O mal é a idade".

"Em política, importante não é que se prega, mas o que se emprega".

"Na democracia, o cidadão tem o direito de ir e vir. Na ditadura, só vai".

"Há segredos que nos guardam".

"Homens há que têm muitas luzes mas pouca voltagem".

"Tem gente que fala bem e se cala melhor".

"Moderado alcoólico é o sujeito que toma umas e recusa as outras".

"O problema do método de beber que ele só funciona, no máximo, até a terceira dose".

"Escrevia para a posteridade. E nem sabia se ela estava interessada".

"O Sol nasceu para todos. A sombra (e água fresca) só para alguns".

Foram algumas das que selecionei. Há outras no livro, muitas outras e de igual sutileza.

Por falar em mestre Chico, a despeito de doutor em Ciência da Literatura, é mestre na arte de construir frases adornadas de sutilezas e bom humor. Faz meses que não vejo esse Chico, anda meio desaparecido. E por isso vou aqui modestamente também construindo (ou destruindo) um provérbio: "Quem é vivo sempre desaparece". Não é verdade, mestre Chico?

Colunista colaborador

TENDÊNCIA

Gatos são novos favoritos no cinema

Bichanos estão cada vez mais presentes nos filmes e nas séries de TV, graças a treinamento e ao CGI

Gabriela Caputo
Agência Estado

Esqueça o "melhor amigo do homem" e atores caninos de prestígio, como o simpático *border collie* Messi, de *Anatomia de Uma Queda*. Quem agora rouba a cena em Hollywood são os gatos. Conhecidos pelo perfil mais indisciplinado em relação aos cachorros, os felinos tiveram, por muito tempo, presença limitada em produções audiovisuais.

Graças às últimas inovações de computação gráfica, os bichanos hoje ganham destaque na indústria cinematográfica, mostrando suas garras não apenas em animações estimadas como *O Gato de Botas* e *Um Gato de Sorte* (em cartaz nos cinemas), mas também em uma série de produções em *live-action*. São, mais do que nunca, atores de pelo e osso.

A Netflix, por exemplo, recentemente assegurou um papel dramático para um gatinho em *Ripley*, minissérie lançada no início do mês na plataforma. Da raça *maine coon* – conhecida pelos gatos gigantes –, Lucio é presença importante na trama. O *trailer* do vindouro *Um Lugar Silencioso – Dia Um* mostra Lupita Nyong'o como uma mulher que tenta sobreviver em uma realidade distópica com seu bichinho de estimação a tiracolo, apelidado de Frodo.

O gatinho da minissérie em preto-e-branco 'Ripley' tem um papel importante

Gatos também ganharam vez em tramas de ação, como *As Marvels* e *Argylle - O Superespião*. No filme da Marvel, Goose é um gato ruivo superpoderoso. Já na comédia de espionagem (recém-chegada ao catálogo do Apple TV+), a personagem de Bryce Dallas Howard foge de assassinos com seu amigo Alfie, um gato da raça *scottish fold*.

Por que há mais gatos?

Nunca antes eles estiveram presentes em uma sequência de produções variadas como agora. Pela dificuldade de se trabalhar com os bichanos inquietos, era raro que eles emprestassem algo além de um miado manhoso, tomando a frente em filmes e séries produzidos para o cinema ou *streaming*.

No passado, portanto, ficavam relegados ao posto de acessório, com aparições rápidas, muitas vezes servindo como artifício de humor. Outras vezes, alimentados pelo estereótipo que pinta felinos como seres malignos, funcionavam como mecanismos para assustar os espectadores, em tramas de suspense e terror.

> **Os gatos são mais expressivos do que as pessoas tendem a acreditar**
>
> Matthew Vaughn

Em entrevista ao *The Hollywood Reporter*, o diretor de *Argylle*, Matthew Vaughn, revelou a inspiração por trás da decisão de dar maior destaque ao gato do filme: Taylor Swift. Ele viu a artista carregando sua gatinha em uma mochila especial, no documentário *Miss Americana*, e pensou que aquela era uma "imagem maluca". Quis replicar em seu filme, apesar de ter ficado receoso por conta da personalidade característica do animal. No fim das contas, o bichano tomou o centro das imagens promocionais do longa.

Steven Zaillian, diretor de *Ripley*, teve a mesma apreensão – mas teve a sorte de trabalhar com um gato-ator muito comportado, do qual conseguiu extrair as cenas imaginadas sem precisar recorrer a aparatos tecnológicos.

"Os gatos são mais expressivos do que as pessoas tendem a acreditar", disse Vaughn à revista americana. "Há alguns momentos em que me dizem: 'Bem, aquela cena é obviamente CGI e parece falsa' e eu digo, 'Não, não, foi real'", explicou ele, que usou computação gráfica apenas em cenas impossíveis de serem coreografadas, como uma em que o gato é jogado de um prédio.

Tecnologia é um diferencial

Um dos principais fatores para a crescente popularidade dos gatos em Hollywood é, justamente, a maior acessibilidade à animação com computação gráfica, bem como o refino da tecnologia, que agora possibilita uma aparência mais natural. O recurso permite consertar o desempenho do animal em cenas paradas, ou até mesmo criar sequências inteiras de ação, animando os movimentos de um animal de verdade, por exemplo.

Ao mesmo tempo, o treinamento profissional de gatos para filmes tem evoluído. Os profissionais que preparam felinos para um papel passam cerca de 12 semanas na função. O segredo é não colocar um animal de uma hora pra outra no set de filmagens, na expectativa de que ele colabore. Antes de tudo, o felino precisa se sentir confortável no ambiente.

Segundo Jo Vaughan, treinadora que trabalhou com os gatos de *As Marvels* e *Um Lugar Silencioso*, as pessoas presumem erroneamente que gatos não são capazes de fazer filmes. "Todo mundo ensina truques ao seu cachorro. As pessoas geralmente não fazem muito isso com seus gatos, então a maioria diz: 'Meu gato nunca faria isso' – essa é a suposição deles porque se baseiam em suas próprias experiências", disse ela ao *The Hollywood Reporter*.

Fotos: Divulgação

Gatos estrelas de cinema: Goose, o felino superpoderoso de 'As Marvels'; Frodo, o companheiro de Lupita Nyong'o em 'Um Lugar Silencioso – Dia Um'; e Alfie, roubando a cena na mochila de 'Argylle'

NO ESPAÇO CULTURAL

Evento De Repente traz Felipe Pereira e Hipólito Moura

Fundação Espaço Cultural da Paraíba (Funesc) realiza hoje mais uma edição do De Repente no Espaço. A programação de abril traz Hipólito Moura, do Piauí, e Felipe Pereira, do Rio Grande do Norte. A apresentação fica por conta de Iponax Vila Nova, declamador oficial do evento. O encontro acontece no mezanino 1 do Espaço Cultural José Lins do Rego, em João Pessoa, a partir das 19h. A entrada é gratuita.

Felipe Pereira tem 28 anos e começou a carreira em 2011. A trajetória de sucesso ficou marcada, em 2014, com a gravação do primeiro CD e do DVD, no Teatro Patativa do Assaré, em Juazeiro do Norte (CE). Felipe já apresentou o seu trabalho em vários municípios do Nordeste, com turnês em São Paulo (SP) e participação no programa *Caldeirão do Huck*, da TV Globo.

Juntamente com seu parceiro de dupla Helânio Moreira, ele foi campeão do Festival dos Festivais do Repente no Nordeste, que aconteceu no fim de 2016, no Teatro Emiliano Queiroz, em Fortaleza (CE). Também foi campeão do XIV Desafio de Repentistas Estado contra Estado, que aconteceu em 2020, em Campina Grande.

Nascido em Picos, Piauí, Hipólito Moura atualmente reside em Caruaru (PE). Com mais de duas décadas de carreira, também é veterano em festivais pelo Brasil.

Foto: Divulgação

O jovem Felipe Pereira já fez turnês em São Paulo e se apresentou na televisão

É um dos cantadores que mais tem se destacado nos últimos festivais. É um dos mais versáteis artistas da cantoria, com improviso veloz e voz melodiosa ao interpretar canções.

Nesse encontro de hoje, os mestres da arte do improviso brincam com as palavras, transformando fatos do cotidiano em versos rimados, prometendo uma noite de poesia e violadas. O público pode interagir com os poetas, sugerindo temas para as rimas e desafios. Rápidos no raciocínio, a resposta vem de imediato ao oponente. O apresentador é uma atração à parte, com sua memória infalível ao declamar versos de poetas que são referência na arte do repente.

Iponax Vila Nova é nascido na cidade de Cajazeiras no Alto Sertão paraibano, filho do pernambucano Ivanildo Vila Nova, o maior dos repentistas da atualidade, Iponax cresceu com a poesia no seu dia a dia. É um ativista da cultura matuta, é um grande articulador da arte do repente, considerado um dos grandes nomes da poesia e da declamação.

GESTÃO FISCAL

João destaca investimentos na PB

Governador visita o novo site da operadora de contact center AeC, que já emprega 3.500 colaboradores

O governador João Azevêdo visitou, ontem, o novo *site* da operadora de *contact center* AeC, cuja primeira etapa de obras foi concluída no final do ano passado e já emprega 3.500 colaboradores. Localizada na Avenida Hilton Souto Maior, em Mangabeira, João Pessoa, a empresa estima finalizar todo o empreendimento até junho deste ano, quando deverá abrir mais 1.500 postos de trabalho, totalizando cinco mil empregos gerados.

A nova unidade da AeC, que ocupa mais de 11,6 mil metros quadrados, representou um investimento de cerca de R$ 116 milhões.

Na ocasião, o chefe do Executivo ressaltou a capacidade do Estado de garantir a chegada de novas empresas em função do equilíbrio da gestão fiscal e da segurança jurídica para os empreendedores. "É uma alegria ver 3.500 jovens trabalhando e decidimos pela ampliação desse espaço, nessa parceria com a AeC para que a gente possa gerar mais emprego. Enquanto gestão pública, cabe a nós criar as condições para que a iniciativa privada tenha a segurança de aqui se instalar, proporcionando o crescimento da Paraíba e dos negócios", frisou.

O Governo do Estado concedeu à AeC o Incentivo Locacional, ou seja, uma área a preço subsidiado, onde está sendo construído o novo *site* da empresa na Hilton Souto Maior, ao lado do Mangabeira *shopping*. Lá eles já empregam 3.500 pessoas (há uma parte do site funcionando) e, ao final da construção, o número de colaboradores subirá para 5.000. Na visita de ontem, eles informaram que a área concedida será pequena para a demanda deles, então o governador autorizou a ampliação do benefício, que possivelmente irá dobrar o número de empregos.

O sócio fundador da AeC, Antônio Guilherme Noronha, evidenciou a proatividade da gestão estadual de sempre viabilizar a geração de emprego e renda e atrair novos empreendimentos para o Estado. "O governador enxergou a oportunidade do primeiro emprego para o jovem e nós não exigimos experiência, o que facilita a entrada do jovem no mercado de trabalho. Na pandemia, o Governo priorizou a saúde, mas sempre preservando a oportunidade de trabalhar. A Paraíba tem qualidade de mão de obra, os clientes estão gerando mais demanda e apresentamos ao governador a possibilidade de crescer e expandir e o governo está com a boa vontade de fazer acontecer", disse.

Foto: José Marques/Secom-PB

O governador ressaltou, ontem, em Mangabeira, a capacidade do Estado de garantir a chegada de novas empresas

Federação de Transportes anuncia homenagem

A Federação das Empresas de Transporte de Cargas e Logística do Nordeste (Fetranslog-NE) anunciou os nomes dos homenageados da primeira edição do Troféu do Mérito TRC Nordeste, que ocorre no dia 24 de maio, em João Pessoa. Serão condecorados quatro personalidades importantes para a categoria: João Azêvedo, governador da Paraíba; Vander Francisco Costa, presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT); Efraim Filho, senador pelo União Brasil; e Clóvis Bezerra, presidente de honra da Fetranslog-NE.

Responsável por 42% da frota de transporte de carga que circula no Nordeste, a Federação, fundada em 2018, reúne seis sindicatos patronais, possuindo presença marcante em cinco estados nordestinos : Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Com sede em João Pessoa, a entidade representa uma voz unificada na promoção do desenvolvimento socioeconômico local, atuando como uma força motriz no setor de transporte e logística.

A solenidade do dia 24 de maio também marca, de forma simbólica, a posse da nova diretoria eleita da Federação. O paraibano Arlan Rodrigues foi reeleito como novo presidente da Fetranslog-NE, com mandato que começa em 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2028. Arlan Rodrigues é uma das referências de empresário no segmento de transportes de cargas e logística da Paraíba e de toda a região Nordeste.

"Mais do que um prêmio, o Troféu do Mérito TRC Nordeste é um reconhecimento da importância do transporte rodoviário de cargas para a economia local e nacional, destacando a dedicação, inovação e liderança de seus principais atores. A honraria criada é outorgada a pessoas que tenham contribuído para a valorização do transporte rodoviário de carga no Brasil e, em especial, no Nordeste", explica o presidente Arlan Rodrigues.

Influência e dimensão

A Fetranslog-NE é uma entidade sindical de grau superior, filiada à Confederação Nacional do Transporte (CNT) e à Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística). A Federação abrange seus serviços atendendo a aproximadamente 11 mil empresas que, juntas, empregam quase 48 mil trabalhadores. Em conjunto, esta união estratégica elevou a frota total das transportadoras filiadas para 443.772.

O porte e a capilaridade atingidos pela Fetranslog-NE permitiu que sua voz na região fosse ampliada em âmbito nacional, e atualmente a entidade defende, de maneira influente, os pleitos das empresas do setor, além de viabilizar a colaboração e o intercâmbio de melhores práticas entre seus membros e o poder público e privado. Dessa forma, Fetranslog-NE é reconhecida como um agente na promoção da competitividade no transporte rodoviário de cargas e no desenvolvimento socioeconômico do Nordeste.

"A Fetranslog-NE reconhece a importância dos sindicatos associados em sua estrutura e opera em estreita colaboração com eles para defender os interesses dos transportadores de cargas em toda a região. Cada sindicato associado é uma peça vital na engrenagem da federação, contribuindo para sua representatividade e alcance", afirma Arlan Rodrigues.

Oferecendo uma ampla gama de serviços especializados, a Fetranslog-NE está comprometida em estimular o desenvolvimento empresarial de suas filiadas. Seus serviços incluem representação setorial, consultoria jurídica e assessoria em economia e estatística. Ao fornecer esse suporte essencial, a Federação capacita suas empresas associadas a enfrentar os desafios do mercado e a prosperar em um ambiente competitivo em constante evolução.

NOVO BIÊNIO

Auditora do Tribunal de Contas é a nova presidente do Focco

A auditora Chrystiane Mariz Maia foi escolhida como nova coordenadora do Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (Focco-PB) no biênio 2024-2025. A escolha ocorreu durante a sessão ordinária dos membros do Focco na sede do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) ontem.

A escolha mereceu a aprovação do presidente da Corte, conselheiro Nominando Diniz Filho, que participou da reunião como anfitrião. O TCE assume a coordenação dos trabalhos durante os próximos dois anos. O presidente manifestou sua satisfação em contribuir com os órgãos de controle na defesa da transparência pública, que é uma das metas de sua gestão, enfatizando o zelo pela boa e regular aplicação dos recursos da sociedade.

Nominando Diniz destacou a importância do Focco-PB, que é uma iniciativa conjunta da sociedade civil e instituições públicas que atuam em conjunto para traçar estratégias de prevenção e combate à corrupção, fomentando a transparência pública, a fiscalização institucional e o controle social. Na ocasião, o presidente colocou à disposição do Fórum todas as ferramentas de controle que são utilizadas pelo TCE.

O conselheiro ainda lembrou a trajetória do Fórum de Combate à Corrupção, que hoje tem uma abrangência nacional e foi um trabalho iniciado pelo então chefe da Procuradoria Federal na Paraíba, Fábio George, surgido em 2005, hoje é reconhecido como uma das principais experiências brasileiras no combate à malversação de recursos públicos.

Chrystiane Mariz Maia agradeceu a confiança do presidente do TCE e enfatizou a responsabilidade de assumir a coordenação de uma entidade tão qualificada e representativa dos anseios da sociedade. Ressaltou a importância do trabalho conjunto dos órgãos com o fim de beneficiar a sociedade. "Todos os componentes do Fórum têm o propósito de melhorar a vida das pessoas", disse ela, ao reforçar a defesa dos meios de combate à corrupção. "E realizam essas ações fora de suas atividades ordinárias ", completou.

Nos últimos dois anos a coordenação do Fórum de Combate à Corrupção - Focco-PB, estava sob a responsabilidade do representante do TCU – Tribunal de Contas da União, Claudivan da Silva Costa, que, na oportunidade, fez um retrospecto do trabalho realizado nos últimos anos e reforçou o compromisso do Focco, órgão pioneiro no combate à corrupção no Brasil.

Foto: Ascom/TCE-PB

Membros do Focco-PB definiram o novo comando da instituição, que ficará sob a responsabilidade do Tribunal de Contas

POSSE EM AGOSTO

Herman Benjamin presidirá o STJ

Paraibano, natural de Catolé do Rocha, foi eleito ontem para o biênio 2024-2026 à frente do tribunal

O ministro Herman Benjamin foi eleito ontem para presidir o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Natural de Catolé do Rocha, no Sertão paraibano, o ministro comandará a corte no período de 2024 a 2026.

Além de Benjamin, o ministro Luis Felipe Salomão foi eleito como vice-presidente, e o ministro Mauro Campbell Marques indicado para ser o próximo corregedor nacional de Justiça.

Os novos presidente e vice tomarão posse em agosto, em substituição a Maria Thereza de Assis Moura e Og Fernandes, e também comandarão o Conselho da Justiça Federal (CJF). A indicação do ministro Campbell será submetida à apreciação do Senado Federal, e a nomeação caberá ao presidente da República.

Durante a sessão do Pleno, o presidente eleito do STJ, Herman Benjamin, agradeceu a confiança dos colegas, que o escolheram por aclamação. Segundo o ministro, a expectativa é de muito trabalho pela frente, para que o tribunal possa cumprir da melhor forma sua missão constitucional. O vice-presidente eleito, Luis Felipe Salomão, disse ter recebido com alegria a demonstração de confiança dos demais membros da corte e que segue à disposição para fazer o melhor pelo STJ.

Foto: Ascom/STJ

O ministro Herman Benjamin, escolhido por aclamação, toma posse em agosto, em substituição a Maria Thereza de Assis

Herman Benjamin é um jurista de atuação destacada nas áreas do direito ambiental e do direito do consumidor. É formado em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em direito pela Universidade de Illinois, nos Estados Unidos. Iniciou a carreira jurídica em 1982, no Ministério Público de São Paulo, e, ao longo de 24 anos, atuou em várias frentes na instituição. Conferencista e autor de diversos livros, ensaios e artigos jurídicos, conciliou atividades de docência no Brasil e no exterior.

Desde 1995, é professor visitante da Faculdade de Direito da Universidade do Texas, nos Estados Unidos. Também na condição de professor visitante, já lecionou na Faculdade de Direito de Illinois e na Universidade Católica Louvain-la-Neuve, na Bélgica. O ministro é fundador e co-diretor da Revista de Direito Ambiental, publicada desde 1995.

No STJ, integra a Corte Especial, a Primeira Seção e a Segunda Turma – as duas últimas especializadas em direito público. Foi membro do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho da Justiça Federal e dirigiu a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.

POR UNANIMIDADE

ALPB cria política de acolhimento e capacitação de pais de autistas

Filipe Cabral
filipemscabral@gmail.com

A Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) aprovou, ontem, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 936/23, que pretende criar uma política de acolhimento e capacitação para pais ou responsáveis de pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A proposta, de autoria da deputada Camila Toscano, tem como objetivos: oferecer apoio emocional e informativo aos pais e responsáveis; promover ações de capacitação sobre o TEA; facilitar o acesso a serviços públicos de saúde e educação especializada; e incentivar a inclusão social e escolar das pessoas diagnosticadas.

"O intuito do projeto é justamente olhar por essas pessoas que estão cuidando dos autistas, que estão do outro lado da moeda, para que a gente comece a chamar a atenção da sociedade para o cuidado com essas pessoas, que, assim como o autista, também precisam de um olhar diferenciado. E o poder público tem que olhar por essas pessoas", explicou a deputada.

Foto: Ascom/ALPB

Proposta de Camila, aprovada ontem, prevê a promoção de ações de capacitação sobre o TEA e facilita o acesso a serviços

Proposta, de autoria da deputada Camila Toscano, tem como objetivos oferecer apoio emocional e informativo

Entre as atividades previstas pela lei, estão palestras e *workshops* sobre o transtorno, atendimento psicológico para pais e responsáveis, distribuição de material informativo, encaminhamento para serviços especializados e "outras ações que visem ao bem-estar dos envolvidos".

Além dos órgãos e entidades do poder público estadual, a implementação da política admite parcerias com organizações não governamentais (ONGs), instituições de ensino e profissionais da área de saúde. Segundo o projeto, os pais ou responsáveis também podem participar das ações "de forma voluntária e gratuita".

Projeto de Jutay proíbe biometria para garantir bem-estar

As pessoas com deficiência, com Transtorno do Espectro Autista (TEA), déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), síndrome de Down ou dislexia enfrentam dificuldades cotidianas e, às vezes, situações corriqueiras podem se transformar em um grande transtorno. É o caso dos procedimentos de reconhecimento facial ou identificação biométrica. Pensando no bem-estar dessas pessoas, o deputado Jutay Meneses (Republicanos) apresentou na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) o projeto de Lei nº 2.152/24, que proíbe a realização de reconhecimento facial ou cadastramento biométrico pelos estabelecimentos públicos e privados nesse público.

Foto: Divulgação

Jutay Meneses: mais proteção a pessoas com deficiência

"A proposta visa proibir o procedimento em pessoas com deficiência, com Transtorno do Espectro Autista (TEA), déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), síndrome de Down ou dislexia, garantindo acesso aos estabelecimentos de forma tranquila, sem mais barreiras, bastando a comprovação da condição para garantir o direito ao não reconhecimento facial ou biométrico", destacou Jutay.

Segundo o parlamentar, a simples repetição do procedimento por falha pode ser o suficiente para desencadear uma crise em uma criança com TEA, por exemplo. A abordagem por um estranho, o aparato tecnológico envolvido, tudo isso pode ser tornar um gatilho.

Proposta visa proibir o procedimento em pessoas com deficiência, garantindo acesso aos serviços

Jutay Meneses

De acordo com Jutay, se transformada em Lei a proposta, será necessário que o acompanhante responsável pela pessoa com deficiência, com Transtorno do Espectro Autista, déficit de atenção e hiperatividade, síndrome de Down ou dislexia comprove a condição na chegada ao estabelecimento por meio de laudo médico ou carteira de identificação.

INVESTIGAÇÃO

PGR denuncia Zambelli e *hacker*

Deputada federal é suspeita de pagar Walter Delgatti para invadir o sistema do Conselho Nacional de Justiça

Pepita Ortega
Agência Estado

A Procuradoria-Geral da República denunciou a deputada federal, Carla Zambelli, e o *hacker*, Walter Delgatti, no caso da invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A acusação foi apresentada ao Supremo Tribunal Federal ontem. Os dois haviam sido indiciados por supostos crimes de invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica.

A decisão sobre o eventual recebimento da denúncia caberá ao Plenário do STF, julgamento que ainda não tem data para ocorrer. O ministro Alexandre de Moraes, relator, ainda deverá liberar os autos para que o presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, agende uma data para que os ministros se debrucem sobre o caso.

Quando o inquérito foi finalizado, a Polícia Federal destacou que uma série de documentos apreendidos com Zambelli correspondiam a arquivos inseridos por Delgatti no CNJ, o que, para a corporação, mostra que ela participou da invasão. Entre esses arquivos está o mandado de prisão falso em que o ministro Alexandre de Moraes teria determinado sua própria prisão.

Em depoimento, Delgatti sustentou que teria recebido R$ 40 mil de Zambelli para invadir sistemas do Judiciário. A conclusão da Polícia Federal, no entanto, foi no sentido de que as transferências feitas ao *hacker* teriam ocorrido para a compra de garrafas de uísque, revendidas por "Vermelho" ao assessor da bolsonarista.

A fase ostensiva da investigação, batizada de 3FA, foi aberta em agosto, com a prisão de Delgatti e a realização de buscas em endereços de Zambelli. Em oitiva antes da deflagração da Operação, o hacker chegou a citar um encontro com o ex-presidente Jair Bolsonaro no Palácio do Alvorada.

A defesa da deputada Carla Zambelli recebeu com surpresa o oferecimento da denúncia em seu desfavor, já que inexiste qualquer prova efetiva que ela tivesse de alguma forma colaborado, instigado ou incentivado o mitômano Walter Delgati a praticar as ações que praticou. A narrativa dele acusando a Deputada e terceiras pessoas foi desmentida pela própria investigação, e a defesa irá exercer sua amplitude para demonstrar que ela não praticou as infrações penais pelas quais foi acusada.

A defesa do *hacker* não se manifestou até o fechamento desta edição.

Foto: Lula Marques / EBC

Inquérito da PF destacou que documentos apreendidos com Carla Zambelli correspondiam aos arquivos inseridos no CNJ

Defesa

Advogados da deputada federal alegam que não existem provas da participação da parlamentar no crime

FRAUDE DA VACINA

Polícia vai intensificar as investigações contra Bolsonaro

Lavínia Kaucz
Agência Estado

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e determinou que a Polícia Federal (STF) aprofunde as investigações que ligam o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) a uma fraude no cartão de vacinação.

O pedido do PGR, Paulo Gonet, foi feito após análise do relatório em que a PF imputou ao ex-presidente e mais 16 investigados supostos crimes de associação criminosa e inserção de dados falsos em sistema de informação.

Moraes quer que a PF esclareça se algum certificado de vacinação foi apresentado por Bolsonaro e pelos demais integrantes da comitiva presidencial quando entrou nos Estados Unidos e se havia, à época, norma que exigisse apresentação de certificado de vacina de todo estrangeiro, mesmo que fosse detentor de passaporte e visto diplomático.

Também determinou que a PF aprofunde as investigações sobre os indícios de falsidade dos registros de vacinação em nome dos familiares do deputado Gutemberg Reis de Oliveira (MDB-RJ) e para que seja relatado o resultado da quebra de sigilo do seu celular. Por fim, Moraes quer que sejam anexados os laudos periciais dos demais aparelhos eletrônicos apreendidos.

POLÍTICA

Congresso analisa se irá derrubar vetos de Lula hoje

Iander Porcella e Gabriel Hirabahasi
Agência Estado

O Congresso Nacional realiza sessão conjunta, hoje, para analisar matérias vetadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Todos os vetos em tramitação no Legislativo estarão na pauta, segundo o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). A análise de alguns, porém, pode ser adiada caso não haja acordo para incluí-los na votação conjunta, pela cédula em papel. Há 32 vetos pendentes de votação pelos parlamentares.

Dentre os principais vetos analisados, estão aqueles referentes ao corte em emendas de comissão e ao calendário para pagamento dos recursos de emendas obrigatórias, que correm o risco de serem derrubados pelos deputados e senadores devido aos recentes atritos entre Palácio do Planalto e Congresso.

Vetos de Lula

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, Lula vetou R$ 5,6 bilhões das emendas de comissão, que foram turbinadas pelo Congresso este ano. Mesmo com a tesourada, o montante ainda é recorde, de R$ 11 bilhões.

Essa modalidade de emenda parlamentar, que não tem pagamento obrigatório, virou o principal trunfo das cúpulas da Câmara e do Senado na articulação política interna do Legislativo após o fim do orçamento secreto. O esquema, revelado pelo Estadão, consistia no repasse de emendas de relator sem transparência e foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no fim de 2022.

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano, o principal veto de Lula foi ao calendário para empenho e pagamento de emendas impositivas (de pagamento obrigatório).

Os deputados e senadores haviam aprovado um dispositivo que obrigava o governo a separar os recursos para pagamento dessas emendas no primeiro semestre e a também executar o gasto no caso das transferências "fundo a fundo" ligadas à saúde e à assistência social.

PL das saidinhas

O veto de Lula a um trecho da lei que limita as saídas temporárias de presos do regime semiaberto em datas comemorativas é um dos que estão na pauta de votação. Por se tratar de um tema popular, deputados e senadores podem aproveitá-lo para impor uma derrota ao Planalto e fazer um aceno ao eleitorado, especialmente em um ano de pleito municipal.

Com o veto, Lula permitiu as "saidinhas" para os presos visitarem as famílias. A decisão do presidente gerou reação da Frente Parlamentar da Segurança Pública, conhecida como "bancada da bala", e de outros grupos do Congresso.

Registro de agrotóxicos

O Congresso também deve analisar o veto parcial do presidente Lula à lei que flexibiliza as regras para o registro de agrotóxicos no País. O presidente vetou o trecho que acaba com o modelo regulatório tripartite do registro, evitando que o Ministério da Agricultura concentrasse poder para esse tipo de decisão.

Outro trecho vetado por Lula foi o que dispensava empresas de colocarem advertências em suas embalagens de que o recipiente não poderia ser reaproveitado.

PROJETO DE LEI

Comissão aprova Tarifa Social de Água e Esgoto

Agência Senado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o Projeto de Lei (PL) 795/2024, que cria a Tarifa Social de Água e Esgoto. De acordo com a proposta, que segue para o Plenário em regime de urgência, famílias de baixa renda vão pagar menos pelo uso da água.

O texto aprovado é um substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado, apresentado originalmente pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM). O relatóriodo senador Flávio Arns (PSB-PR) foi lido pelo senador Oriovisto Guimarães (Pode-mos-PR).

De acordo com o voto, a tarifa social será metade do valor cobrado pela menor faixa de consumo. Ela será aplicada aos primeiros dez metros cúbicos consumidos. O que ultrapassar esse limite será cobrado segundo a tarifa normal. Nos locais onde já for praticada tarifa social, ela poderá continuar existindo.

Em alteração feita pelo relator, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) deve estabelecer diretrizes nacionais para definir o limite máximo de renda abaixo do qual as famílias devem ter direito à tarifa social. O texto original determinava como limite a renda mensal de até meio salário mínimo per capita. No entanto, para Flávio Arns, seria "inviável tecnicamente aplicar uma única faixa de rendimentos de modo uniforme em todo o território nacional, dadas as imensas diversidades e desigualdades do país".

As famílias que têm direito à tarifa social devem ser incluídas automaticamente pelas companhias de abastecimento. Aquelas que, tendo o direito, não forem contempladas, podem solicitar a inclusão. De acordo com o texto, a família que deixar de preencher os requisitos necessários para a tarifa social pode permanecer no sistema por mais três meses. O consumidor deve ser avisado sobre a perda iminente do benefício nas faturas correspondentes.

O PL 795/2024 impede o acesso à tarifa social para quem fizer ligação clandestina de água e esgoto. Também perde o benefício o consumidor que danificar de propósito os equipamentos destinados aos serviços ou compartilhar a água com família que não tiver direito ao benefício. Em quaisquer dos casos, a família tem três meses para corrigir a irregularidade.

A tarifa social entra em vigor 180 dias após a publicação da futura lei.

PL impede o acesso ao benefício para os consumidores que fizerem ligações clandestinas

ORIENTE MÉDIO

Hezbollah atinge Israel com bombas

Ataque com drones mirou posições militares israelenses, em resposta à morte de membro do grupo radical xiita libanês

Agência Estado

O grupo radical xiita libanês Hezbollah atacou duas posições militares no norte de Israel com drones, em resposta à morte de um dos seus membros em um bombardeio israelense no sul do Líbano. O ataque realizado ontem atingiu uma área consideravelmente mais ao sul do que as áreas que o grupo libanês, normalmente ataca, e foi o mais profundo desde o início da guerra.

Os combatentes do Hezbollah executaram um bombardeio com drones contra duas posições militares israelenses, no norte da cidade do Acre, anunciou o movimento pró-Irã em um comunicado.

O grupo xiita, que intensificou as suas ações nos últimos dias, normalmente, limita-se a atacar posições na fronteira.

Mais cedo, o Exército de Israel disse que matou Hussein Ali Azqul em um ataque aéreo no sul do Líbano e o descreveram como um agente "significativo" na unidade de defesa aérea do Hezbollah. Os militares israelenses disseram em comunicado que "interceptaram com sucesso dois alvos aéreos suspeitos na costa norte".

A mídia estatal e testemunhas disseram que o ataque aconteceu na área de Adloun, entre as cidades costeiras de Sidon e Tiro, cerca de 40 quilômetros ao norte da fronteira com Israel. O homem estava "envolvido no planejamento e execução de ataques terroristas contra Israel e nas atividades de uma unidade aérea do Hezbollah", acrescentou.

O exército israelense também anunciou que eliminou um "terrorista importante das forças de Al Radwan", a unidade de elite do Hezbollah.

Foto: OMS

Pessoas reunidas em frente às ruínas do hospital Al-Shifa, onde mortos foram encontrados em covas feitas no pátio da unidade

GUERRA NA PALESTINA

Mais de 300 corpos enterrados em valas dos principais hospitais de Gaza são encontrados

Da Redação
com Agência Estado

Pelo menos 310 corpos foram exumados de valas comuns até ontem nos pátios do hospital Nasser, em Khan Younis, no sul de Gaza, de onde as tropas de Israel se retiraram no início de abril, após quatro meses de combates na área. Além disso, de acordo com a agência ONU News, no hospital Al-Shifa, no norte de Gaza, pelo menos 12 corpos palestinos foram encontrados e identificados em covas localizadas no pátio da unidade e em frente ao prédio de diálise. Algumas das vítimas estavam com as mãos amarradas. A ONU exigiu uma investigação internacional sobre as valas e denunciou o "clima de impunidade reinante".

Na última segunda-feira (22), a Proteção Civil da Faixa de Gaza havia indicado que desde o sábado (20), foram exumados cerca de 200 corpos que haviam sido enterrados pelas forças israelenses em valas comuns no hospital Nasser em Khan Yunis.

O gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos declarou-se "horrorizado" com a destruição dos dois principais hospitais de Gaza. O alto comissário para os Direitos Humanos, Volker Türk, exigiu "investigações independentes, eficazes e transparentes" sobre o ocorrido.

"Dado o clima de impunidade reinante, os investigadores internacionais devem participar neste processo", disse.

Segundo fontes palestinas, a maior parte dos corpos são de crianças e mulheres, civis de Gaza mortos quando as tropas israelenses tomaram a região, e que teriam sido enterrados "coletivamente" durante o cerco.

"As vítimas foram enterradas muito profundamente no solo e cobertas por lixo", disse Ravina Shamdasani, porta-voz do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados, aos jornalistas, acrescentando que as vítimas incluíam idosos e mulheres. Outros foram "encontrados com as mãos amarradas e sem roupas", acrescentou.

ALEMANHA

Justiça prende suspeito de espionar para a China

Agência Estado

A Justiça da Alemanha anunciou ontem a detenção de um homem que trabalha para um proeminente legislador alemão de extrema direita no Parlamento Europeu, acusado de espionar para a China. A detenção ocorreu menos de 24 horas depois de três pessoas terem sido detidas por uma acusação semelhante, em um caso separado no país.

O último detido, identificado como Jian G., é acusado de espionar opositores chineses e de ter compartilhado informações sobre o Parlamento Europeu com um serviço de inteligência chinês, segundo o comunicado do Ministério Público Federal da Alemanha. Os promotores alegam que ele também espionou dissidentes chineses na Alemanha.

Segundo o *site* do Parlamento Europeu, Jian Guo faz parte da lista de assistentes credenciados do eurodeputado Maximilian Krah, cabeça de lista do partido alemão de extrema direita AfD nas próximas eleições europeias, em 9 de junho.

"Não tenho mais informações", disse Krah. Acrescentou que "a atividade de espionagem para um Estado estrangeiro é uma alegação grave" que, se comprovada, levaria ao despedimento imediato do funcionário.

China nega

Questionado em Pequim sobre a última detenção na Alemanha, o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Wenbin, disse que "os relatórios recentes na Europa sobre a espionagem chinesa são todos exagerados com o objetivo de difamar e reprimir a China".

Segundo a Justiça alemã, "o acusado forneceu informações em diversas ocasiões em janeiro de 2024 sobre as negociações e decisões do Parlamento Europeu ao seu cliente do serviço de inteligência". O suspeito, que vive entre Bruxelas e Dresden, foi detido na última segunda-feira (22). Sua casa foi revistada.

A notícia da prisão chegou um dia depois de três alemães suspeitos de espionar para a China e de organizar a transferência de informações sobre tecnologia com potencial uso militar terem sido presos em um caso separado.

No Reino Unido, a polícia anunciou também na última segunda-feira (22) a acusação de dois homens, de 29 e 32 anos, suspeitos de espionagem para a China entre o final de 2021 e fevereiro de 2023. Christopher Cash e Christopher Berry são acusados de obter, coletar, registrar, publicar e comunicar documentos ou informações "que se acredita serem direta ou indiretamente úteis a um inimigo", segundo a Scotland Yard. Segundo a imprensa alemã, os dois casos não estão ligados.

> **"Os relatórios recentes na Europa sobre a espionagem chinesa são todos exagerados**
>
> Wang Wenbin

Brasil e 16 países pedem libertação de reféns

Uma nota assinada pelo Brasil e outros 16 países pediu ao Hamas que todos os reféns detidos há mais de 200 dias sejam libertados. O documento foi divulgado ontem.

De acordo com a nota, entre os sequestrados estão cidadãos dos 17 países. O apelo afirma ainda que a libertação dos aprisionados vai viabilizar um cessar-fogo imediato e prolongado na Palestina. Assim, seria possível o retorno dos habitantes da Faixa de Gaza para as suas casas.

Além do Brasil, a nota foi assinada pelos Estados Unidos, Argentina, Alemanha, Áustria, Bulgária, Canadá, Dinamarca, Espanha, França, Hungria, Polônia, Portugal, Romênia, Reno Unido, Sérvia e Tailândia.

De acordo com a Agência Brasil, cerca de 240 pessoas foram aprisionadas pelo Hamas no dia 7 de outubro do ano passado. Parte deles foi libertada durante um breve cessar-fogo em novembro de 2023.

O brasileiro Michel Nisenbaum, de 59 anos, é prisioneiro do Hamas. Outros três brasileiros morreram no dia do ataque.

> O brasileiro Michel Nisenbaum foi aprisionado pelo Hamas desde 7 de outubro de 2023

ESCASSEZ DE SOLDADOS

Governo da Ucrânia suspende os serviços consulares para homens em idade militar

Homens ucranianos em idade militar, ou seja, entre 18 e 60 anos, estão com os serviços consulares suspensos no exterior. A medida foi anunciada ontem, pelo ministro das Relações Exteriores do país, Dmytro Kuleba. O esforço do governo é para ampliar o recrutamento para a guerra contra a Rússia e atrair de volta para o país os cidadãos em idade de combate.

De acordo com o anúncio, a suspensão é temporária. A medida irá interromper serviços como a renovação de documentos pessoais, como o de identidade, assim como outros procedimentos administrativos.

Ainda no pronunciamento, o ministro informou que, em breve, serão anunciados os procedimentos para que homens voltem a ter acesso aos serviços. De acordo com a Agência Brasil, a medida pode estar ligada a uma tentativa de mobilizar os civis para as Forças Armadas, uma vez que a que o exército do país luta contra a invasão russa há dois anos e precisa de soldados.

A lei, que vai entrar em vigor no próximo mês, exigirá que todos os homens em idade militar atualizem os documentos junto aos escritórios de recrutamento. Segundo o ministério, quando a "situação militar" dos homens da faixa etária for atualizada, os que tiverem um "registro militar válido" poderão acessar de novo os serviços consulares.

> **Medida**
>
> **Interrupção é temporária e tem o objetivo de atualizar a situação militar e recrutar cidadãos para combater o exército russo**

Selic	Salário mínimo	Dólar $ Comercial	Euro € Comercial	Libra £ Esterlina
Fixado em 20 de março de 2024		-0,74%	-0,27%	+0,08%
10,75%	R$ 1.412	R$ 5,130	R$ 5,490	R$ 6,388

Inflação

IPCA do IBGE (em %)

Mês	%
Março/2024	0,16
Fevereiro/2024	0,83
Janeiro/2024	0,42
Dezembro/2023	0,56
Novembro/2023	0,28

Ibovespa

PRIMEIRA PARCELA

Antecipação do 13º do INSS injeta R$ 540 milhões na PB

Em todo o país, o pagamento representará a movimentação de R$ 33,4 bilhões

Da Redação

O pagamento da primeira parcela do 13º salário de 670 mil aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vai injetar R$ 540 milhões na economia da Paraíba a partir de hoje. Para quem recebe até um salário mínimo (R$ 1.412), os depósitos correspondentes a 50% do valor do benefício começam no dia 24 de abril e vão até 8 de maio.

O pagamento do 13º salário para aposentados, pensionistas e beneficiários de auxílios previdenciários do INSS representará uma movimentação de R$ 33,4 bilhões em todo o país, segundo estimativa do órgão.

Calendário

O calendário leva em consideração o número final do cartão de benefício, sem considerar o dígito verificador, que aparece depois do traço. Recebem primeiro os aposentados e pensionistas com benefício final 1. Os segurados com renda mensal acima do piso nacional terão seus pagamentos creditados a partir de 2 de maio, para os que têm cartão final 1 e 6.

O INSS paga, mensalmente, 39.900.730 benefícios previdenciários em todo o Brasil. Desse total, 5.964.306 são assistenciais e 33.936.424, previdenciários. O número de pessoas que recebe até um salário mínimo em todo o país é de 27.640.302. Os que ganham acima do piso nacional somam 12.260.428 pessoas, segundo dados de janeiro deste ano.

Os beneficiários podem saber quanto vão receber de duas formas: ligando para a central de atendimento 135 e pelo aplicativo ou site Meu INSS. Ao ligar, informe o número do CPF e confirme algumas informações cadastrais, de forma a evitar fraudes. O atendimento está disponível de segunda-feira a sábado, das 7h às 22h.

Os segurados que têm acesso à internet podem acessar o site Meu INSS. Após fazer o *login*, na tela inicial, clique no serviço de "Extrato de Pagamento". É possível ter acesso ao extrato e todos os detalhes sobre o pagamento do benefício.

A consulta também pode ser feita pelo aplicativo Meu INSS, disponível para aparelhos com sistemas Android e iOS. Assim como no acesso pelo *site*, de início, é necessário fazer *login* e senha. Depois disso, todos os serviços disponíveis e o histórico das informações do beneficiário serão listados.

Foto: Divulgação/Sebrae

Cariri da Paraíba tem paisagens singulares, como o Lajedo de Pai Mateus, em Cabaceiras

EMPREENDEDORISMO

Economia criativa será debatida em seminário no Cariri paraibano

Da Redação

Um seminário gratuito para empreendedores e profissionais que atuam nessa cadeia produtiva está sendo produzido pelo Sebrae-PB em parceria com a Prefeitura de Monteiro na próxima sexta-feira (26). O evento é parte de ações que buscam fomentar o turismo e a economia criativa no Cariri paraibano e também conta com o apoio da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde será realizado das 9h às 12h.

Entre os destaques da programação, está uma roda de conversas que será mediada pela gestora de turismo e economia criativa do Sebrae-PB, Regina Amorim.

"O seminário é uma oportunidade de apresentar aos pequenos negócios do turismo e aos representantes da cultura e da economia criativa, a importância de estarem conectados em rede, de fortalecer a governança regional e de ter uma boa ideia para solucionar um problema ou mudar o mundo", explicou a gestora.

Ainda conforme Regina Amorim, "é importante lembrar que as tendências podem ser um sinal de que o empreendedor precisa abandonar o que não é seu e passar a valorizar mais o que já pertence ao seu território. Então, a nossa intenção é promover uma reflexão sobre isso", acrescentou.

Além dessa roda de conversas, a programação do Seminário de Economia Criativa e Turismo do Cariri também vai contar com uma palestra do prefeito de Cabaceiras, Tiago Castro, que vai falar sobre a Festa do Bode Rei e a Economia Criativa. Em seguida, o jornalista, diretor e produtor cultural, Hipólito Lucena, vai ministrar palestra abordando a produção audiovisual na Paraíba.

Também por ocasião do seminário, uma viagem de familiarização vai apresentar os principais atrativos turísticos de Monteiro, como forma de incentivar e divulgar o potencial turístico da região. "Durante momentos como esse seminário, nós buscamos trabalhar as competências empreendedoras, o sentimento de pertencimento, o turismo e a economia criativa, buscando sempre o fortalecimento de toda essa cadeia produtiva", pontuou a gerente regional do Sebrae-PB no Cariri, Madalena Arruda.

PROCON

Preços de produtos de limpeza e higiene variam até 120% em JP

Os preços de produtos de limpeza e de higiene pessoal podem variar até 120% nos supermercados de João Pessoa, conforme pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-JP).

É o caso do amaciante de roupas Fofo 500ml, que oscila entre R$ 4,99 no supermercado Menor Preço – Bairro dos Estados, e R$ 10,99 no supermercado Manaíra, diferença de R$ 6, o equivalente a 120,24%.

Outra grande diferença de preço foi encontrada no papel higiênico Personal Vip pacote com 16 rolos, com os preços oscilando entre R$ 17,89 (Carrefour) e R$ 31,90 (Super Box Brasil), diferença de R$ 14,01 ou 78,31%.

O sabonete Even Pro 85g foi encontrado com preços entre R$ 1,59 (Carrefour) e R$ 3,19 (Menor Preço), diferença de R$ 1,60 ou 100,63%. Já o preço do creme dental Close Up 90g oscilou entre R$ 2,99 (O Cestão) e R$ 5,99 (Assaí Atacadista e Menor Preço), diferença de R$ 3 ou 100,33%.

A pesquisa também registrou diferenças significativas no sabão líquido Tixan Ypê 3 litros, com preços entre R$ 26,79 (Rede Compras) e R$ 39,99 (Manaíra), variação de 49,27% ou R$ 13,20; e no sabão líquido Brilux 3 litros, com preços entre R$ 29,99 (Mateus) e R$ 39,99 (Menor Preço), variação de 33,34%.

O levantamento do Procon-JP foi feito na última segunda-feira e traz preços de 63 itens como creme dental, sabonete, papel higiênico, amaciante de roupa, água sanitária, sabão (em pó, em barra, e líquido), detergente, desinfetante, álcool 70% entre outros.

Para conferir a pesquisa completa acesse o site da Prefeitura de João Pessoa www.joaopessoa.pb.gov.br

José Maria Mendes
@zewan | Colaborador

Entre o marketing e a influência

Advertainment (publicidade + entretenimento), *marketing* boca a boca, publicidade nativa ou *marketing* de influência são termos que teriam a função de publicizar novos contratos comunicacionais e novos níveis de interlocução para os agentes do mercado e, mais importante, para os anunciantes que buscam por novidades.

Tais denominações são apenas o lado expressivo das dificuldades de manejar diferenças e imprecisões. Um batismo distintivo que institui o novo, mas, muitas vezes, continua a conduzir práticas que apenas reciclam, remedam e repetem.

Nessa lógica, anúncios de TV protagonizados por figuras célebres da *web*, ou *product placement* e patrocínio de influenciadores em seus espaços de difusão de conteúdos são encapsulados por um *marketing* de influência sem, necessariamente, um tensionamento em relação ao fazer diferenciador que justifique a mudança.

Sem os devidos questionamentos, portanto, acrescentar *marketing* à influência não agrega nenhum parâmetro processual, apenas o posiciona como mais uma ferramenta do composto de comunicação de *marketing*.

Se por um lado tal alocação procura fornecer a legitimidade profissional desse trabalho, por outro, ela apenas se coloca como um primeiro passo que demanda o estabelecimento das práticas ideais - e distintivas - que particularizam esse "novo" ato de comunicação das marcas.

Como pontua o YouPix em seu Breve Guia Estratégico do *Marketing* de Influência: "*Marketing* com (grifo nosso) influenciadores não é a mesma coisa que *Marketing* de (grifo nosso) Influência. A diferença é sutil mas, na prática, existe um abismo entre usar influenciadores de forma tática e desorganizada e de fato integrar influência à estratégia da marca".

Esse papel de passagem do uso tático para o estratégico, o qual leva à reflexão e à consequente institucionalização das práticas, foi sendo realizado por empresas como a própria YouPix, e outras, como as também brasileiras Airfluencers, Influency.me e Squid. Empresas que, por conta dessa especialização, não empreendem um uso indiscriminado do *marketing* de influência, apesar de se pontuarem por essa descrição. Uma especialização que, de todo modo, acabou posicionando-as como fonte fundamental sobre o manejo da influência digital e, consequentemente, como as responsáveis por produzir - e reproduzir - o afinamento das práticas ideais associadas a esta.

A preocupação dessas empresas com a instância, portanto, deve ser maior do que a mera oportunização dos influenciadores digitais para o mercado anunciante e gira em torno também de uma certa refração a um *marketing* que sobrepõem-se à influência.

Isso fica perceptível, por exemplo, quando elas rechaçam a publicidade velada ou quando elas colocam a instância como um contraponto aos modos estandardizados de divulgação. Ou mesmo quando se colocam enquanto parceiros dos influenciadores, avaliando e sugerindo questões extra promocionais, do ponto de vista da fruição dos conteúdos ou da relação com os seguidores/espectadores.

O trabalho dessas empresas é, pois, atestar o hibridismo inerente à influência digital: nem somente a produção de conteúdo que a institui, nem muito menos somente a publicidade que a financia. Um bom lembrete, aliás, para quando a "influência" era um substantivo abstrato de valor e não um mero objeto concreto, desvalorizado exatamente ali no (*hashtag*) "patrocinado".

BOLSA FAMÍLIA

Cai pobreza na primeira infância

Cerca de 670 mil crianças estão em situação de extrema pobreza. Número seria muito maior sem programa

Agência Brasil

O país tem 18,1 milhões de crianças de zero a seis anos de idade, segundo dados do Censo 2022. Cerca de 670 mil (6,7%) estão em situação de extrema pobreza (renda mensal familiar *per capita* de até R$ 218).

Esse número, no entanto, poderia ser muito pior (8,1 milhões ou 81%) sem o auxílio de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Essa é a conclusão de um estudo feito pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal (FMCSV).

O Perfil Síntese da Primeira Infância e Famílias no Cadastro Único leva em consideração dados de outubro de 2023 do CadÚnico, sistema que reúne informações das famílias de baixa renda no país (renda mensal *per capita* de até R$ 660). Na primeira infância, de zero a seis anos, são 10 milhões de crianças (55,4%) classificadas nessa categoria.

"Esse estudo demonstra o potencial do Cadastro Único para a identificação de vulnerabilidades na primeira infância, a relevância de seu uso para a elaboração de iniciativas para esse público e a importância do Bolsa Família no combate à pobreza", diz Letícia Bartholo, secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único.

Foto: Arquivo/Agência Brasil

Estudo aponta que 43% dos responsáveis por famílias com crianças de zero a seis anos não têm nenhuma fonte de renda fixa

O estudo traz outros recortes, como o fato de que 43% dos responsáveis por famílias com crianças de zero a seis anos não têm nenhuma fonte de renda fixa. Para 83% deles, a principal fonte de renda é o Bolsa Família.

Cerca de três a cada quatro famílias com crianças na primeira infância são chefiadas por mães solo. A maioria delas é parda e tem idade entre 25 e 34 anos.

Em relação ao perfil das crianças, 133,7 mil (11,1%) são indígenas; 81,3 mil (6,7%) são quilombolas, e 2,8 mil (0,2%) estão em situação de rua.

"Ao lado de outras políticas públicas, o Bolsa Família tem um enorme potencial de equacionar as desigualdades do país. A criação do Benefício Primeira Infância é o primeiro passo para chamar a atenção de gestores, gestoras e população em geral para a importância dessa fase na vida", diz Eliane Aquino, secretária Nacional de Renda de Cidadania (Senarc).

Diferenças regionais

Ao considerar as regiões do país, o levantamento aponta a existência de desigualdades. Segundo o Censo, o Nordeste tem 5,1 milhões de crianças na primeira infância: 3,7 milhões (72%) estão registradas do CadÚnico. No Norte, há 1,9 milhão de crianças na primeira infância: 1,4 milhão (73%) registradas no CadÚnico.

Por outro lado, na região Sudeste, quase metade do total de crianças entre zero e seis anos, estão registradas no programa. São 6,8 milhões de crianças na região, das quais 3,1 milhões estão no CadÚnico.

"A disparidade socioeconômica entre crianças na primeira infância exige ações imediatas e uma política nacional integrada que aborde as necessidades específicas das famílias mais vulnerabilizadas. O Cadastro Único é um importante instrumento para nortear uma política que sirva como alavanca para equidade", diz Mariana Luz, diretora da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal.

Perfil dos municípios

O estudo faz um recorte municipal, a partir de uma classificação em três grupos. O primeiro inclui cidades onde há mais crianças migrantes, em situação de rua e em domicílio improvisado coletivo. O segundo, onde há maior precariedade habitacional, é primeira infância na área rural e de populações tradicionais e específicas. O terceiro, crianças em situação de trabalho infantil, fora da pré-escola e em precariedade habitacional.

Os dados mostram que 71% dos municípios da região Norte não tem saneamento adequado. No Sudeste, o índice é de 20%. No Nordeste, 9% dos municípios não têm energia elétrica.

Os dados fazem parte da série Caderno de Estudos, do MDS, que desde 2005 busca construir conhecimento científico e gestão de políticas públicas. Na nova edição, o caderno apresenta uma série de publicações voltadas para a primeira infância, como pesquisas sobre o impacto do programa de Cisternas na saúde infantil e os desafios enfrentados por mães no mercado de trabalho após terem o primeiro filho.

Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Estimativa para o próximo ano está dentro do intervalo de meta de inflação que deve ser perseguida pelo Banco Central

EM 2024

Mercado prevê alta do PIB acima de 2%

Agência Brasil

O mercado financeiro elevou pela décima vez consecutiva a projeção do crescimento da economia brasileira para este ano. Segundo o boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central (BC), o Produto Interno Bruto (PIB) deve fechar o ano em 2,02%. Há uma semana, a projeção era que o índice ficasse em 1,95%.

O Focus traz as previsões de economistas e analistas de mercado consultados pelo BC. Para 2025, o mercado prevê um crescimento de 2%, o mesmo das últimas 19 semanas. Índice que se repete em 2026 e 2027.

O boletim indica, por outro lado, um aumento na inflação que, segundo os analistas, deve fechar o ano em 3,73%. Há uma semana, a previsão era que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficasse em 3,71%.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo de meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para 2025, a projeção é de que a inflação fique em 3,6% e, em 2026, feche em 3,5%, a mesma para 2027.

Em relação aos juros básicos da economia, o mercado projetou uma diminuição no ritmo de queda da taxa Selic. Os analistas acreditam que a referência para os juros no país deve ficar em 9,5% neste ano. Há uma semana a previsão era de 9,13% e há quatro semanas a previsão era de que a Selic fechasse o ano em 9%.

Nas duas últimas reuniões, o corte na Selic foi 0,5 ponto percentual. O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC já indicou que poderá não repetir o mesmo ritmo de corte.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2025, em 9%. A estimativa para 2026 é de que a taxa básica caia para 8,5% ao ano. A mesma previsão para 2027.

Câmbio

O boletim prevê aumento no valor do câmbio em dólar. Segundo o Focus, em 2024, a moeda fecha o ano em R$ 5,00. Há quatro semanas a previsão era de que a moeda norte-americana ficasse em R$ 4,95.

Para 2025, a projeção também é de aumento do dólar, que deverá ficar em R$ 5,05. Para 2026, a previsão é que o câmbio feche em R$ 5,10.

> Para 2025, a projeção é de que a inflação fique em 3,6% e, em 2026, feche em 3,5%, a mesma para 2027

R$ 190 BILHÕES

Arrecadação federal tem maior volume desde 2000

Agência Brasil

A arrecadação total de receitas federais fechou março em R$ 190,61 bilhões, informou nesta terça-feira (23) o Ministério da Fazenda. Este é o melhor desempenho para o mês desde 2000, registrando acréscimo real de 7,22% em relação a março de 2023. No período acumulado de janeiro a março, a arrecadação alcançou R$ 657,76 bilhões, representando um acréscimo medido pela inflação de 8,36%.

Em relação às receitas administradas pela Receita Federal, o valor arrecadado, em março, foi R$ 182,87 bilhões, representando um acréscimo real de 6,06%. No período acumulado de janeiro a março, a arrecadação alcançou R$ 624,77 bilhões, registrando acréscimo real de 8,11%.

Segundo o Ministério da Fazenda, o crescimento observado no período pode ser explicado, entre outros fatores, pelo retorno da tributação do PIS/Cofins sobre combustíveis e pela tributação dos fundos exclusivos, prevista na Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023.

O ministério informou que em relação ao PIS/Pasep e a Cofins houve, em março, uma arrecadação conjunta de R$ 40,92 bilhões, representando crescimento real de 20,63%.

Segundo a pasta, esse desempenho é explicado pelo acréscimo na arrecadação no setor de combustíveis com a retomada da tributação incidente sobre o diesel e gasolina e pela combinação dos aumentos reais de 9,7% no volume de vendas e de 2,5% no volume de serviços entre fevereiro de 2024 e fevereiro de 2023, segundo dados da Pesquisa Mensal de Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No trimestre de janeiro a março, o PIS/Pasep e a Cofins totalizaram uma arrecadação de R$ 124,53 bilhões, representando crescimento real de 18,54%. No mesmo período, a Receita Previdenciária totalizou uma arrecadação de R$ 157,93 bilhões, com crescimento real de 6,92%. Este resultado se deve ao crescimento real de 5,60% da massa salarial. Além disso, houve crescimento de 13% no montante das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária, no período de janeiro a março em relação ao mesmo período de 2023.

Em março, a Receita Previdenciária totalizou uma arrecadação de pouco mais de R$ 53 bilhões, com crescimento real de 8,40%. Este resultado se deve ao crescimento real de 7,9% da massa salarial. Além disso, houve crescimento de 11% no montante das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em relação a março de 2023.

GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

PB se destaca em mostra na Espanha

Diretor-presidente da Aesa na Paraíba, Porfírio Catão Cartaxo Loureiro, representou o Governo do Estado

Fotos: Secom-PB

Foram explicados os principais marcos das governanças nacional e estadual dos recursos hídricos; os desafios e as oportunidades

Porfírio Catão: "Mostramos de forma resumida como o Estado realiza o aperfeiçoamento legal e normativo dos instrumentos de gestão"

Os avanços na gestão dos recursos hídricos da Paraíba foram apresentados no evento Governança da Água realizado na Espanha. A exposição foi realizada pelo diretor-presidente da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa), Porfírio Catão Cartaxo Loureiro, que representou o Governo do Estado no encontro internacional, entre os dias 14 e 21 de abril.

O diretor-presidente da Aesa realizou duas apresentações. Na primeira, foram explicados os principais marcos das governanças nacional e estadual dos recursos hídricos; os desafios e as oportunidades de avanços na gestão dos recursos hídricos. "Mostramos de forma resumida como o Governo do Estado realiza o aperfeiçoamento legal e normativo dos instrumentos de gestão, os estudos para a gestão das águas transpostas entre bacias, a captação de investimentos externos, os avanços no monitoramento e a utilização de novas tecnologias", elencou Porfírio.

No segundo momento foi detalhado o funcionamento do Novo Sistema Estadual de Informações de Riscos Agrohidroclimáticos (Seira). "A plataforma ajudará os agricultores a programar os plantios e as colheitas com mais segurança. Disponibilizaremos um robusto banco de dados com potenciais cenários climáticos e agrícolas em cada município paraibano", destacou Porfírio. O Seira é desenvolvido pela Aesa, em parceria com o Projeto Cooperar, com recursos do Governo do Estado e do Banco Mundial. A plataforma deve ser lançada até o fim de julho.

O encontro Governança da Água foi realizado nas cidades de Madrid, Barcelona e Valência com o objetivo de apoiar os esforços das autoridades latino-americanas para fortalecer a governança e a gestão dos recursos hídricos, aprendendo com a experiência e as soluções adotadas na Espanha e em outros países da região.

"A Espanha tem avançados sistemas de reaproveitamento de água da chuva na zona urbana e também possui planos muito bem elaborados para enfrentar longos períodos de estiagem. Também nos chamou a atenção a terceirização de etapas importantes da gestão, tratamento e distribuição da água", informou Porfírio.

Apenas três estados integraram a delegação brasileira no evento espanhol: Paraíba, Pernambuco e Espírito Santo. Organizado pela Prática Global de Água em colaboração com o Ministério da Transição Ecológica e Desafio Demográfico da Espanha, o encontro reuniu autoridades espanholas, especialistas setoriais do Banco Mundial e representantes de oito países latino-americanos.

MULHERES NA SAÚDE

Exposição homenageia trajetória de Ivone Lara

Paula Laboissière
Agência Brasil

A exposição Dona Ivone Lara e Mulheres da Saúde, inaugurada ontem, no Ministério da Saúde, em Brasília, tem como proposta enaltecer o legado de trajetórias femininas importantes para a construção da saúde pública no Brasil. Durante o evento, foi lançado ainda o Espaço Cultural Dona Ivone Lara, sambista carioca, enfermeira e antiga servidora do ministério.

Estruturada como um desfile de escola de samba, a exposição apresenta as origens e o ambiente familiar da trajetória de Ivone Lara na saúde e em sua carreira musical, com enfoque em composições, parcerias e participações na agremiação Império Serrano, escola de samba do Rio de Janeiro. A sambista dedicou 37 anos de sua vida em defesa de tratamentos humanizados nos serviços psiquiátricos.

Foram homenageadas, ainda, outras 10 mulheres negras, brancas e indígenas cujas trajetórias marcaram a história da saúde pública brasileira, incluindo as enfermeiras Wanda Horta, Roseni Rosangela de Sena, Anna Nery, Simone Maria Leite Batista, Isabel dos Santos e a médica Fatima Oliveira.

Em maio, a exposição terá uma segunda etapa, que vai celebrar a trajetória de mulheres vivas e atuantes.

Quem foi Ivone Lara

Primeira mulher brasileira a assinar um samba-enredo, Ivone Lara era enfermeira por formação e atuou como servidora do Ministério da Saúde por 37 anos, período em que se especializou como terapeuta ocupacional e lutou pela humanização do tratamento psiquiátrico.

No Instituto de Psiquiatria do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, foi pioneira ao oferecer uma abordagem musical para tratar e acolher pacientes.

Em 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou lei que cria o Dia Nacional da Mulher Sambista, comemorado em 13 de abril – data do nascimento de Ivone Lara da Costa, nome de batismo da compositora. Ela morreu em 2018 aos 96 anos.

A sambista dedicou 37 anos de sua vida em defesa de tratamentos humanizados nos serviços psiquiátricos

PROCESSO DE CONCILIAÇÃO

Indígenas criticam suspensão de ações contra o Marco Temporal

Alex Rodrigues
Agência Brasil

Lideranças indígenas criticaram a decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a instauração de um processo de conciliação no conjunto das ações judiciais que questionam a constitucionalidade do Marco Temporal, tese jurídica segundo a qual os indígenas só têm direito aos territórios que ocupavam em outubro de 1988, quando a Constituição Federal foi promulgada.

Na prática, a decisão monocrática, dessa segunda-feira (22), suspende o andamento processual de todas as ações sobre o tema até que o STF profira a sentença definitiva acerca da legalidade do Marco Temporal.

"O ministro Gilmar Mendes tomou uma decisão arbitrária, indeferindo parcialmente a Ação Direta de Inconstitucionalidade [ADI 7582] impetrada pela Apib [Articulação dos Povos Indígenas do Brasil]", disse ontem Kleber Karipuna, um dos coordenadores-executivos da Apib, ao referir-se à ação que a entidade indígena ajuizou no STF em dezembro de 2023.

Na ação, a Apib, o Psol e o Rede Sustentabilidade pedem que a Corte declare a inconstitucionalidade da Lei 14.701, aprovada pelo Congresso Nacional em setembro do ano passado, uma semana após o Supremo considerar inconstitucional limitar o direito de comunidades indígenas ao usufruto exclusivo das terras tradicionalmente ocupadas por seus povos em função da data em que a Constituição Federal entrou em vigor.

Com base nessa primeira decisão da Corte, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou parcialmente a lei. Em dezembro, contudo, o Congresso Nacional derrubou o veto presidencial.

Além da ADI 7582, ao menos outras três ações judiciais relativas aos efeitos da lei e do Marco Temporal tramitam no STF: a ADI 7583, apresentada pelo PT, PCdoB e PV, e a ADI 7586, do PDT, que pedem que a Corte reafirme que a tese jurídica não é compatível com a proteção constitucional aos direitos dos povos indígenas; já na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 87, Progressistas, Republicanos e Liberal pedem a validação da lei. O ministro Gilmar Mendes é relator dos processos.

Tese

O Marco Temporal é a tese jurídica segundo a qual os indígenas só têm direito aos territórios que ocupavam em outubro de 1988, quando a Constituição foi promulgada

Na decisão desta segunda-feira, o ministro Gilmar Mendes argumenta que, ao analisar preliminarmente a Lei 14.701, verificou que, aparentemente, diversos aspectos da lei "podem ser lidos em sentido contrário ao entendimento" inicial do Plenário do STF.

"Todavia, enquanto a Corte não conclui a apreciação meritória de tais ações, preocupa-me sobremaneira a possibilidade de que a persistência de sinais aparentemente contraditórios possa gerar situação de severa insegurança jurídica".

INSCRIÇÃO

Prazo para pedir isenção no Enem se encerra na sexta-feira

Sabrina Craide
Agência Brasil

Termina na próxima sexta-feira (26) o prazo para pedir a isenção de pagamento da taxa de inscrição para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os pedidos devem ser feitos pela Página do Participante, com o *login* único do Gov.br.

Têm direito a fazer o Enem de graça os alunos matriculados no 3º ano do Ensino Médio em 2024, em escola pública, e quem fez todo o Ensino Médio em escola pública ou como bolsista integral em escola privada. Também podem ser beneficiados participantes do programa Pé-de-Meia, do Ministério da Educação, e alunos de famílias de baixa renda – com registro no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal (CadÚnico).

O estudante que teve isenção no Enem 2023, mas não compareceu aos dois dias do exame, e quer participar da edição de 2024 gratuitamente precisa justificar a ausência. O prazo para a justificativa também encerra em 26 de abril.

O Enem é a principal porta de entrada para a educação superior no Brasil, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e do Programa Universidade para Todos (Prouni).

“ENEM DOS CONCURSOS”

CNU divulga medidas de proteção

Entre as regras, estão a proibição da saída dos locais de prova com os cadernos de questões e a coleta de digitais

Da Redação
Com Agência Brasil

Medidas de proteção reforçarão a segurança durante a aplicação das provas do Concurso Nacional Unificado, o chamado Enem dos concursos, previsto para o dia 5 de maio. São regras que proíbem a saída dos candidatos com o caderno de questões ou com anotações do gabarito, além da coleta de digitais e exame grafológico antes da aplicação do exame.

Com a adoção das medidas, o próprio cartão de respostas conterá a identificação do candidato, onde, além das seleções marcadas durante o exame, também ficará registrada uma frase copiada pelo concorrente com a própria letra e a sua digital.

Detectores de metal e de equipamentos eletrônicos também serão instalados nos acessos aos locais de aplicação da prova e os celulares serão desligados e lacrados durante o exame. Uma força-tarefa também atuará, com a participação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, das Polícias Federal e Rodoviária, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), da Força Nacional e das Secretarias de Segurança Pública Estaduais.

“O processo envolve um forte esquema de segurança, desde a produção e entrega das provas até a checagem da identidade do candidato”, explica coordenador-geral de logística do processo seletivo, Alexandre Retamal.

De acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o objetivo é evitar fraudes no processo seletivo, principalmente por meio do uso de pontos eletrônicos. Esse seria o principal método usado por organizações criminosas que atuam em processos seletivos.

Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

Provas objetivas serão aplicadas em todo o país no dia 5 de maio; resultado final do certame é previsto para julho

Aplicação das provas

As provas objetivas de conhecimentos gerais serão aplicadas pela manhã, com abertura dos portões às 7h30, quando também haverá uma questão dissertativa para os blocos de nível superior e redação para o de nível médio.

Já no período da tarde, os portões serão abertos às 13h para as provas de conhecimentos específicos para os blocos de nível superior e uma nova rodada de conhecimentos gerais para o bloco de nível médio.

No mesmo dia da prova, após o encerramento dos dois períodos de exame, os cadernos de provas serão divulgados no *site* do Ministério da Gestão.

Resultados

Os gabaritos preliminares das provas serão divulgados no dia 7 de maio. No dia 21 de junho, após período de análise de recursos, a banca organizadora publicará as notas finais das provas objetivas e as notas preliminares das provas discursivas. O resultado final do CNU é previsto para 30 de julho. O Governo Federal estima que as convocações para posse e cursos de formação comecem no dia 5 de agosto.

SEGURANÇA

Caixa divulga dicas para evitar fraudes no programa Pé-de-Meia

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Programa do Governo Federal prevê depósitos financeiros ao longo do Ensino Médio

Da Redação
Com Agência Gov

Os pagamentos do programa Pé-de-Meia começam amanhã. Para evitar fraudes, a Caixa Econômica Federal divulgou dicas de segurança para os beneficiários.

O material informa que a instituição financeira jamais enviará SMS com *links* aos estudantes. E-mails só serão enviados se o beneficiário autorizar. Além disso, a Caixa não solicitará ao estudante o desbloqueio ou cadastramento de novos dispositivos, nem realizará ligações telefônicas solicitando a instalação de aplicativos.

“Não forneça senhas ou dados de acesso em outros sites ou aplicativos ou ligações telefônicas. Utilize exclusivamente os canais oficiais do banco para buscar informações e acesso aos serviços e nunca compartilhe dados pessoais, *login* de usuário e senha”, orienta a Caixa.

O banco lembra, ainda, que *links* suspeitos podem levar à instalação de programas espiões, que ficam ocultos no celular ou computador, coletando informações de navegação e dados do usuário.

O Pé-de-Meia é um programa de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, destinado a promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no Ensino Médio público. O objetivo é reduzir a desigualdade social entre os jovens do Ensino Médio, além de promover mais inclusão social pela educação, estimulando a mobilidade social.

A iniciativa prevê o pagamento mensal de R$ 200, que podem ser sacados em qualquer momento, mais depósitos de R$ 1.000 ao final de cada ano concluído, que o estudante só pode retirar da poupança após se formar no Ensino Médio.

Considerando as 10 parcelas de incentivo, os depósitos anuais e o adicional de R$ 200 pela participação no Enem, os valores chegam a R$ 9.200 por aluno.

IMUNIZAÇÃO

Cobertura vacinal contra poliomielite cresce no país, diz Unicef

Agência Brasil

Em 2022, das 2.561.922 crianças nascidas vivas no Brasil, 243.008 estavam sem a primeira dose da vacina que protege contra a poliomielite, também conhecida como paralisia infantil. No ano passado, de 2.423.597 crianças nascidas vivas, 152.521 crianças estavam sem a dose – uma redução de mais de 90 mil no total de crianças sem a imunização. Os dados foram apresentados ontem pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em Brasília.

A chefe de Saúde do Unicef Brasil, Luciana Phebo, lembrou que o país vivencia quedas nas coberturas vacinais dos principais imunizantes do calendário infantil desde 2015 e que o cenário se agravou em meio à pandemia de Covid-19. “Após anos de piora, o Brasil começou a retomar a vacinação”, disse, durante coletiva de imprensa. “Mais de 90 mil crianças. Essa é a diferença. Uma diferença expressiva”, completou.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, avaliou que o Brasil registra “uma virada” no cenário de coberturas vacinais. “Estamos vivendo uma virada. Uma virada na direção de alcançarmos coberturas vacinais necessárias para a proteção de nossas crianças, de nossa sociedade, de nossos adolescentes”, disse, ao citar especificamente a vacinação contra o HPV que, este ano, passou a ser feita em dose única para crianças e adolescentes de nove a 14 anos.

Nísia destacou que 13 das 16 principais doses infantis que constam no Programa Nacional de Imunizações (PNI) apresentaram melhoras na cobertura vacinal em 2023 quando comparadas ao ano anterior. Entre os imunizantes citados pela ministra estão: pólio, pentavalente, rotavírus, hepatite A, febre amarela, meningocócica C (1ª dose e reforço), pneumocócica 10 (1ª dose e reforço), tríplice viral (1ª e 2ª doses) e reforço da tríplice bacteriana.

“Foi uma virada com muita luta. Devemos sim celebrar, mas também apontar os caminhos que temos pela frente”, avaliou Nísia. “Esse aumento geral da cobertura coloca muito bem esse avanço que, como eu disse, celebramos, mas com a consciência de que temos muito a avançar”, completou.

Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Brasil vivencia momento de retomada após anos de redução no número de vacinados

Américas

Em meio à Semana Mundial de Imunização e à Semana de Vacinação nas Américas, celebradas de 24 a 30 de abril, a representante da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) no Brasil, Socorro Gross, destacou a importância do esquema vacinal contra a pólio. “A criança não ter esse direito é algo muito significativo”, disse. No Brasil, a partir deste ano, a vacina oral contra a pólio está sendo gradativamente substituída pela versão inativada e injetável do imunizante.

A forma injetável é aplicada aos dois, quatro e seis meses de vida, conforme o Calendário Nacional de Vacinação. Após o período de transição, que começou no primeiro semestre de 2024, crianças que completarem as três primeiras doses da vacina irão tomar apenas um reforço com a injetável aos 15 meses. A dose de reforço, até então administrada aos quatro anos, não será mais necessária.

Foto: Roberto Guedes

Dirigentes de clubes e entidades paraibanas participaram da assinatura do termo, ontem, na Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, com o secretário Lindolfo Pires

PARAÍBA ESPORTE TOTAL

Governo incentiva clubes e entidades

R$ 1 milhão são destinados para fomentar o esporte e paradesporto de alto rendimento no estado durante a temporada

Camilla Barbosa
acamillabarbosa@gmail.com

Dirigentes de clubes e entidades de esporte paraibano se reuniram na sede da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (Sejel), na manhã de ontem, para assinar o termo referente ao programa Paraíba Esporte Total. Por meio dele, o Governo do Estado destinará 1 milhão de reais como incentivo a 12 clubes e entidades paraibanas com desempenho notável no desporto e no paradesporto de alto rendimento, conforme determina a Lei de nº 11.692/2020.

Marcaram presença no evento os representantes das entidades da capital paraibana, João Pessoa Espectros, Grêmio Vila Olímpica Parahyba, Associação Atlética da Pessoa com Deficiência (AAPD-PB), Associação Paraibana de Cegos (Apace), Associação Esportiva Janaína Chianca, Instituto dos Cegos Adalgisa Cunha, Federação Paraibana de Tênis, Federação Paraibana de Surf e Associação de Educação Especial Mãos Dadas.

O secretário da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (Sejel), Lindolfo Pires, explicou que o projeto é inovador no âmbito estadual e que faz parte da política da atual gestão de valorização ao esporte. "A Paraíba, através da Secretaria de Juventude e Esporte Lazer, e por determinação do governador João Azevêdo, tem procurado, cada vez mais, incentivar o esporte no nosso estado. Algumas entidades se credenciaram, apresentaram a documentação e o plano de trabalho, e, entre elas, foram selecionadas essas que estão aqui para receber esse recurso da parte do Governo do Estado. É uma inovação do governo de João Azevêdo, pois, agora, as entidades também participam exatamente do 'bolo' do recurso que é destinado ao esporte", explicou.

"A gente tem uma satisfação enorme de poder, cada vez mais, estreitar os laços com as entidades que fazem o esporte aqui no estado. Esse é o primeiro ano, mas o intuito é ir melhorando e aperfeiçoando. Esperamos que a semente plantada aqui, hoje, seja regada pelos dirigentes e gere frutos no futuro", finalizou Lindolfo.

"Nós nunca tínhamos ganhado nenhum incentivo desse, e isso vem em boa hora. Nós que já tivemos diversos resultados ao longo da história, a nível nacional, e agora com essa nova geração já vem voltando a estar no sistema nacional. Então, vai nos ajudar bastante a estar nos campeonatos, principalmente nos nacionais", comemorou Leandro Ribeiro, presidente do Grêmio Vila Olímpica Parahyba, que receberá o montante de 40 mil reais.

O presidente da Associação Paraibana de Cegos (Apace), Damião Robson, também ressaltou a importância da verba para o alcance de desempenhos ainda melhores nas competições disputadas. "Para nós que não temos tanto recursos, esse projeto chegou numa boa hora, porque todo ano a gente tem o apoio do Governo do Estado, mas a gente sempre fica dependendo de ir atrás de passagem, de transporte, e com esse projeto aí a gente vai dar uma aliviada muito boa, e, se Deus quiser, as coisas só tendem a melhorar cada vez mais".

De acordo com o edital de inscrição do Paraíba Esportes Total, publicado na edição de 14 de novembro de 2023 no Diário Oficial do Estado, as entidades participantes deverão realizar a prestação de contas de acordo com disposto na Lei Estadual nº 11.692 de 13 de maio de 2020 e suas alterações posteriores regulamentadas pelo Decreto Estadual nº 40.345, de 8 de julho de 2020 alterado pelo Decreto Estadual nº 43.640 de 26 de abril de 2023, que regulamentam a criação do programa.

FUTEBOL DE CEGOS

Regional Nordeste define, hoje, equipes classificadas

Camilla Barbosa
acamillabarbosa@gmail.com

A semana tem sido marcada pela realização do Regional Nordeste de Futebol de Cegos, evento organizado pela CBDV (Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais), no Ginásio Paradesportivo José Belarmino de Souza, situado no Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha, em João Pessoa. Hoje serão definidos os oito times que participarão das quartas de final, que serão disputadas amanhã.

Andreonni Rego, técnico da Apadevi-CG (Associação Paraibana dos Deficientes Visuais), atual vice-campeã do torneio, aposta na preparação pré-regional realizada pela sua equipe para ter um bom desempenho na competição. "A equipe está bem, treinou bem esses 15 dias lá em Campina Grande, porque temos atletas da Bahia, do Maranhão e do Ceará também. Deu para a gente fazer um bom trabalho. Se eles colocarem em quadra o que eles fizeram lá no treinamento, com certeza sairemos com a vitória", pontuou.

Quem também tem acompanhado de perto o Regional é o técnico Fábio Vasconcelos, da Seleção Brasileira. "Tem vários atletas do Nordeste todo das 15 equipes, então, a gente está sempre observando para ver se aparece algum atleta jovem e aqueles que estão na seleção para ver como estão, se estão jogando bem, no ritmo. A gente está na reta final pensando já em Paris, então a gente está acompanhando esses regionais para tirar os melhores para levar para Paris", disse.

Fotos: Roberto Guedes

Fábio Vasconcelos, técnico da Seleção Brasileira, vem acompanhando os jogos em busca de novos talentos para futuras convocações

São 12 equipes participantes, sendo quatro paraibanas, em busca do título de campeão da competição, que será conhecido no próximo sábado. O campeão do Regional ganha vaga na Série B do Campeonato Brasileiro, exceto as equipes da Adesul, Apace, Apadevi e Escema, uma vez que já participam da Série A da competição nacional.

3ª FASE DA COPA DO BRASIL

Sousa vai estrear no Dia do Trabalho

Jogo no Marizão contra o Bragantino acontece em 1º de maio, às 18h, e a volta está programada para o dia 22

Danrley Pascoal
danrleyp.c@gmail.com

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) divulgou as datas e os horários das partidas de ida e volta da terceira fase da Copa do Brasil. O Sousa enfrentará o Red Bull Bragantino no dia 1º de maio (quarta-feira), às 18h, no Estádio Marizão, no que será o primeiro duelo do confronto mata-mata. O segundo jogo acontece dia 22 (quarta-feira), no Estádio Nabi Abi Chedid, às 18h30, em Bragança Paulista-SP. Ambas as partidas terão transmissão do Amazon Prime.

Antes de entrar em campo pela Copa do Brasil, o Sousa fará sua estreia pelo Campeonato Brasileiro Série D. O confronto diante do Iguatu-CE já tem data e hora marcadas para acontecer. No domingo (28), às 16h, no Marizão, a equipe entra em campo para iniciar a disputa da sua quarta participação consecutiva do torneio.

Atuar em duas competições simultaneamente não deve ser problema para o Dinossauro do Sertão. Apesar do curto espaço de tempo entre a primeira rodada da Série D e o jogo da competição mata-mata, o Sousa deve ir com força máxima nos dois jogos, até a estreia no Brasileiro, depois de 15 dias sem jogos oficiais.

Além disso, a logística também favorece o time do Sertão, as próximas três partidas serão dentro do Estado. Após o duelo contra o Red Bull Bragantino, o Dino enfrentará o Treze em Campina Grande. O cenário apresentado contribui para recuperar atletas e ter mais tempo para treinamentos. Para qualificar o elenco campeão, chegaram o lateral-direito Douglas Dias, 30 anos, e o meia Emerson Bastos, 29 anos.

Treze

O Galo da Borborema inicia sua trajetória na Série C 2024 no próximo sábado (27), contra o Santa Cruz-RN, às 15h, no Estádio Barretão, em Ceará-Mirim-RN. De acordo com a CBF, o clube mandante ainda precisa apresentar alguns laudos técnicos exigidos pela entidade no Regulamento Geral de Competições (RGC), no Regulamento Geral das Competições (REC) e previstos na legislação vigente para habilitar a entrada de público no local da partida.

Visando a disputa do Brasileiro, até a última segunda-feira (22), o Treze anunciou nove reforços, além da chegada de Waguinho Dias para o comando técnico do time. Os nomes mais recentes a chegar são o zagueiro Milani, de 22 anos, e o atacante Jefinho, 22 anos.

Em relação à situação com o Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba (Detran-PB), em que o clube alega ter recebido o e-mail o habilitando a receber aporte financeiro do órgão, o presidente Artur Bolinha conversou com o Jornal **A União** e ressaltou que o documento foi enviado por um endereço de e-mail usado pela Comissão de Avaliação de Patrocínio da entidade pública para dialogar com o clube durante todo o processo.

Em nota, a direção do Detran enfatizou que o documento é falso e que o e-mail que enviou a informação não pertence ao Detran-PB. "O caso já foi encaminhado à Polícia Civil para apuração do fato criminoso", destacou, em comunicado, a assessoria do Detran.

Como passa por uma recuperação judicial, o Treze não teria disponíveis as certidões previstas para ter o patrocínio estatal, por isso recorreu à comissão, que, conforme o e-mail recebido pelo clube, teria habilitado o recebimento de R$ 600 mil. Artur Bolinha afirmou que concorda com as investigações: "É importante que haja a devida apuração, para que se tiver havido qualquer tipo de manipulação, os culpados, oportunamente, sejam responsabilizados", disse.

Foto: Daniel Vierra/Treze

Jogadores do Treze realizando exercícios físicos, dentro dos preparativos para a estreia no Campeonato Brasileiro da Série D

BELO NA SÉRIE C

Vitória, fora de João Pessoa, quebra tabu que permanecia desde o retorno à competição

Danrley Pascoal
danrleyp.c@gmail.com

O Botafogo estreou, na sua décima primeira edição consecutiva do Campeonato Brasileiro Série D, quebrando um tabu incômodo, que persistia ao longo da última década. Desde 2014, quando voltou à terceira divisão, ainda não havia vencido sua partida inaugural na competição, atuando fora de casa. Diante do Floresta, em Fortaleza, o Belo finalmente conquistou um valioso triunfo.

Historicamente, o Alvinegro da Estrela Vermelha sempre teve dificuldades em jogos de estreia, mesmo quando jogou em casa. Nas 10 participações anteriores, atuou no Almeidão, na primeira rodada, seis vezes: perdeu duas, empatou outras duas e venceu duas. Até a vitória por 2 a 1 contra o Floresta, a equipe havia feito quatro partidas longe de seus domínios, somando dois empates e duas derrotas.

Se, no recorte histórico dos últimos 11 anos, o Botafogo tem retrospecto ruim na 1ª rodada da terceira divisão, agora, o clube passa a acumular sua terceira vitória seguida em estreias. Até 2022, ano em que venceu o São José-RS por 2 a 1, no Almeidão, ocorreram oito jogos sem triunfos, acumulando empates e derrotas dentro e fora de casa. Na série de três vitórias, o Xerife do Nordeste também ganhou do Operário-PR em 2023, em casa.

Importante triunfo

O atacante Joãozinho iniciou sua jornada com a camisa do Botafogo na partida do último domingo (21). O atleta entrou no intervalo e marcou o gol da vitória sobre o Floresta. Ele comentou a importância de ter largado a Série C com um triunfo, ainda mais fora de casa, feito inédito no atual modelo da competição.

"Estou muito feliz pela estreia com vitória e pelo gol marcado. A gente sabia que seria um jogo muito difícil, fora de casa, contra uma boa equipe e ainda tem o fator da estreia. Foi um grande resultado, mas sabemos que precisamos melhorar para a sequência na competição. Fico feliz em ter ajudado o time a sair com a vitória", destacou o atacante.

Joãozinho foi contratado pelo Botafogo após um ótimo início de temporada atuando sob o comando de Evaristo Piza pelo Luverdense-MT. Em 15 jogos, no Campeonato Mato-Grossense, o atacante marcou 10 gols, terminando o Certame Estadual como artilheiro. No Alvinegro da Estrela Vermelha, o atleta espera manter a fase goleadora.

"Graças a Deus fiz um bom estadual pelo Luverdense, consegui ser o artilheiro do campeonato e aqui no Botafogo não pode ser diferente. Venho para ajudar, para somar e espero, sempre que tiver oportunidade, marcar gols para ajudar a equipe a sair com a vitória", disse.

Agora, o Belo concentra suas atenções para a primeira partida em casa pela Série C. No domingo (28), recebe o Caxias-RS, às 19h, no Estádio Almeidão. O confronto também é o reencontro de Evaristo Piza com o torcedor do Xerife após seu retorno para o terceiro trabalho à frente do clube.

Foto: Allan Hebert/Botafogo

Botafogo retorna aos treinos, já visando o seu segundo jogo no Brasileiro da Série C

gvarellajp@gmail.com | Editor de Esportes

Nosso futebol está sangrando

Diz um ditado popular que: onde tem fumaça, há fogo. As denúncias sobre a manipulação de resultados no futebol brasileiro apresentadas pelo gestor do Botafogo, John Textor, no Senado, na última segunda-feira vem causando o maior rebuliço e se faz necessário, com urgência a apuração, não só pela CPI recém-criada, mas pela Justiça Comum e Desportiva também, afinal, seguem as suspeitas de competições manipuladas, o que, na verdade, não chega a ser novidade no país do futebol.

Para refrescar a memória do torcedor, no ano de 2005, dois árbitros - Edílson Pereira de Carvalho e Paulo José Danelon - foram pagos para ajudar os apostadores a acertar placares encomendados. Por cada partida fraudada, cada um receberia R$ 10 mil. A referência é da máfia do apito, revelada pela Revista Veja e que causou o maior alvoroço em nosso futebol, culminando com 11 partidas do Campeonato Brasileira anuladas. Edilson e Danelon foram banidos do futebol.

Com os jogos sendo realizados novamente, o Corinthians acabou campeão brasileiro com três pontos de diferença em relação ao Internacional, líder, antes da anulação das partidas.

Ano passado, vários jogadores foram banidos do futebol por estarem envolvidos na Máfia das Apostas Esportivas. Como se vê não se pode simplesmente ignorar essas denúncias do dirigente botafoguense porque o nosso futebol, pelo visto, está sangrando. Cabe à CBF e o seu órgão judicante, no caso o Superior Trbunal de Justiça Desportiva, acelerar as investigações e garantir a credibilidade dos campeonatos que dirige. Se existe caixa preta, ela precisa ser aberta logo para evitar maiores danos, caso as denúncias tenham provas robustas. Se o John Textor é realmente um fanfarrão, como tem dito a presidente do Palmeiras, Leila Pereira, que se puna exemplarmente o dirigente e apaguem o fogo. O futebol brasileiro precisa de paz dentro e fora das quatro linhas, mas com essa avalanche de *sites* de apostas esportivas está em xeque, tomara que não seja mate.

Homenagem justa

Estive presente na entrega da Comenda Talento Esportivo ao desportista Francisco de Lorenzo Serpa, na última quinta-feira, em sessão solene, na Camara Municipal de João Pessoa sob a presidência do vereador Dinho Dowsley que enalteceu as qualidades do homenageado em resgatar a memória do esporte paraibano nas páginas do Jornal **A União**. A propositura da homenagem foi do ex-vereador Renato Martins. A coluna Causos&Lendas, que faz grande sucesso hoje, surgiu há 10 anos, fruto de uma conversa minha com o desportista quando ele era diretor social do Botafogo e prestava homenagens a ex-atletas do Belo. Dei a ideia, prontamente aceita, e todo sábado nos deliciamos com histórias importantes que enriquecem cada vez mais o nosso esporte.

Foto: Divulgação/CMJP

Dinho Dowsley, presidente da CMJP, e Francisco Serpa

LIBERTADORES

Altitude, adversária de Fla e Palmeiras

Time carioca joga em La Paz, nos 3.640m, contra o Bolivar; já o paulista, em Quito, a 2.850m, diante do Independiente

Três equipes brasileiras entram em campo nesta quarta-feira pela Copa Liberadores. Quem primeiro entra em campo é o Botafogo, no Estádio Nilton Santos, a partir das 19h. A "era Artur Jorge" em General Severiano começou empolgante, com duas vitórias em duas rodadas do Campeonato Brasileiro – seis gols marcados e apenas um sofrido. Mas a partida mais importante do início de caminhada do treinador luso no Botafogo ainda está por vir: hoje, o Glorioso recebe o Universitario-PER pela terceira rodada da Copa Libertadores, precisando da vitória para reagir na competição.

Apesar de se tratar de um compromisso ainda pela fase de grupos, o embate contra o rival peruano já tem contornos de decisão para o Alvinegro, tendo em vista que a equipe carioca ainda não somou pontos no torneio. Um novo tropeço em casa pode complicar de vez o sonho de classificação do Botafogo ao mata-mata.

A partir das 21h30, mais dois clubes passam a jogar e ambos contra adversários na altitude. O Flamengo terá um desafio maior nos 3.640m de La Paz, na Bolíviaa, enquanto o Palmeiras de 2.850, mas em Quito, no Equador

O Flamengo entrará em campo para enfrentar o Bolívar, pela terceira rodada da fase de grupos da Libertadores 2024. O jogo será realizado no Estádio Hernando Siles.

O Flamengo vem de um empate contra o Palmeiras por 0x0, pelo Campeonato Brasileiro. Na Libertadores, o time soma um empate e uma vitória. Sendo assim, na altitude, o Rubro-negro vai em busca dos três pontos para ficar confortável na tabela.

Do outro lado, o Bolívar venceu duas partidas e usará sua casa, com o apoio de sua torcida e altitude, para tentar vencer um dos times mais fortes da América do Sul.

Palmeiras

O Palmeiras enfrenta o Independiente del Valle, pela terceira rodada da fase de grupos da Copa Libertadores. A bola rola às 21h30 (de Brasília), no Estádio Banco Guayaquil, no Equador, numa altitude de 2.850 do nível do mar.

O Palmeiras tem um empate e uma vitória na fase de grupos da Libertadores. Na estreia, a equipe comandada por Abel Ferreira empatou por 1 a 1 com o San Lorenzo, na Argentina. Depois, o Alviverde venceu o Liverpool-URU, por 3 a 1, de virada, no Allianz Parque.

Abel segue com os desfalques de Dudu e Bruno Rodrigues, que se recuperam de cirurgias no joelho direito.

Enquanto isso, o Del Valle também ainda não perdeu na competição continental. O time equatoriano também ficou na igualdade por 1 a 1 com o Liverpool-URU, na estreia, fora de casa. Depois, venceu o San Lorenzo, por 2 a 0, em Guayaquil. Já pelo Campeonato Equatoriano, o Independiente del Valle bateu o Mushuc Runa por 2 a 0.

As equipes estão no Grupo F, ambas com quatro pontos somados. O Verdão lidera a chave já que tem melhor saldo de gols. O Del Valle vem logo atrás, na segunda posição. Liverpool-URU e San Lorenzo completam o grupo, com um ponto somado cada um.

No domingo passado, as duas equipes empataram sem gols pelo Brasileiro e, hoje, têm jogos pela Libertadores

Foto: Cesar Greco/Palmeiras/by Canon

Jogos de hoje

n LIBERTADORES
19h
Botafogo x Universitario - ESPN e Star+
21h30
Bolívar x Flamengo - Globo e Paramount+
Independiente del Valle x Palmeiras
TV Globo-ESPN e Star+

n COPA SUL-AMERICANA
19h
Danubio x Athletico-PR - ESPN e Star+

MANIPULAÇÃO DE RESULTADOS

Jorge Kajuru vê indícios em reunião na CPI

Agencia Estado

Em sua oitiva na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado Federal que apura a manipulação de resultados e as apostas esportivas, o dono da SAF do Botafogo, John Textor, apresentou, em sessão secreta com os senadores membros da comissão, a íntegra dos relatórios que trariam provas de supostas interferências indevidas e fraudulentas nos resultados de jogos das edições de 2022 e 2023 do Campeonato Brasileiro, às quais tiveram o Palmeiras como campeão.

"Não queremos falar em provas, mas são indícios importantíssimos", afirmou o senador Jorge Kajuru (PSB-GO), presidente da CPI, após a reunião privada, na qual foram apresentados nomes de jogadores e árbitros que estariam envolvidos em manipulação. "Apresentou com detalhes e riqueza, mas consideramos indícios. Não se tratou apenas do CEO do Botafogo trazer fatos ou indícios do seu clube, o Botafogo. Falou de outros jogos, de outros clubes", completou.

A comissão terá nova sessão nesta quarta-feira, a partir das 14 horas, quando o relatório de Textor deve ser debatido com maior profundidade pelos parlamentares. "Temos indícios suficientes para investigar profundamente, independentemente, e chegarmos às conclusões em nossas próximas reuniões", disse Kajuru.

"Os indícios transcenderam o comportamento dos jogadores. A questão do VAR, de análises de imagens supostamente negadas... temos que entender porque isso aconteceu. O que a CBF tomou de providências em relação ao que agente viu", acrescentou Eduardo Girão (Novo-CE), vice-presidente da CPI.

Na primeira parte da sessão, que durou quase três horas, Textor respondeu a perguntas de senadores sobre as acusações feitas acerca de possíveis manipulações de resultados nos jogos das últimas duas edições do Campeonato Brasileiro. Em sua fala, o mandatário da SAF do Botafogo afirmou que sua intenção é pensar no futuro da competição e não necessariamente reaver prejuízos do passado.

Textor citou algumas vezes a presidente do Palmeiras, Leila Pereira, mas reafirmou que não acusou o clube alviverde ou qualquer outra agremiação de participação nas manipulações esportivas. "Por sorte não falo português para entender o que ela disse sobre mim. Outros presidentes tiveram diferentes reações. Ela tomou a decisão de me atacar e me difamar. Tratei com calma do assunto, mas ela preferiu outra abordagem".

O dono da SAF do Botafogo ainda afirmou que os relatórios produzidos pela Good Game! não apontam o porquê de as manipulações terem ocorrido, apenas destaca que elas aconteceram durante o jogo a partir da identificação de "movimentos anormais" de atletas e árbitros. "As nossas evidências dizem como o jogo é manipulado, mas não dizem por que o são".

Questionado pelo senador Romário (PL-RJ), relator da CPI, se teria interesse em vender a SAF do Botafogo - suposição que circulou nas últimas semanas -, Textor negou e qualificou a pergunta como "estúpida". "Com todo o respeito, essa é a pergunta mais estúpida que poderia existir. Se eu quisesse vender a minha participação (no Botafogo), eu não estaria dizendo essas coisas ruins que estão fazendo aqui (no Brasil), não estaria falando de corrupção. Eu nunca venderia um negócio dessa forma", afirmou o americano.

Por fim, Textor sugeriu aos senadores que diminuíssem o poder da Confederação Brasileira de Futebol (CBF)."Existe uma caixa preta em relação à escolha dos árbitros. Precisamos de liderança na CBF. Vocês deveriam limitar o poder da CBF. Deveriam privatizar a o Brasileiro", afirmou Textor.

Foto: Roque de Sá/Agência Senado

John Textor depõe no Senado ao lado de Jorge Kajuru e Romário

Curtas

Fluminense afasta quatro jogadores por indisciplina

O Fluminense informou, ontem, o afastamento de quatro atletas do elenco profissional por indisciplina na concentração para o clássico com o Vasco, no final de semana. Liderando a lista está o atacante John Kennedy, autor do gol do título da Libertadores. Além dele, o paraibano Alexsander, os jogadores Arthur e Kauã Elias que foram punidos pela diretoria. O quarteto não viajou para a disputa da partida com o Cerro Porteño, do Paraguai, pela Libertadores, nesta quinta, e também não enfrenta o Corinthians, no final de semana, em São Paulo, pelo Campeonato Brasileiro.

O anúncio foi feito pelas redes sociais do clube. O motivo da punição teria sido uma festa organizada pelo grupo, que conturbou o ambiente na concentração. Os atletas teriam levado mulheres para o local e a atitude incomodou as lideranças do elenco. Essa não é a primeira vez que John Kennedy e Alexsander causam problemas de indisciplina.

Seleção Paraibana de Vôlei estreia, hoje, no Brasileiro

A Seleção Paraibana de Vôlei Feminina estreia, hoje, às 10h15, contra o Pará, no Campeonato Brasileiro de Seleções da 1ª Divisão que acontece na cidade de Maringá-PR até o próximo domingo. No total, 10 seleções dos estados de Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Paraíba estão na disputa com as equipes divididas em dois grupos, enfrentando-se entre si, seguindo depois à fase de mata-mata. A Paraíba fará um segundo jogo ainda nesta quarta-feira, às 19h, quando as meninas sob o comando do técnico Idebaldo Grisi e do auxiliar Jakennio Cavalcante vão enfrentar o Distrito Federal. A Seleção Paraibana está representada pelas atletas Francine Soares, Raquel Nunes, Pyetra Brilhante, Julia Raposo, Maria Gabriella, Nauamy Tach, Ana Laura, Kayane Vitória, Fernanda Alice, Gabrielly Beatriz, Maria Júlia e Inês Melissa.

Drible de Endrick deixa os espanhóis impressionados

O jogo entre Palmeiras e Flamengo no Allianz Parque no último domingo pelo Campeonato Brasileiro terminou empatado em 0 a 0. Mesmo sem marcar, o atacante Endrick se destacou com um drible no volante Allan. De costas para o marcador no lance, o atacante colocou a bola entre as pernas do adversário. Festejada pelos torcedores palmeirenses, a jogada repercutiu na imprensa da Espanha. O jornal "Marca" enfatizou que o drible não dá para ser replicado nem em videogames. "O jovem brasileiro tem um 'highlight' cada vez que entra em campo", escreveu o periódico. "Enquanto seus futuros companheiros comemoravam a virada no jogo contra o Barcelona, o menino viralizou com um 'controle de drible' impossível na partida contra o Flamengo", complementou. O Diário "As" ressaltou a "categoria" e relembrou as comparações entre Endrick e Ronaldinho.

Leila Pereira chama Textor de idiota sobre acusações

A presidente do Palmeiras, Leila Pereira, voltou a falar sobre as acusações do dono da SAF do Botafogo, John Textor, de que teria ocorrido manipulação de resultados no futebol brasileiro nas últimas temporadas. A executiva do clube paulista cobrou a apresentação de provas de corrupção e disse considerar as alegações "uma vergonha".

"Esse senhor, com o perdão da expressão, é um idiota. O que esse John Textor está achando é que o Brasil é uma bagunça e que as autoridades não tomam providência nenhuma. Para se coibir isso, acho que esse homem tem que ser banido do futebol brasileiro", disse Leila Pereira durante o "Roda Viva", da TV Cultura. Leila indicou ainda que o mandatário do Botafogo não superou a virada do Palmeiras no jogo contra o Botafogo pelo Campeonato Brasileiro do ano passado.

DIA DO SAMURAI

Código de honra regido acima da própria vida

Como era o ritual de 'seppuku' ou 'harakiri', ato que visava preservar a dignidade do guerreiro a serviço do império japonês no período feudal

Da Redação

Foto: Shochiku/Reprodução

Ritual no filme 'Harakiri' (1962), clássico do cinema mundial dirigido por Masaki Kobayashi

No Brasil, hoje é celebrado o Dia do Samurai, em virtude da data de aniversário de Jorge Kishikawa, *sensei* que foi o principal introdutor das artes samurai tradicionais no país, chamada de Kobudo (ou Koryu Budo).

Romantizado pelo cinema, quadrinhos, música, literatura e teatro, os samurais foram uma classe de guerreiros que surgiu no Japão no século 10. Seu papel era de um servidor civil do império japonês, seja na coleta de impostos ou como administrador das terras. Durante o período feudal no Japão, ganhou funções militares da aristocracia imperial, no período de 930 a 1877.

"O caminho do samurai é a morte", já dizia o código do samurai escrito por Yamamoto Tsumemoto, no século 17. Na prática, não seria apenas a morte em combate, como também a morte de um guerreiro sem mestre e, consequentemente, desonrado (ronin), através de um ritual que visava preservar a sua dignidade, denominado de *seppuku* ou *harakiri*.

O método brutal de autoimolação (visto como a suprema manifestação de coragem) era o mais conhecido e o mais emblemático, sendo praticando, inclusive, por oficiais na época da Segunda Guerra Mundial, visando preservar a dignidade perante a derrota do Eixo. A grosso modo, era rasgar o próprio ventre com um punhal. O primeiro caso documentado de *harakiri* remonta ao século 12, em 1180, quando o samurai septuagenário Minamoto no Yorimasa, ferido e encurralado no final de uma batalha, tirou a própria vida dessa forma.

De acordo com o conceito de honra, um dos motivos para fazer o ritual de sacrifício pela preservação da honra é falhar em combate, ser destituído do cargo ou por conta da morte do senhor feudal (*shogun*) no qual o samurai servia, o acompanhando na trilha da morte, mas também poderia ser por conta de crimes, como roubo ou estupro, por exemplo. O *harakiri* podia ser uma forma de expiar a culpa por um erro, de tornar pública uma repreensão ou até de protestar contra uma decisão injusta, defendendo a própria inocência.

Como era executado

De modo geral, o *shogun* aceitava o depoimento do guerreiro e o condenava. O condenado escolhia um assistente para o ritual (normalmente um amigo ou criado de confiança) e se recolhia a um aposento especialmente decorado, no qual era banhado e recebia um quimono branco, como também a sua última refeição.

O samurai tinha que escrever um poema como forma de reflexão da sua vida, que seria guardado no acervo do *shogun*. Muitos desses textos foram preservados, como o de Gesshu Soko, em 1696: "Inale, exale / Para a frente, para trás / Vivendo, morrendo / Agora, volto para minha fonte".

O ritual era realizado sempre no fim da tarde, no crepúsculo. O guerreiro saía do seu isolamento e caminhava sozinho, em silêncio e lentamente por um corredor sob o olhar de outros samurais como testemunhas. A marcha da morte acabava numa tenda posicionada em meio a um jardim ou na entrada de um templo budista.

Sentado em uma almofada ou tatame, o guerreiro girava o sabre curto no ar, em movimentos circulares, abria o próprio abdômen, da esquerda para a direita, e estícava o pescoço para que o assistente aplicasse um golpe preciso no pescoço.

Posteriormente, o corpo era retirado para ser cremado e as cinzas eram enterradas com todas as honras militares. A lâmina era descartada, por estar contaminada pela morte.

Porém, o ritual podia variar, como foi descrito pelo diplomata inglês Freeman-Mitford, em 1866, testemunha de um *harakiri*. O samurai, por exemplo, podia evitar o primeiro passo e, em vez de se apunhalar, era oferecida simbolicamente uma adaga de madeira antes da decapitação. Após o ritual, a cabeça do morto era apresentada aos oficiais, higienizada e enviada à família para que lhe dessem uma sepultura.

Foto: André Douek/Estadão Conteúdo

Mortes na História

1803 — Adélaïde Labille-Guiard, pintora francesa
1886 — Francisco de Paula da Silveira Lobo, proprietário rural, juiz e político paraibano
1982 — Sérgio Buarque de Holanda, historiador, jornalista e escritor paulistano
2008 — Canhoto da Paraíba (Francisco Soares de Araújo), violonista e músico paraibano
2016 — Billy Paul, cantor estadunidense
2017 — Jota Júnior (Josival de Sousa Júnior), radialista, jornalista e político paraibano
2020 — João Claudino Fernandes, empresário paraibano
2021 — Francisco das Chagas Santana Medeiros (conhecido como Nêgo da Rio Vale), empresário paraibano
2022 — Guarany Marques Viana, engenheiro e professor paraibano

Obituário

Imagem: Reprodução

Huan Lihong
20/4/2024 – Aos 31 anos, na Indonésia. A turista chinesa caiu dentro do vulcão Ijen enquanto se posicionava para tirar uma foto. Ela estava a cerca de três metros da borda do vulcão, mas resolveu ir o mais perto da cratera possível, apesar das orientações do guia.

Foto: Reprodução

Agassiz Almeida
21/4/2024 – Aos 88 anos, em João Pessoa. Nascido em Campina Grande, o ex-parlamentar foi um defensor dos valores democráticos no Congresso Nacional. Formado em Direito, o escritor, professor universitário, promotor de Justiça e ativista dos direitos humanos foi um dos fundadores e um dos advogados das Ligas Camponesas na Paraíba e era professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande da Universidade Federal da Paraíba.

Foto: Instagram

Eva Evans
21/4/2024 – Aos 29 anos, nos Estados Unidos. A atriz e *influencer* nova-iorquina contava com mais de 305 mil seguidores no TikTok e era famosa por seus trabalhos na série de humor *Club Rat*. A produção foi criada, roteirizada, dirigida e protagonizada por Evans, baseada nas sua vivências pessoas.

Jany.santos@sistematica.org.br | Colaboradora

Mãos que moldaram liberdade

Esse tema mexe profundamente com as minhas emoções por evocar profunda reflexão sobre as diversas formas de violência que as mulheres enfrentam em uma sociedade marcada pelo machismo racista e patriarcal. A cada dia vemos mais mulheres que têm seus corpos expostos nos noticiários, evidenciando a crueldade e covardia produzidas pela misoginia.

A Comunidade Quilombola da Serra do Talhado Urbano surgiu do aumento da migração em Santa Luzia, no Sertão da Paraíba, na última década do século 20, quando, devido à seca de 1993, migrantes do Talhado lá se fixaram. Em 2004, o local recebeu a certidão de autorreconhecimento da Fundação Cultural Palmares.

Na comunidade, o artesanato ceramista é uma atividade tradicionalmente feminina, transmitida de geração em geração. As mulheres artesãs fabricam as peças de cerâmica no Galpão das Louceiras e as vendem para adquirir renda. Conhecida como Céu das Louceiras, Maria do Céu Ferreira da Silva foi presidenta da Associação das Louceiras Negras da Serra do Talhado em 2013, e destacou-se como líder e referência local. Sua dedicação à preservação das tradições quilombolas e sua incansável luta por melhorias na vida de sua comunidade a tornaram uma figura inspiradora, e sua história se entrelaça com a trajetória do Talhado.

Segundo familiares, Maria do Céu era alegre, carismática e orgulhava-se de seu lugar e de sua origem, lutando com coragem e persistência pelo reconhecimento da titulação e melhorias da vida de *todes*. Teve quatro *filhes* criando *todes* sozinha. Em uma de suas falas ela afirma: "Foi da terra tão discriminada que tirei a única forma de sobreviver e de dar de comer a meus filhos... Foi ela que me fez ser reconhecida." Dessa maneira, ela aponta a importância da mulher para o estabelecimento e continuidade do trabalho, de mulheres que em sua maioria garantiram e garantem o sustento da família.

Entretanto, a história de Maria do Céu é também marcada pela tragédia. Em 2013, aos 43 anos, ela foi vítima de feminicídio, sofrendo graves queimaduras provocadas por seu ex-companheiro, inconformado com a separação. Ele também ateou fogo no próprio corpo, assim como na casa, que foi totalmente destruída. Este ato brutal não apenas tirou a vida de uma líder comunitária, mas também deixou marcas profundas em sua família. Sua filha, adolescente à época, tentou salvar sua mãe e também ficou ferida.

Céu das Louceiras faleceu em 6 de outubro de 2013. Sua morte evidencia a persistência da violência doméstica contra as mulheres na Paraíba e em todo o Brasil. No entanto, o desfecho do caso, com a condenação do agressor, mostra a importância das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. Edmilson Souza da Costa, o ex-marido, foi condenado a 25 anos de prisão, por homicídio duplamente qualificado. Por esse fato destacamos a necessidade de fortalecer a rede de proteção às mulheres vítimas de violência e das consequências devastadoras do machismo, assim como da importância vital de se trabalhar continuamente na implementação e fortalecimento de políticas públicas que protejam e empoderem as mulheres, garantindo que tragédias como essa não se repitam.

Maria do Céu foi uma figura marcante do Quilombo do Talhado, na Paraíba. Ela personificou a resiliência e a força de um povo que enfrentou adversidades históricas com coragem e determinação. Nascida em meio à luta pela liberdade e dignidade, foi uma líder que inspirou sua comunidade a resistir à opressão e a preservar suas tradições culturais. Sua história é um testemunho vivo da resistência negra no Brasil, um legado que continua a inspirar gerações.

Salve, salve! Maria do Céu!

Foto: Reprodução

Destaque como líder e referência quilombola no Sertão paraibano, Maria do Céu Ferreira da Silva foi vítima de feminicídio

Jany Santos é cantora, historiadora, agente cultural, coordenadora de Cultura da Fundação Sistêmica, educadora antirracista e ativista na Paraíba do Movimento de Mulheres Negras e da Marcha da Negritude Unificada

SUPERSTIÇÕES

O que você carrega na sua bagagem?

Combinação poderosa de tradições de família, cultura e religiosidade molda comportamento de parte da população

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Todo mundo sabe que quebrar espelho e passar por debaixo de escadas dão azar – no primeiro caso, são sete anos de má sorte. E se um gato preto cruzar o caminho, pior ainda. A solução? Bater três vezes na madeira para afastar o mau agouro. Se você se identifica, nem que seja um pouco, com essas afirmações, saiba que é natural do ser humano se apegar a crenças e tradições familiares, por mais que saibamos que elas sejam, muitas vezes, inexplicáveis sob o ponto de vista racional. Tudo isso faz parte do repertório sociocultural de cada um, como bem explica o psiquiatra paraibano Charlles Lucena. "As superstições refletem a história de um povo. Não são baseadas em certezas ou lógica, e sim em conhecimentos passados adiante, naquela cultura que é transmitida de geração para geração. É por isso que, por mais que soe ilógica, a superstição ainda se sustenta", pontua.

Mesmo em um mundo hiperconectado e sobrecarregado de informações, ainda há espaço na cabeça, na vida e na rotina das pessoas para a reprodução dessas tradições e a criação de outras mais, muitas vezes ligadas a convicções muito particulares. E isso acontece de forma natural, na esperança de trazer lógica ao que não se tem. "É se agarrar em algo para melhorar ou manter um status quo positivo", complementa o médico.

Emerson Leal, de 36 anos, concorda com o psiquiatra, e vai além, sublinhando que suas superstições representam muito do que ele é. Na bagagem da vida, ele conta que foi juntando de tudo um pouco e criando suas próprias percepções, fundamentadas nas tradições repassadas por seus avós e outras crenças religiosas e até esotéricas.

Emerson herdou uma superstição ligada aos sonhos, transmitida pela avó. "Toda vez que eu sonho, o que acontece é sempre o oposto do que vivenciei nele. Se eu sonhei com morte, então terei mais vitalidade. Se perdi dinheiro, vou ganhar mais. E assim vou me guiando", revela. Quando é a tia dele quem sonha, por outro lado, a família toda fica apreensiva. "Tudo o que ela sonha acontece", assegura. Para Emerson, essas experiências são tão orgânicas quanto um susto. "Quando acontece, você só tem que respirar para voltar ao normal e se deixar sentir", completa.

Para além dessa filosofia dos sonhos, Emerson Leal revela que também acredita na influência das cores. Dependendo do dia e da sua intenção, ele escolhe uma determinada cueca. A roxa é para quando está mais pensativo e precisa ser racional, enquanto a vermelha tem a ver com o amor. "Às vezes, escolho ir de preto porque estou todo de preto e sou preto também, e isso me dá mais força", exemplifica.

Foto: Wirestock

Relação do gato preto com a má sorte é superstição muito antiga

Foto: Pixabay

Esoterismo é uma das fontes de crendices populares e influencia decisões do cotidiano

Foto: Arquivo pessoal

"Superstições refletem a história de um povo. Não são baseadas em certezas, nem em lógica

Charlles Lucena

Tradição familiar e fé perpetuam crendices

Ana Cleide, de 54 anos, e Camila Batista da Rocha, de 33, também têm muito em comum quando se trata de superstições. A primeira já adianta que não passa debaixo de escadas e nunca sai de um velório antes de fechar a cova. E ainda da participou de uma cena inusitada no casamento de uma amiga. "Ela não se casou com o vestido que escolheu porque simplesmente eu disse que o noivo não podia vê-la antes do casamento, e eles tinham escolhido juntos", relembra. Como Ana Cleide prefere dizer, não há acordo com a superstição. "Ela sempre fala mais alto".

Não por acaso, ela mantém sua fé, até hoje, na sabedoria transmitida pelos avós. Durante sua infância em Cajazeiras, Ana aprendeu que não poderia pisar em dois símbolos que adornavam o chão da praça onde morava. "Eles diziam que quem pisasse na estrela ou na lua não teria sorte na vida. Mas, se eu obedecesse, viveria mais. E isso ficou como uma bússola para mim. Hoje, com 54 anos, eu ainda tenho receio de pisar nesses símbolos e acredito que até já passei isso para as minhas filhas", conta a sertaneja.

Nesse compasso supersticioso também vive Camila Batista, moradora de Mangabeira, em João Pessoa. Para ela, suas crenças e rituais são uma forte combinação de fé e tradição. Ela prefere não voltar pelo caminho inicial, faz questão de desvirar as sandálias e colocar uma vassoura atrás da porta para espantar visitas indesejadas. Mas, mais do que isso, ela acredita no valor e poder das histórias compartilhadas em família e que até hoje preenchem o seu imaginário. Uma delas remete à oralidade das antigas comunidades do interior da Paraíba.

"Minha avó me contava que algumas mulheres que não conseguiam ter filhos enviavam energias negativas para outras mulheres na forma de cobras. Muitas vezes, essas cobras iam até as casas das mães e amamentavam os bebês, colocando seu veneno na boca das crianças. Isso fazia com que os bebês passassem a noite chorando sem parar, e ninguém entendia o motivo", conta. Segundo Camila, os animais só partiam quando uma benzedeira fazia uma oração, dando fim à briga entre as mulheres.

Munida de fé e muito supersticiosa, ela também procura fazer uma oração específica quando precisa caminhar no meio do mato para garantir que nada de ruim lhe aconteça: "Santo Cristo, água benta, Jesus Cristo no altar, arreda bicho, arreda cobra e deixa o filho de Deus passar".

Orientações e hábitos proibidos são transmitidos de geração para geração

Costumes podem virar compulsão, diz médico

Com tantas histórias de fé e tradição, fica evidente que muitas dessas superstições nasceram do imaginário de famílias muito ligadas à cultura regional. Há também quem prefira aplicar a sua própria visão de mundo no cotidiano, criando mecanismos que o estimulem a vencer o desconhecido.

Tudo isso, segundo o psiquiatra Charlles Lucena, é positivo e não faz mal à saúde. "Não prejudica, tampouco atrapalha. Superstição é cultura, religião, crendice, histórias de família e um pouco do que veio antes de nós", resume o médico.

Mas há um limite importante nesse processo, como o especialista bem destaca. "A gente não pode se deixar ficar escravizado e se sentir limitado devido à superstição." De acordo com o médico, o excesso de rituais pode resultar em prejuízos, sofrimento e até ansiedade devido às dificuldades que surgem a partir disso.

O aprisionamento em uma rotina supersticiosa é o verdadeiro problema, pois em certas situações, a pessoa pode recorrer a uma crença específica como uma forma de aliviar um pensamento nocivo, quase como uma compulsão. "Se eu virar meu chinelo, nada de ruim acontecerá. Mas se eu não conseguir fazer isso, quanto tempo ficarei preocupado? Existe esse limite e é importante observá-lo", conclui Charlles Lucena.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00011/2024

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Olívio Maroja, 278 - Bela Vista - Araçagi - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa de ramo pertinente aquisição de um veículo tipo Van Minibus 4x2 original de fábrica 0km, vendido por uma concessionária autorizada pelo fabricante ou pelo próprio fabricante, para Fundo Municipal de Assistência Social, conforme espelho da Programação 250080920230002 e tipo de recursos – Políticas Públicas n.º 55901250080202302 – Ministério da Cidadania, conforme Termo de Referência. Abertura da sessão pública: 11:00 horas do dia 09 de Maio de 2024. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 981514660. E-mail: licitacaoaracagipma@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Araçagi - PB, 23 de Abril de 2024

GIRLENE FERNANDES NUNES
Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇAGI
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00010/2024

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Olívio Maroja, 278 - Bela Vista - Araçagi - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa de ramo pertinente aquisição de equipamentos e materiais permanentes para Unidades Básicas de Saúde, referente a recurso de proposta Nº12431299000123004 – Ministério de Saúde. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 09 de Maio de 2024. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 981514660. E-mail: licitacaoaracagipma@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Araçagi - PB, 23 de Abril de 2024

GIRLENE FERNANDES NUNES
Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIAL
AVISO DE LICITAÇÃO -
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00008/2024

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua São José, 472 - Centro - Areial - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Aquisição de material de limpeza em atendimento a demanda das diversas secretarias deste município. Abertura da sessão pública: 08:00 horas do dia 07 de Maio de 2024. Início da fase de lances: 08:30 horas do dia 07 de Maio de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 33681020. E-mail: cplareial2020@gmail.com. Edital: www.areial.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Areial - PB, 23 de Abril de 2024

RAGDE DE ALMEIDA BATISTA
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO, CONFORME DEMANDA, DE RECARGA DE GÁS DE COZINHA (GLP), BOTIJÃO DE 13 KG, DESTINADOS A ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCANTIL/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00007/2024. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 01.0000 – EXECUTIVO 01.001–GABINETE DO PREFEITO 01001.04.122.1002.2002 – MANTER AS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 500 502 540 569 600 632 706 710 720 02.0000 – EXECUTIVO 02.002–SECRETARIA DE ADMINISTRACAO 02002.04.122.1002.2003 – MANTER AS ATIVIDADES DO SETOR ADMINISTRATIVO 04.0000 – EXECUTIVO 04.004–SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES 04004.12.122.1005.2079 – MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO 04004.12.361.1005.2011 – DESENVOLVER ATIVIDADES COM RECURSOS DO FNDE 04004.12.361.1005.2053 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 30% 06.0000 – EXECUTIVO 06.006–FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 06006.10.122.1008.2020 – DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SA 06006.10.302.1008.2027 – DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DA MEDIA E ALTA COMPLEXID 07.0000 – EXECUTIVO 07.007–FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 07007.08.122.1009.2033 – DESENVOLVER AS ATIV. DO F. MUNIC. DE ASSISTENCIA. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alcantil e: CT Nº 00078/2024 - 19.04.24 - REVENDEDORA DE GAS DO BRASIL LTDA - R$ 38.500,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIAR
TOMADA DE PREÇOS Nº 00011/2023
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o relatório final da Comissão Permanente de Licitação, HOMOLOGO o procedimento da Tomada de Preços n° 00011/2023, para prestação dos serviços com a MODERNIZAÇÃO DE PRAÇA E CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO MUNICÍPIO DE AGUIAR-PB, atendendo ao Contrato de Repasse nº 917739/2021/MDR/CAIXA, PROPOSTA Nº 1079312-10, celebrado entre a Ministério do Desenvolvimento Regional e a Prefeitura Municipal de Aguiare ADJUDICO o seu objeto à empresa JHONATAN ANDRADE DA SILVA LTDA EPP, cadastrado no CNPJ n° 34.955.075/0001-48, vencedora com o valor global de R$ 1.256.053,78 (hum milhão, duzentos e cinquenta e seis mil, cinquenta e três reais e setenta e oito centavos).

Aguiar - PB, 18 de outubro de 2023.

Manoel Batista Guedes Filho
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDINO BATISTA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP
Nº 00023/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de água adicionada de sais e de água mineral, com fornecimento parcelado, para atender as demandas da Administração Pública Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Data e Local: 07 de Maio de 2024 às 09:00 horas, na sala de Reuniões da CPC, Rua Raimundo Barbosa de Oliveira, S/N - Centro - Bernardino Batista - PB. A íntegra do edital está disponível nos seguintes endereços eletrônicos: www.bernardinobatista.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.gov.br/pncp.

Bernardino Batista-PB, 18 de Abril de 2024.

JOSEANO RIBEIRO DA COSTA
Agente de Contratação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00024/2024

OBJETO: Aquisição de equipamentos e material permanente administrativos e hospitalares, destinados a Secretaria de Saúde do município de Bernardino Batista, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. Abertura das propostas: dia 08 de Maio de 2024, às 09h00 (horário de Brasília), através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. A íntegra do edital está disponível nos seguintes endereços eletrônicos: www.bernardinobatista.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Bernardino Batista - PB, 19 de Abril de 2024

JOSEANO RIBEIRO DA COSTA
Agente de Contratação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP
Nº 00025/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais esportivos, com fornecimento parcelado, destinados à manutenção das atividades da Secretaria de Esportes do município de Bernardino Batista, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. Abertura das propostas: dia 09 de Maio de 2024, às 09h00 (horário de Brasília), através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. A íntegra do edital está disponível nos seguintes endereços eletrônicos: www.bernardinobatista.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Bernardino Batista - PB, 22 de Abril de 2024

JOSEANO RIBEIRO DA COSTA
Agente de Contratação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP
Nº 00026/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças, destinado à manutenção e conservação de máquinas pesadas do município, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. Abertura das propostas: dia 10 de Maio de 2024, às 09h00 (horário de Brasília), através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. A íntegra do edital está disponível nos seguintes endereços eletrônicos: www.bernardinobatista.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Bernardino Batista - PB, 23 de Abril de 2024

JOSEANO RIBEIRO DA COSTA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO
Nº 2.05.030/2024

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 2.05.030/2024/SEMAS. PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/SEMAS/PMCG e EMPRESA OLIVEIRA & EULALIO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. OBJETO CONTRATUAL: Contratação de materiais de limpeza para atender as necessidades do restaurante popular – Restaurante Prato do Povo – do Distrito dos Mecânicos - Ata 039/2023–A. VIGÊNCIA: Início em 17.04.2024 e encerramento em 31.12.2024. FUNDAMENTAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 024/2023. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08 244 1029 2154. ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30. FONTE DE RECURSOS: 15001000. SIGNATÁRIOS: FÁBIO HENRIQUE THOMA e ANA LETICE RODRIGUES OLIVEIRA EULÁLIO. VALOR GLOBAL: R$ 25.562,10 (vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e dois reais e dez centavos). DATA DE ASSINATURA: 17/04/2024.

FÁBIO HENRIQUE THOMA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÍ
EXTRATO DE ADITIVO

1.° EXTRATO DE QUANTIDADE/VALOR DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.° 0046/2023

Origem: Pregão Presencial nº 00011/2023

Objeto: Fornecimento Parcelado de Material de Construção, Destinados ao Atendimento dos Programas e Atividades das Diversas Secretarias do Município de Cubatí/PB.

Ao valor do Contrato n.° 0046/2023, que importa em R$ 345.344,34 (trezentos e quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), fica acrescido o valor de R$ 86.605,69 (oitenta e seis mil seiscentos e cinco reais e sessenta e nove centavos), passando o valor final do Contrato para R$ 431.950,03 (quatrocentos e trinta e hum mil novecentos e cinquenta reais e três centavos), tudo de acordo com os dados constante da nova Planilha Adequada que passa a fazer parte integrante do Contrato n.° 00046/2023, conforme preceitua o art. 65, I, alínea b, da Lei 8.666/93, alterações, e este termo aditivo.

Contratada: ADERALDO BATISTA DA COSTA NETO.

Cubatí - PB, 23 de Abril de 2024.

JOSÉ RIBEIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP
Nº 00011/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de uniformes e acessórios, destinados a atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Condado, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. Abertura das propostas: dia 08 de Maio de 2024, às 09h00 (horário de Brasília), através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. A íntegra do edital está disponível nos seguintes endereços eletrônicos: www.condado.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Condado - PB, 23 de Abril de 2024

FRANCISCA LIDIANE ALVES DA SILVA
Agente de Contratação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CABEDELO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00012/2024

Torna público que fará realizar através da PregoeiraSubstituta e Equipe de Apoio, por meio do site www.licitacaocabedelo.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços para: AQUISIÇÃO DE CORTINA/DIVISÓRIA COM INSTALAÇÃO PARA AS ENFERMARIAS, SALAS DE EXAMES, ADMINISTRAÇÃO E CONSULTÓRIOS MÉDICOS DA NOVA SEDE DO HOSPITAL–HMMPAB NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL DE CABEDELO–PB. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 07 de Maio de 2024. Início da fase de lances: 09:15 horas do dia 07 de Maio de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; Decreto Municipal nº 007/17; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 Às 14:00h dos dias úteis. Telefone: (083) 98876–2406. E-mail: sescab.licitacao@cabedelo.pb.gov.br. Edital: https://cabedelo.pb.gov.br/portal-da-transparencia/; www.tce.pb.gov.br; www.licitacaocabedelo.com.br.

Cabedelo - PB, 23 de Abril de 2024

RENATA SALGADO ARAGÃO
– Pregoeira Substituta

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CABEDELO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00016/2024

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Creuza Josefa Morato, 355 - Intermares - Cabedelo - PB, por meio do site www.licitacaocabedelo.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO, PARA EQUIPAR E ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS 22 UNIDADES DE SAÚDE GERENCIADAS PELA ATENÇÃO BÁSICA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CABEDELO– SES/PB. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 08 de Maio de 2024. Início da fase de lances: 09:15 horas do dia 08 de Maio de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; Decreto Municipal nº 007/17; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 Às 14:00h dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 98876–2406. E-mail: sescab.licitacao@cabedelo.pb.gov.br. Edital: https://cabedelo.pb.gov.br/portal-da-transparencia/; www.tce.pb.gov.br; www.licitacaocabedelo.com.br.

Cabedelo - PB, 23 de Abril de 2024

RENATA SALGADO ARAGÃO
Pregoeira Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00043/2024

A Pregoeira Substituta comunica aos interessados que o Pregão Eletrônico nº 00043/2024, cujo objeto é Locação de 28 (Vinte e oito) registradores eletrônicos de ponto (com impressão) para registro do ponto dos servidores públicos do município de CABEDELO – PB conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência, que seria realizado no dia 29 de Abril de 2024 às 09:00 horas fica adiado para o dia 08 de Maio de 2024 às 09:00..

Informações: das 08:00 as 14:00 dos dias úteis, E-mail: licitacaocabedelo@yahoo.com.br. Site: www.licitacaocabedelo.com.br.

Cabedelo - PB, 23 de Abril de 2024

BÁRBARA RODRIGUES SOARES
Pregoeira Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
DISPENSA
Nº DV00003/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00003/2024, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA PARA EVENTOS EM PRAÇA PÚBLICA, (EQUIPAMENTO DE SONORIZAÇÃO, GERADOR, PALCO, GRADE DE FECHAMENTO E OUTROS), PARA OS EVENTOS E FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE CASSERENGUE/PB PARA O EXERCICIO 2024; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: WALDIR DE ANDRADE 97704296434 - R$ 53.150,00.

Casserengue - PB, 22 de Abril de 2024.

ANTONIO JUDIVAN DE SOUSA
Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSERENGUE
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº DV00003/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA PARA EVENTOS EM PRAÇA PÚBLICA, (EQUIPAMENTO DE SONORIZAÇÃO, GERADOR, PALCO, GRADE DE FECHAMENTO E OUTROS), PARA OS EVENTOS E FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE CASSERENGUE/PB PARA O EXERCICIO 2024. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00003/2024. DOTAÇÃO: ORÇAMENTO DE 2024 – RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE CASSERENGUE (500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS) = 20.101 – SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO – 13.392.0004.2014 – ELEMENTO DE DESPESA: 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Casserengue e: CT Nº 00042/2024 - 23.04.24 - WALDIR DE ANDRADE 97704296434 - R$ 53.150,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Termo de Ratificação
Adesão da Ata de Registro de Preços
Nº 05.001/2024/FMAS/PMCG
Processo Administrativo Nº 214/2024

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMAS, através do seu ordenador de despesa, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que determina a Lei Nº 14.133/21, bem como considerando o que consta na ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05.001/2024 celebrada em decorrência da ata de registro de preços nº 023/2023, derivada do pregão eletrônico (SRP) Nº 001/2023-CPLCC, promovido pela Secretaria de planejamento, gestão e transformação digital – Recife - PE, vem RATIFICAR A ADESÃO, para Contratação da prestação de serviços contínuos de gerenciamento de frota com fornecimento de combustível, em lote único, envolvendo a implantação e operação de um sistema informatizado, via Internet, através da tecnologia de cartão eletrônico com chip ou tecnologia de identificação por rádio frequência RFID (Radio Frequency Identification) em atendimento a Secretaria de Assistência Social. Funcional Programática: 08 243 1019 2131; 08 243 1019 2135; 08 244 1018 2128; 08 243 1019 2137; 08 243 1026 2139; 08 243 1018 2125; 08 244 1019 2136; 08 122 2001 2141. Fonte de Recursos: 15001000/16600000 Elemento de Despesa: 339030. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. VALOR: R$: 890.700,00 (Oitocentos e noventa mil e setecentos reais), em favor do fornecedor: MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA, CNPJ nº 27.284.516/0001-61.

Campina Grande, 11 de abril de 2024.

FÁBIO HENRIQUE THOMA
Secretário Municipal de Assistência Social

FUNDOMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPINA GRANDE
EXTRATO DE CONTRATO
Nº 2.05.024/2024
ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 05.001/2024

OBJETO:ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 05.001/2024,PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE GERENCIAMENTO DE FROTA COM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, EM LOTE ÚNICO, ENVOLVENDO A IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO, VIA INTERNET, ATRAVÉS DA TECNOLOGIA DE CARTÃO ELETRÔNICO COM CHIP OU TECNOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO POR RÁDIO FREQUÊNCIA RFID (RADIO FREQUENCY IDENTIFICATION) EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.FUNDAMENTO LEGAL:Pregão Eletrônico (SRP) Nº 001/2023e Ata de Registro de preços Nº 023/2023,DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:08 243 1019 2131; 08 243 1019 2135; 08 244 1018 2128; 08 243 1019 2137; 08 243 1026 2139; 08 243 1018 2125; 08 244 1019 2136; 08 122 2001 2141.ELEMENTO DA DESPESA: 339030FONTE DE RECURSOS:15001000/16600000. VIGÊNCIA: 12 MESES A PARTIR DA DATA DA ASSINATURA. PARTES CONTRATANTES: FUNDOMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CNPJ Sob o Nº 09.356.616/0001-74 e a MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 27.284.516/0001-61,VALOR:890.700,00 (Oitocentos e noventa mil e setecentos reais) -Contrato nº 2.05.024/2024.Campina Grande - PB, 11 de abril de 2024.

FÁBIO HENRIQUE THOMA
Secretário Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAUBAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00010/2024

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua: Expedicionário Luís Tenório Leão, 791 - Centro - Caraúbas - PB, por meio do site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: AQUISIÇÃO DE TENDAS. Abertura da sessão pública: 10:00 horas do dia 10 de Maio de 2024. Início da fase de lances: 10:05 horas do dia 10 de Maio de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.462/23; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3307–1175. E-mail: licitacao@caraubas.pb.gov.br. Edital: www.tce.pb.gov.br; https://www.portaldecompraspublicas.com.br/; www.gov.br/pncp.

Caraúbas - PB, 23 de Abril de 2024

RAISSA SUELEN FERNANDES NEVES
Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE DAMIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00017/2024

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Juviniano Gomes de Lima, SN - Centro - Damião - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECIALIZADOS DE ALTO CUSTO, DE FORMA PARCELADA, PARA A DISTRIBUIÇÃO COM PESSOAS DESTE MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, fracassados no pregão anterior. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 08 de Maio de 2024. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3635–1013.E-mail: licitacao@damiao.pb.gov.br.

Edital: www.damiao.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Damião - PB, 23 de Abril de 2024

MARCELO RYAN PIMENTA BRAGA
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00054/2024

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Major Augusto Bezerra, 02 - Centro - Dona Ines - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, para: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E MATERIAIS DIDÁTICO–PEDAGÓGICOS DESTINADOS ÀS CRECHES E ESCOLAS COM OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E AOS ALUNOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Abertura da sessão pública: 08:00 horas do dia 08 de Maio de 2024. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 07:30 as 11:30 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (53) 97120441. E-mail: licitacao@pmdonaines.pb.gov.br.

Edital: www.pmdonaines.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Dona Ines - PB, 22 de Abril de 2024

JOSEILSON MOREIRA DE ARAÚJO
SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E DESCARTÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO DURANTE O ANO DE 2024. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00009/2024. DOTAÇÃO: Recursos Ordinários: 02.002–GABINETE DO PREFEITO 02002.04.122.2001.2002 – MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE 02.003–PROCURADORIA JURIDICA 02003.02.062.2001.2004 – MANUTENCAO DOS SERVICOS JURIDICOS 02.004–SECRETARIA DE ADMINISTRACAO 02004.04.122.2001.2005 – MANUTENCAO DAS ATIVID DA ADMINISTRACAO 02.007–SECRETARIA DE EDUCACAO 02007.12.361.1003.2014 – MANUTENCAO DAS ATIVIDADES COM FUNDEB 30% 02007.12.361.1003.2015 – MANUT DAS ATIV DO ENSINO FUNDAMENTA MDE 02007.12.361.1003.2016 – MANUT DAS ATIVID DO ENSINO FUNDAMENTAL FNDE QSE 02007.12.361.1003.2017 – MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR 02.011–SEC DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE 02011.15.122.2001.2045 – MANUT DAS ATIV SEC DE OBRAS URBANISMO E TRANSPORTE 02011.15.122.2001.2068 – MANUTENCAO DO DEPT DE ENGENHARIA 02011.25.752.1022.2047 – MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO PUBLICA 02011.26.782.1021.2049 – IMPL E MANUT DOS SERVICOS DO TRANSITO MUNICIPAL 02.012–SEC DE AGRIC, REC HIDRICOS E MEIO AMBIENTE 02012.15.451.1026.2046 – MANUTENCAO DOS SERVICOS DE LIMPEZA PUBLICA 02012.20.122.2001.2051 – MAN DAS A. SEC DE AGRIC R HIDRICOS E MEIO AMBIENTE 02012.20.608.1027.2089 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE CORTE DE TERRAS 02012.26.782.1028.2048 – MELHORIAS DE ESTRADAS VICINAIS 02.016–FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 02016.10.301.1017.2019 – MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE ESCOLAR 02016.10.301.1017.2030 – MANUT DAS ATIV DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAUDE 02016.10.301.1017.2072 – MANUT.DAS ATIV DO PROG SAÚDE DA FAMILIA 02016.10.302.1017.2081 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SAMU 02016.10.302.1018.2077 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL 02.017–FUNDO MUNIC DE ASSIST E SERVICO SOCIAL 02017.08.122.2001.2034 – MANUT DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 02017.08.243.1005.2037 – MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Esperança e: CT Nº 00120/2024 - 18.04.24 - OLIVEIRA & EULALIO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME - R$ 148.788,50; CT Nº 00122/2024 - 19.04.24 - INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA CAMPINENSE LTDA - R$ 39.487,00; CT Nº 00123/2024 - 19.04.24 - CIRÚRGICA OLIVEIRA PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA - R$ 63.417,50; CT Nº 00124/2024 - 19.04.24 - JTH COMERCIO LTDA - R$ 53.600,00; CT Nº 00125/2024 - 19.04.24 - ARRUDA CAMARA COMERCIO E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA - R$ 38.716,50; CT Nº 00126/2024 - 19.04.24 - ELIEZER JURACY DELGADO NETO 08521345410 - R$ 62.213,70.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO, MEDIANTE REQUISIÇÃO PERIÓDICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ESPERANÇA DR. MANOEL CABRAL DE ANDRADE DESTE MUNICÍPIO, COM PRONTA ENTREGA, DEVENDO OCORRER QUANDO NECESSÁRIO NOS QUANTITATIVOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00020/2024. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 02.016–FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 02016.10.301.1017.2030 – MANUT DAS ATIV DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAUDE 02016.10.302.1017.2081 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SAMU 02016.10.302.1018.2077 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Esperança e: CT Nº 00119/2024 - 18.04.24 - JCASIF COMERCIO VAREJISTA DE CEREAIS LTDA - R$ 41.580,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANO DA SEDE DESTE MUNICIPIO ATÉ O DESTINO FINAL NO ATERRO SANITÁRIO LOCALIZADO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB, COM A UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO CAMINHÃO ROLL ON–ROLL OFF, JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANPORTE DO MUNICÍO DE ESPERANÇA –PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00018/2024. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 02.011–SEC DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE 02012.15.451.1026.2046 – MANUTENCAO DOS SERVICOS DE LIMPEZA PUBLICA. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Esperança e: CT Nº 00127/2024 - 22.04.24 - VLS LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - R$ 163.200,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA
AVISO DE VISTORIA
VEÍCULOS TRANSPORTE ESCOLAR

REF. PREGÃO 1/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO NO ANO LETIVO DE 2024

A Prefeitura Municipal de Esperança - PB., através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, convoca os vencedores do Pregão em epígrafe, a fazer vistoria em seus veículos e confirmar os seus motoristas, no dia 26/04/2024 (Sexta-feira), às 09h00min. Informamos que os portões da garagem municipal, na Rua Antenor Navarro, 837, Bairro Lirio Verde, serão abertos das 08h00min às 09h00min para recepção dos veículos para vistoria, após esse horário, não será permitida mais a entrada de veículos para vistoria, informamos ainda, que todos os proprietários deverão entregar ao Diretor do Transporte Escolar, cópias dos seguintes documentos:

1 – Apresentar Cópia da Carteira Nacional de Habilitação do Motorista, com no mínimo Categoria D;

2 – Apresentar Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRV) dentro do prazo de validade;

3 – Obter a aprovação do veículo na vistoria realizada pelos servidores designados pela Gestão Municipal, sem a qual não será possível atestar a regularidade do veículo para a execução do serviço;

4 – Comprovar que o veículo não possui pendências junto aos órgãos de trânsito, devendo tal regularidade ser confirmada através de certidões (ou equivalentes) expedidas pelo DETRAN, PRF e DNIT;

5 – O veículo não deve estar em situação de bloqueio judicial, em qualquer órgão do Poder Judiciário, em qualquer esfera, instância, jurisdição, Juízo ou Tribunal;

6 – O veículo deverá ser posto à disposição do ORC no ato de assinatura do contrato;

7 - Caso o veículo não seja de propriedade do licitante vencedor, este deverá apresentar contrato que comprove que possui a posse mansa e pacífica para utilizá–lo na prestação do serviço. Tal contrato deve estar com firma devidamente reconhecida em cartório competente, e não será aceito se contiver inconsistências, dados incompletos, informações duvidosas ou contendo rasuras e textos ilegíveis.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARABIRA/PB
AVISO DE DISPENSA
Nº 00035/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

O Fundo Municipal de Saúde de Guarabira, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, TRATAMENTO E LIMPEZA DE PISCINA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, podendo eventuais interessados apresentar Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 29/04/2024 às 14:00h

A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Guarabira, situada naRua Antônio André,39 - Centro - Guarabira - PB, no horário de 08:00 às 12:00, em dias uteis ou pelo E-mail: licitacao@guarabira.pb.gov.br até a data limite.

O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial daPrefeiturahttps://www.guarabira.pb.gov.br ou através do E-mail: licitacao@guarabira.pb.gov.br Outras informações poderão ser obtidas na Sala da CPL, Rua Antônio André,39 - Centro - Guarabira - PB, no horário das 08h:00 às 12h:00 de segunda a sexta feira.

Guarabira, 23de Abril de 2024

DEBORAH NATHYNELLY SOARES PEREIRA
Agente de Contratação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00054/2024

Torna público que fará realizar através do Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, a partir das 10:30min (horário de Brasília) do dia 08 de Maio de 2024,através do site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, paraLocação de veículos para melhor atender as necessidades da administração municipal, Fundamento legal: Lei Federal nº 14133/2021 e Decreto Municipal nº 269/2023 e demais legislações vigentes. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacaocplguarabira@gmail.com e www.comprasnet.gov.br.

Guarabira– PB,22deabril de 2024

DEBORAH NATHYNELLY SOARES PEREIRA
Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA/PB
RESULTADO FASE DE PROPOSTA
CHAMADA PÚBLICA 00002/2024

OBJETO: Contratação de oficineiros para realização de oficinas de reforço escolar, música, xadrez e outros para melhor atender as necessidades pedagógicas dos alunos do sistema municipal de ensino.

	CHAMADA PÚBLICA N.º 00002/2024	
CNPJ	**NOME**	**VALOR**
49.965.246/0001-97	MANOEL FERREIRA DE FREITAS NETO	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
49.965.454/0001-96	MIRELISSON GRANJEIRO DA SILVA	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
49.968.448/0001-92	STEFANY KELLY LORDÃO SILVA	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
49.974.861/0001-60	GIVALTER MARCOLINO DOS SANTOS	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
54.204.824/0001-02	OTAVIA MARIA FOOK DE VASCONCELOS	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
50.355.523/0001-29	LARYSSA FERREIRA SILVA	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
29.706.187/0001-25	ANDERSON BASÍLIO ALVES	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
48.167.463/0001-79	MARIA DE LOURDES SOARES DA SILVA	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
49.986.303/0001-14	CLENILSON ADELINO DA CUNHA	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
48.649.401/0001-01	ROGÉRIO WILKER CAVALCANTE RIBEIRO	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
41.289.573/0001-64	EVANDRO HEROIZO R. CAVALCANTE E SILVA	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
46.162.636/0001-30	ADJEANE FARIAS DA SILVA	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
49.986.567/0001-78	SAYONARA DA SILVA LIMA	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
26.439.039/0001-01	JESSICA MAYARA DE PONTES MARTINS	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
44.487.820/0001-25	ALUISIO JOSE DE LIMA FILHO	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
50.026.283/0001-19	ADRIANA SOARES BATISTA DE LIMA	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
54.353.000/0001-02	DENISE DOS SANTOS LIMA	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
54.223.040/0001-21	KLEBER DE BRITO VELEZ	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
54.589.306/0001-54	KASSIA BEATRIZ LORDÃO	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
39.268.691/0001-44	LUANA BEZERRA URBANO BARBOSA	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
54.574.925/0001-75	SARA OLIVEIRA SOUZA	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)
50.416.388/0001-84	CAMILA BEZERRA URBANO RODRIGUES	R$ 13.500,00 (Treze mil e Quinhentos Reais)

O Processo encontra-se no endereço anteriormente informado à disposição dos interessados. Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 165, da Lei Federal nº 14133/21.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a CPL, Rua Antonio André, 39 - Centro - Guarabira - PB, no horário das 08h00min às 12h00min dos dias úteis. E-mail: licitacao@guarabira.pb.gov.br.

Guarabira – PB, 23 de abril de 2024

DEBORAH NATHYNELLY SOARES PEREIRA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA
ADJUDICAÇÃO & HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2024

Nos termos do relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00025/2024, que objetiva: Aquisições parceladas de Materiais elétricos diversos para melhor atender as necessidades do exercício de 2024; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: CENTER LED MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI EPP - R$ 21.740,00; DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME - R$ 2.660,00; EDILEUZA OLIVEIRA DA SILVA - R$ 60,00; EREPROT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL LTDA - R$ 15.390,00; GUSTAVO XAVIER GARCEZ - R$ 36.428,25; J.LAVANDOSKI FERRAGENS - R$ 11.870,00; J2R AUTOMA????O LTDA – EIRELI - R$ 9.662,10; KLEVENY JOSÉ SOUSA RIBEIRO - R$ 134.980,00; LENDARIO COM E IMPORTACAO DE MATS ELETRICOS LTDA - R$ 55.216,50; LUMEL ILUMINAÇÃO EIRELI - R$ 15.960,00; LUMIART COMERCIO E SERVICOS LTDA - R$ 134.519,00; LWS TENDAS IND. E COMERCIO LTDA - R$ 32.930,00; MIRIAM SUZANA MORETTI - R$ 49.844,00; OSVALDO ROBERTO AGRA DE SOUZA 76090108472 - R$ 6.823,30; RUTHI DOS SANTOS LIMA - R$ 25.340,00; SILVA DISTRIBUIDORA E FERRAGISTA LTDA - R$ 16.177,50; TACIEL DA SILVA SANTOS - R$ 23.484,25; THOMAS JOSÉ BELTRÃO DE ARAÚJO ALBUQUERQUE - R$ 6.129,90.

Guarabira - PB, 19 de Abril de 2024
MARCUS DIOGO DE LIMA
Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00053/2024

Torna público que fará realizar através do Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, a partir das 08:30min (horário de Brasília) do dia 08 de Maio de 2024,através do site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, paraLocação para equipamentos de abate e veiculo frigorifico a serem usados no matadouro público,Fundamento legal: Lei Federal nº 14133/2021 e Decreto Municipal nº 269/2023 e demais legislações vigentes. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacaocplguarabira@gmail.com e www.comprasnet.gov.br.

Guarabira– PB,22deabril de 2024
DEBORAH NATHYNELLY SOARES PEREIRA
Pregoeira Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE ITATUBA
AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO Nº 00001/2024 ELETRÔNICO - RP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITATUBA/PB.

Diante do julgamento do pedido de impugnação apresentado na plataforma eletrônica. A sessão pública do Pregão nº 00001/2024 - Eletrônico, antes marcada para ocorrer no dia 24/04/2024 as 10h, passará a ocorrer no dia 10/05/2024 as 10h.

Itatuba – PB 23 de Abril de 2024
IRENILDA BEZERRA DE LIMA
PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.009/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32.676/2023
CHAVE CGM: D5XK-H567-K5XR-XE40

Nota: Considerando o disposto no art. 191 da Lei 14.133/2021, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.167/2023, opta-se por licitar de acordo com o regime da Lei 8.666/93.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa através da Comissão Setorial de Licitação, devidamente autorizada pela Portaria nº 1334, datada de 01 de setembro de 2023, torna público que fará realizar a Licitação na modalidade Concorrência Pública Nº 11.009/2024, em regime de execução de empreitada por preço unitário, com tipo de licitação menor preço global com Recurso próprio a ser realizada no dia 27 de maio 2024, impreterivelmente às 10:00hs (Dez), tendo como objeto a Contratação de Empresa especializada em Engenharia para a Execução de Drenagem e Pavimentação em Paralelepípedos de 21 Ruas nos Bairros Valentina de Figueiredo e Planalto da Boa Esperança em João Pessoa Lote III-BN. A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis e a disposição dos interessados a partir da quarta-feira dia 24/04/2024, no endereço: http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/licitacoes. SUPORTE LEGAL: Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores. Quaisquer informações será prestada na Sala da Comissão Setorial de Licitação na Secretaria de Infraestrutura, localizada a Av. Rio Grande do Sul, 721, Bairro dos Estados, João Pessoa, Paraíba no horário das 8h às 12h ou das 13h as 16h, Fone (83) 3213-6605 ou através do e-mail cslseinfra23@gmail.com(Novo Email)

João Pessoa, 23 de abril de 2024.
Petrônio Wanderley de Oliveira Lima
Presidente da Comissão e Pregoeiro/SEINFRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00003/2024. OBJETO:CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOATRAVÉS DE BANCA DE CONTADORES COM COMPROVADA ORGANIZAÇÃO, APARELHAMENTO, EQUIPE TÉCNICA COM NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE PÚBLICA, DESTINADO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NO ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO E DE ASSESSORIA E CONSULTORIA COM RESPONSABILIDADE TÉCNICA INTERNA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUAZEIRINHO.FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei nº 14.133/21. ADJUDICAÇÃO e RATIFICAÇÃO: Prefeita Constitucional, em 01/03/2024.

Juazeirinho - PB, 01 de Março de 2024
ANNA VIRGÍNIA DE BRITO MATIAS
Prefeita Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOATRAVÉS DE BANCA DE CONTADORES COM COMPROVADA ORGANIZAÇÃO, APARELHAMENTO, EQUIPE TÉCNICA COM NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO EM CONTABILIDADE PÚBLICA, DESTINADO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NO ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO E DE ASSESSORIA E CONSULTORIA COM RESPONSABILIDADE TÉCNICA INTERNA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUAZEIRINHO. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00003/2024. DOTAÇÃO: 02.040 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS - 04 123 0002 2017 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS - 1.500.0000 Recursos não Vinculados de Impostos - 3390.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA - 02.080 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - 10 301 0002 2058 ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA - 3390.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA - 1.500.1002 Recursos Vinculados de Impostos – ASPS - 1.600.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços. VIGÊNCIA: 14 de Março de 2024 a 14 de Março de 2025. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Juazeirinho e: CT Nº 02301/2024 - 01.03.24 –TORRES & NÓBREGA e CONSULTORIA CONTÁBIL S/C LTDA- R$ 150.000,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOCA CLAUDINO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2024

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Francisca Claudino Fernandes, 001 - Centro - Joca Claudino - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Contratação de empresa pertinente ao ramo para futura aquisição de pneus e câmaras de ar para manutenção da frota de veículos do município de Joca Claudino/PB. Abertura da sessão pública: 07:30 horas do dia 08 de Maio de 2024. Início da fase de lances: 07:31 horas do dia 08 de Maio de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.462/23; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 07:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail:jocaclaudinolicitacao@gmail.com. Edital: www.jocaclaudino.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Joca Claudino - PB, 23 de Abril de 2024
VALDIR DUARTE FILHO
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 20102/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 00009/2024 - Lei nº 14.133/2021.

OBJETO: Contratação de empresa especializada nos Serviços de Assessoria previdenciária referente a parcelamentos, desbloqueios, restituições, auditorias, acompanhamentos de todos os entes vinculados entre outros serviços para o Município de Manaíra/PB.

PARTES: Prefeitura Municipal de Manaíra-PB e a empresa STHEPSON MAIERY ALVES DE LIRA, CNPJ Nº. 11.083.424/0001-83.

VALOR: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses.

Manaíra18 de Abril de 2024.
MANOEL VIRGULINO SIMÃO
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 00003/2024

A Prefeitura Municipal de Manaíra – PB, torna público a licitação sob modalidade Concorrência, na forma eletrônica do tipo menor preço global, para: Contratação de empresa especializada para Reforma de Escolas do município de Manaíra/PB, conforme Planilha Orçamentária. Data e horário do início da disputa: 09:30hs/mim do dia 16/05/2024. Fundamento legal: Lei 14.133/21 e subsidiárias. LOCAL: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. Modo de Disputa: Aberto. Edital: www.portaldecompraspublicas.com.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br e TCE/PB, Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na sede da Prefeitura Municipal, das 08:00 às 13:00hs, através do Setor de Licitação, na Rua José Rosas, s/n, Bairro Centro, Manaíra - PB e e-mail: licitacaoprefeituradeманaira@gmail.com.

Manaíra – PB, 23 de Abril de 2024.
ZILVANETE BESERRA DA SILVA
Secretaria de Educação e Cultura

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA
Nº 00002/2024

A Prefeitura Municipal de Manaíra – PB, torna público a licitação sob modalidade Concorrência, na forma eletrônica do tipo menor preço global, para: Contratação de empresa especializada para Reforma de Unidades Básicas de Saúde do município de Manaíra/PB, conforme Planilha Orçamentária. Data e horário do início da disputa: 09:30hs/mim do dia 15/05/2024. Fundamento legal: Lei 14.133/21 e subsidiárias. LOCAL: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. Modo de Disputa: Aberto. Edital: www.portaldecompraspublicas.com.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br e TCE/PB, Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na sede da Prefeitura Municipal, das 08:00 às 13:00hs, através do Setor de Licitação, na Rua José Rosas, s/n, Bairro Centro, Manaíra - PB e e-mail: licitacaoprefeituradeманaira@gmail.com.

Manaíra – PB, 23 de Abril de 2024.
LUIZ ALVES DE LIMA
Secretário de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA
EXTRATO DE RESULTADO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00015/2024

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA/PB, no uso das atribuições, torna público o resultado da licitação, modalidade Pregão, na forma eletrônica nº 00015/2024, que objetiva: Aquisição de Pneus, Câmaras de ar, Protetores de aro e realização dos serviços automotivos congêneres destinados à frota de veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Manaíra/PB; Licitante(s) Vencedor(es): S E DE LIMA PNEUS E ACESSORIOS - CNPJ Nº 11.707.042/0001-83 – VALOR: R$ R$ 510.076,94

Manaíra - PB, 22 de abril de 2024.
JAIRO JUNIOR ALVES FRANÇA
PREGOEIRO OFICIAL

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00015/2024

OBJETO: Aquisição de Pneus, Câmaras de ar, Protetores de aro e realização dos serviços automotivos congêneres destinados à frota de veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Manaíra/PB, no uso de suas atribuições legais que foram conferidas através pela lei federal nº 14.133/2021, RESOLVE: ADJUDICAR o resultado da licitação, modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nº 00015/2024, com base nos elementos constantes do processo correspondente, a: S E DE LIMA PNEUS E ACESSORIOS - CNPJ Nº 11.707.042/0001-83 – VALOR: R$ R$ 510.076,94.

Manaíra - PB, 23 de abril de 2024.
MANOEL VIRGULINO SIMÃO
PREFEITO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00015/2024

O Prefeito do Município de Manaíra/PB, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E: HOMOLOGAR, com base na Lei 14.133/2021, o resultado da licitação, modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nº 00015/2024, que objetiva: Aquisição de Pneus, Câmaras de ar, Protetores de aro e realização dos serviços automotivos congêneres destinados à frota de veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Manaíra/PB; com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente(s) vencedor(es): S E DE LIMA PNEUS E ACESSORIOS - CNPJ Nº 11.707.042/0001-83 – VALOR: R$ R$ 510.076,94.

Manaíra - PB, 23 de abril de 2024.
MANOEL VIRGULINO SIMÃO
PREFEITO

Prefeitura Municipal De Piancó
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 00019/2024
Processo Administrativo
Nº 00086/2024

A prefeituramunicipal de Piancó-PB, torna público a licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00019/2024, para o Objeto: contratação de empresa para prestar serviços de instalação/remoção e manutenção de ar condicionado para atender as secretarias do Município de Piancó-PB.Tipode julgamento menor preço, modo de disputa aberto, na forma prevista na Lei nº 14.133/21. Início de cadastro das propostas: dia 23/04/2024 às 17:00hs; Limite para Impugnação e esclarecimento: 30/04/2024 às 08h:59hs; Data Final de cadastro das Propostas: 06/05/2024 às 08hs59min; Data de sessão de disputa: 06/05/2024 às 09hs:00. A sessão pública eletrônica será emwww.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital estará disponível nos sites: http://www.pianco.pb.gov.br,www.portaldecompraspublicas.com.br e www.tce.pb.gov.br.

Piancó - PB, 22de abril de 2024.
ANDRE ALEXANDRE DO NASCIMENTO
Pregoeiro Oficial
OBS: Republicado por incorreção

Prefeitura municipal de Piancó
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico
Nº 00013/2024

Objeto: aquisição de produtos de panificadora para manutenção das secretarias do Município de Piancó – PB.

Vencedora:SUPERMERCADO PEG PAG LTDA– CNPJ 03.841.826/0001-71, com o valor global R$ 190.850,00(cento e noventa mil oitocentos e cinquenta reais).

Resolve, com fundamento no inciso IV do art. 71 da Lei n° 14.133/21, Adjudicar o objeto e Homologar a licitação. Desde já fica convocada para assinatura do contrato.

Piancó – PB, 23 de Abrilde 2024
Daniel Galdino de Araújo Pereira
Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEDRO RÉGIS

Nos termos do Julgamento da licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024, realizado pela Agente de Contratação em 10 de Abril de 2024 e nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei Federal n.º 14.133/21, fica decidida a:

ADJUDICAÇÃO

Nos termos da Ata Final apresentada pela Agente de Contratação, quando do julgamento da Pregão Eletrônico N.º 003/2024 PROCESSO Nº 2024.03.012, ADJUDICAMOS o Presente Pregão Eletrônico em favor da empresa EDILSON GOMES DE LUNA – ME, com o valor total de sua oferta de R$ 237.000,00 (Duzentos e Trinta e Sete Mil Reais).

Pedro Régis - PB, 16 de Abril de 2024.
Michele Ribeiro de Oliveira
Prefeita

HOMOLOGAÇÃO

Do julgamento em favor da empresa EDILSON GOMES DE LUNA – ME, com o valor total de sua oferta de R$ 237.000,00 (Duzentos e Trinta e Sete Mil Reais).

Pedro Régis - PB, 16 de Abril de 2024.
Michele Ribeiro de Oliveira
Prefeita

CAMARA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 0005/2024
TERMO DE RATIFICAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e atualizações posteriores.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA PARA SER UTILIZADO NA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA-PB, conforme especificações no contrato, pela contratação direta da empresa: PUBLIC SOFTWARE INFORMÁTICA LTDA, inscrito no CNPJ: 07.553.129/0001-76 com proposta com Valor Mensal: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Valor Total: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

RATIFICAÇÃO: Ratifico a presente Dispensa de Licitação, de acordo com o parecer do Advogado.

Pedra Branca - PB, 22 de abril de 2024
Edmilson Félix Oliveira
Presidente da Câmara

CAMARA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0005/2024
HOMOLOGAÇÃO

A Câmara Municipal de Pedra Branca, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133 de 01 abril de 2021, e atualizações posteriores. e do parecer jurídico exarado no referido processo, em face ao cumprimento da Comissão Permanente de Licitação da Câmara, e tendo em vista a documentação que instrui o Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0005/2024, HOMOLOGO, A DISPENSA DE LICITAÇÃO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA PARA SER UTILIZADO NA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA-PB, conforme especificações no contrato, pela contratação direta da empresa: PUBLIC SOFTWARE INFORMÁTICA LTDA, inscrito no CNPJ: 07.553.129/0001-76 com proposta com Valor Mensal: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Valor global: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Pedra Branca - PB, 22 de abril de 2024.
Edmilson Félix Oliveira
Presidente da Câmara

CAMARA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 0005/2024
EXTRATO DE CONTRATO

INSTRUMENTO: Contrato de fornecimento, de acordo com o processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2024

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCAS

CONTRATADA: PUBLIC SOFTWARE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 07.553.129/0001-76

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA PARA SER UTILIZADO NA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA-PB

Valor Mensal: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Valor Global: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

VIGÊNCIA: 31.12.2024.

Pedra Branca - PB, 22 de abril de 2024.
Edmilson Félix Oliveira
Presidente da Câmara

Prefeitura municipal de Pedra Branca
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA
Nº 0005/2024

Torna público a realização da licitação na modalidade CONCORRENCIA Nº 0005/2024, por menor preço global, com objeto, Construção de Policlínica e Reforma do prédio para Secretaria de Educação no município de Pedra Branca-PB. Abertura dia 08/05/2024 às 08:30 horas, a rua Pres. João Pessoa, 391-Centro–Pedra Branca-PB. O edital encontra-se: www.pedrabranca.pb.gov.br, www.tce.pb.gov.br e demais informações pelo e-mail pedrabrancacpl@gmail.com

Pedra Branca - PB, 22 de abril de 2024
Severino Luiz de Caldas
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00020/2024

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Vicente Neri, 78 - Centro - Prata - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO CONTROLADO. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 09 de Maio de 2024. Início da fase de lances: 09:30 horas do dia 09 de Maio de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.462/23; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3390–1126. E-mail: cplpmprata@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Prata - PB, 23 de Abril de 2024
CRISTIANA DE FÁTIMA DA SILVA
Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00021/2024

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Vicente Neri, 78 - Centro - Prata - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. Abertura da sessão pública: 13:30 horas do dia 09 de Maio de 2024. Início da fase de lances: 13:35 horas do dia 09 de Maio de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.462/23; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3390–1126. E-mail: cplpmprata@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Prata - PB, 23 de Abril de 2024
CRISTIANA DE FÁTIMA DA SILVA
Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00022/2024

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Joao Barbosa da Silva, 120 - Centro - Queimadas - PB, por meio do site https://licitanet.com.br/, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA EDUCACIONAL, PARA ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E APOIO PEDAGÓGICO, ATENDENDO O PROJETO DESPERTO: SÁBADO ANIMADO NA ESCOLA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE QUEIMADAS–PB. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 14 de Maio de 2024. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 33922276. E-mail: licitacaopmqueimadas2017@gmail.com. Edital: www.queimadas.pb.gov.br ou /https://tce.pb.gov.br/; https://licitanet.com.br/; www.gov.br/pncp.

Queimadas - PB, 23 de Abril de 2024
RICARDO PEREIRA DE LIMA
Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO
EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, A SEREM USADAS NOS IMÓVEIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00009/2024. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 02.010 Secretaria de Gestão 04 122 2002 2002 Manutenção das Atividades da Secretaria de Gestão 02.020 Secretaria de Administração e Finanças 04 122 2002 2005 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças 02.030 Procuradoria–Geral de Remígio 04 122 2002 2007 Manutenção da Procuradoria Geral do Município 02.040 Secretaria de Saúde 10 301 2002 2009 Manutenção das atividades da Secretaria de Saúde 02.050 Secretaria de Educação 12 361 1001 2010 Manutenção das atividades do Ensino Fundamental 12 361 1001 2012 Manutenção do Ensino Fundamental – Fundeb – 30% 12 365 1001 2015 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil 12 361 1001 2016 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos 12 365 1001 2023 Manutenção do Ensino Infantil– Complementação FUNDEB–VAAF–VAAR e VAAT 02.060 Secretaria de Trânsito 26 122 2002 2024 Manutenção das Atividades da Secretaria de Trânsito 02.070 Secretaria de Desenvolvimento Social 08 122 1003 2025 Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social 08 243 1003 2026 Manutenção do Conselho Tutelar 02.080 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 15 122 2002 2028 Manutenção das atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos 15 451 1004 2057 Manutenção das atividades com recusos do Fundo Especial do Petróleo–FEP 02.090 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente 20 122 2002 2029 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente 02.110 Fundo Municipal de Saúde 10 301 1002 2035 Manutenção do Bloco das Ações e Serviços Públicos de Saúde– Atenção Primária 10 305 1002 2036 Manutenção do Bloco das Ações e Serviços Públicos de Saúde– Vigilância em Saúde 10 302 1002 2037 Manutenção do Bloco das Ações e Serviços Públicos de Saúde–Atenção Especializada (MAC) 13 122 1005 2040 Manutenção das Atividades da Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico 13 392 1005 2041 Promoção de Eventos Sociais e Culturais 02.130 Secretaria de Esporte e Lazer 27 122 1005 2043 Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte e Lazer 02.140 Fundo Municipal de Assistência Social 08 244 1003 2045 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social 3390.30 99 Material de Consumo Fonte 15001000 Recursos Livres (Ordinário) 15001002 Recursos não Vinculados de Impostos Saúde 15001001 Recursos não Vinculados de Impostos MDE 15500000 Transferência do Salário– Educação 15401030 Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos – 30% 15421030 Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAT – 30% 17000000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União 17510000 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública COSIP 17200000 Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP – Lei 9.478/1997 16600000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Remígio e: CT Nº 00134/2024 - 19.04.24 - JOSE ARLINDO OLIVEIRA SILVA - R$ 83.924,13; CT Nº 00135/2024 - 19.04.24 - SANIGRAN LTDA - R$ 4.280,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 15/2024

A direção interna de processos, para conhecimento dos interessados, que por motivos de falhas na publicação do edital no www.portaldecompraspublicas.com.br, assim será remarcado a sessão pública, outrora marcado para o dia 07 de maio de 2024, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por item. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado, incluindo o fornecimento de materiais e equipamentos necessários à manutenção e adequados à execução dos serviços nas dependências de todas as Secretarias e Órgãos pertencentes a Prefeitura Municipal de Sousa. Abertura das propostas passara a ser dia 10 de maio de 2024 às 09h00 (horário de Brasília), através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Os interessados poderão obter o texto integral do edital através dos endereços eletrônicos www.tce.pb.gov.brewww.sousa.pb.gov.br(1.Transparência, 2.Sousa Transparente, 3.Licitações, Editais e Documentos de Licitação, 4.Pregão).

Sousa, 23 de abril de 2024.
Alyne Santos de Paula
Dirigente interna de processo

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO:Aquisição de material de construção e hidráulico para diversas secretarias e Fundo Municipal de Assistência Social e Saúde do município de São José do Bonfim/PB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão eletrônico nº 00012/2024.

VIGÊNCIA:12 (Doze) meses.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: CONFORME CONTRATO: Prefeitura Municipal de São José do Bonfim e:- HEITOR COMERCIO DE TINTAS LTDA, CNPJ Nº 44.110.164/0001-47 -, VALOR: R$ R$ 66.612,00; -IVALDO ANTONIO PEREIRA LOPES, CNPJ Nº 03.442.101/0001-00, VALOR: R$ 1.410.176,90; - VDA SANEAMENTO LTDA, CNPJ Nº 43.486.840/0001-19, VALOR: R$ R$ 1.333,50; VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 1.478.122,40

São José do Bonfim - PB, 18de Abrilde 2024.
ESAU RAUEL ARAUJO DA SILVA NOBREGA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA-PB
AVISO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00014/2024

O Pregoeiro do Município de Santa Luzia/PB, no uso de suas atribuições informa aos interessados o Julgamento da Impugnação do Edital do Pregão Eletrônico Nº 00014/2024, que tem como objeto aquisição parcelada de material de construção para atender as necessidades das Secretarias mantidas pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia/PB, sendo o pedido de Impugnação da empresa Autoluk Comércio de Pneumáticos e Peças LTDA, CNPJ sob nº 20.063.556/0001-34, INDEFERIDO nos termos do julgamento da impugnação, mantendo a data de realização do certame assim como todos os itens do edital. Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos no setor de licitação com sede na Praça Estanislau de Medeiros, s/n, Bairro Antônio Bento de Morais, nesta cidade de Santa Luzia - PB - CEP N° 58.600-000.

Santa Luzia/PB, 23 de abril de 2024.
JONAS PEREIRA DE ANDRADE
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA - PB
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00017/2024

OBJETO: aquisição parcelada de material elétrico para atender as necessidades das Secretarias mantidas pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia/PB.

TIPO: MENOR PREÇO.

DATA DA ABERTURA: 09/05/2024 - HORÁRIO: 08:30 HORAS.

Legislação Aplicável: Lei Nº 14.133/21 e subsidiárias.

LOCAL: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br.

Modo de Disputa: Aberto.

Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na Sala da Comissão de Licitação, no Prédio Sede da Prefeitura "Paço Quipauá", das 08:00 às 12:00hs, no endereço Praça Estanislau de Medeiros, s/nº, Bairro Antônio Bento de Morais, na cidade de Santa Luzia/PB - CEP nº 58.600-000, ou pelo Fone: (83) 3461-2299. E-mail: licitacao@santaluzia.pb.gov.br.

Santa Luzia/PB, 23 de abril de 2024.
Antônio César de Lira Nóbrega
Secretário de Serviços Urbanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS
EXTRATO DO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº00013/2024

OBJETO:Aquisição de material de construção, hidráulico e outros destinados à construção e serviços no município de São José de Espinharas/PB.FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00013/2024.DOTAÇÃO: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: CONFORME CONTRATO. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São José de Espinharas e: C PINHEIRO & CIA LTDA, CNPJ Nº: 09.286.691/0001-06, CONTRATO Nº 91301/2024, VALOR R$ 275.924,78; DANIEL KIM COMERCIO DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO, CNPJ Nº 46.452.081/0001-61, CONTRATO Nº 91302/2024, VALOR R$ 11.250,00; DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ Nº 37.227.550/0001-58, CONTRATO Nº 91303/2024, VALOR R$ 56.798,00; EPI EMPRESA DE IRRIGACAO LTDA, CNPJ Nº 48.462.564/0001-72, CONTRATO Nº 91304/2024, VALOR R$ 3.765,20; HIDROPLAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ Nº 69.939.239/0001-28, CONTRATO Nº 91305/2024, VALOR R$ 35.700,00; J.LAVANDOSKI FERRAGENS, CNPJ Nº 36.673.446/0001-24, CONTRATO Nº 91306/2024, VALOR R$ 23.430,00; RLUX ILUMINACAO LTDA, CNPJ Nº 23.535.805/0001-35, CONTRATO Nº 91307/2024, VALOR R$ 39.037,75.

São José de Espinharas, 18 de Abril de 2024.
Antônio Gomes da Costa Netto
Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº00017/2024

OBJETO: Aquisição de fraldas para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do município de São José de Espinharas/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 00017/2024. DOTAÇÃO: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: CONFORME CONTRATO. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de São José de Espinharas e: 41.968.551 THALLITA EWLIN MEDEIROS DE ARAUJO, CNPJ Nº 41.968.551/0001-20, CONTRATO Nº 91701/2024, VALOR R$ 31.750,00; LOG DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR E HIGIENE PESSOAL LTDA, CNPJ Nº 37.844.417/0001-40,CONTRATO Nº 91702/2024, VALOR R$ 22.195,00; ODONTOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA, CNPJ Nº 09.478.023/0001-80, CONTRATO Nº 91703/2024, VALOR R$ 28.325,00.

São José de Espinharas, 19 de Abril de 2024.
Antônio Gomes da Costa Netto
Prefeito

ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00018/2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, RESOLVE, ADJUDICAR o objeto do Pregão Eletrônico nº 00018/2024, para Aquisição de peças para veículos leves, ônibus e outros veículos das diversas secretarias do município de São José de Espinharas – PB e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social, as empresas: AUTO PECAS LEITE LTDA, CNPJ Nº 09.353.780/0001-28, VALOR R$ 142.726,70; GIPAGEL AUTO PECAS LTDA, CNPJ Nº 35.588.102/0001-54, VALOR R$ 122.742,54; GRANPECAS - COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PECAS, RETIFICA E SERVICOS LTDA, CNPJ Nº 04.906.156/0001-97, VALOR R$ 118.573,01; HB AUTOPECAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA, CNPJ Nº 40.132.918/0001-09, VALOR R$ 201.188,06; VENCEREMOS AUTO PECAS COMERCIO A VAREJO LTDA, CNPJ Nº 08.164.012/0001-63, VALOR R$ 110.797,00.

São José de Espinharas, 22 de Abril de 2024.
Antônio Gomes da Costa Netto
Prefeito

HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 00018/2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, RESOLVE, HOMOLOGAR o resultado do Pregão Eletrônico nº 00018/2024, para Aquisição de peças para veículos leves, ônibus e outros veículos das diversas secretarias do município de São José de Espinharas – PB e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social, as empresas: AUTO PECAS LEITE LTDA, CNPJ Nº 09.353.780/0001-28, VALOR R$ 142.726,70; GIPAGEL AUTO PECAS LTDA, CNPJ Nº 35.588.102/0001-54, VALOR R$ 122.742,54; GRANPECAS - COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PECAS, RETIFICA E SERVICOS LTDA, CNPJ Nº 04.906.156/0001-97, VALOR R$ 118.573,01; HB AUTOPECAS COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA, CNPJ Nº 40.132.918/0001-09, VALOR R$ 201.188,06; VENCEREMOS AUTO PECAS COMERCIO A VAREJO LTDA, CNPJ Nº 08.164.012/0001-63, VALOR R$ 110.797,00.

São José de Espinharas, 23 de Abril de 2024.
Antônio Gomes da Costa Netto
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS
AVISO DE DECISÃO DE RECURSO E CONVOCAÇÃO SEGUNDO COLOCADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00014/2024

A Prefeitura Municipal de São José de Espinharas – PB, torna público para conhecimentos dos interessados participantes do processo que tem como objeto: Aquisição de pneus e acessórios para veículos das secretarias e Fundos Municipais do município de São José de Espinharas/PB, o resultado do JULGAMENTO do recurso Impetrado pela empresa TACIANO TONI SERAFIM TEIXEIRA – ME (TEIXEIRA REBOQUE), CNPJ nº 11.228.215/0001-80 foi JULGADO PROCEDENTE, tornando inabilitada a empresa RONALDO BARBOSA DE AGUIAR DA SILVA EIRELI, CNPJ Nº 31.569.229/0001-75. Informa ainda que fica convocados os licitantes classificados em segundo para negociação a partir das 11:00 horas do dia 24/04/2024. Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na sede da Prefeitura Municipal, das 08:00 às 12:00hs, através do Setor de Licitação, na Praça Bossuet Wanderley, 61 - Centro - São José de Espinharas - PB e através do Portal Compras Públicas.

São José de Espinharas – PB, 22 de Abril de 2024.
José Matheus Paulo Morais
Pregoeiro

SÃO BRAZ S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

CNPJ: 08.811.226/0001-84

Sociedade Anônima de capital fehado

SÃO BRAZ produtos de qualidade

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2023

Apresentação

A Administração da ***São Braz S.A. Indústria e Comércio de Alimentos*** **(São Braz)** apresenta o seu relatório da administração, bem como as suas demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em consonância com a legislação societária vigente, com as práticas contábeis consagradas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. A demonstrações financeiras foram auditadas pela ***AudiLink Auditores & Consultores.***

Mensagem da Administração

O ano de 2023 representou, para a São Braz, um período de fortalecimento e consolidação de sua posição econômico e financeira, não obstante os desafios técnicos e financeiros de se investir em um projeto de construção de uma nova planta industrial e centro de distribuição. Um ano após revisitarmos nosso planejamento estratégico, começamos a colher o fruto desse trabalho, com a concretização de projetos fundamentais e com a obtenção de resultados de mercado substanciais, que já se refletem nos números de receita, margem de contribuição, lucratividade e equilíbrio financeiro da companhia.

Nossa receita bruta em 2023 atingiu o montante de R$ 1,5 bilhão, com crescimento de 7,8% em relação a obtida em 2022. Em contrapartida, o lucro líquido cresceu 55,8% em relação ao de 2022, alcançando o valor de R$ 155 milhões, o que traduz uma margem líquida de 12,3%. Para alcançar esses resultados, enfrentamos uma conjuntura econômica ainda em recuperação, com crescimento do PIB de apenas 2,9%, e uma política monetária contracionista, ostentando a taxa básica de juros da economia (SELIC) em 13,75%, durante a maior parte do ano.

A estabilização do preço das commodities agrícolas, em função das safras recordes no período, e em nosso caso, especialmente o café e o milho, contribuíram para um cenário de redução dos preços de alimentos, favorecendo o fortalecimento do poder de compra dos consumidores, além do impulso decorrente dos avanços dos indicadores de emprego e renda. Assim, em congruência com a estratégia da companhia, investimos e concentramos esforços no crescimento de vendas dos produtos com maior margem de contribuição, fortalecendo a lucratividade da empresa.

Avançamos consideravelmente, em 2023, no projeto de construção de nossa moderna planta industrial e centro de distribuição avançado, estrategicamente localizados no município de Conceição do Jacuípe – BA, às margens da rodovia BR 324. Com previsão de início das operações no 2º semestre de 2024, essa planta representará um marco notável para a expansão de nossas operações e crescimento de nossa participação de mercado, sobretudo na região Nordeste.

Ampliamos os investimentos de marketing, em 2023, especialmente com o intuito de fortalecer o recall de nossas marcas e produtos, por intermédio de patrocínios, campanhas e ações nas mídias e redes sociais. Estivemos presentes em grandes eventos esportivos e culturais, especialmente os da tradição cultural nordestina, como o São João. Realizamos campanhas especiais para o "Dia Mundial do Cuscuz" e o "Dia Internacional do Café" com forte participação comercial e de marketing nos pontos de venda.

No que diz respeito aos gastos de capital (CAPEX), realizamos alguns investimentos de qualificação, ampliação e preservação de capacidade produtiva em nossas linhas de produtos em operação, especialmente na planta de Cabedelo-PB. No entanto, concentramos nossos maiores esforços e recursos no projeto de construção da fábrica na Bahia, em estágio de montagem de equipamentos e instalações.

Por fim, os resultados alcançados em 2023 reafirmam a capacidade da companhia de traduzir seu planejamento estratégico em projetos, programas e ações, que a mantêm alinhada às necessidades dos clientes e mercados nos quais atua. E graças ao brioso e criativo trabalho das pessoas que formam nossas equipes e à construção de parcerias sólidas com nossos fornecedores e clientes, que reafirmamos nossa confiança e disposição para superar as adversidades, empreendendo e investindo para expandir as operações da São Braz em todo Nordeste.

Nossa linha do tempo

- ✓ 1951 – José Carlos da Silva Júnior e seu pai iniciam a atividade de torrefação e moagem de café e produção de fubá de milho e constituem a empresa José Carlos & Filho.
- ✓ 1959 – A razão social é alterada para Indústria e Comércio José Carlos Ltda.
- ✓ 1974 – Lançamento de sua marca de farinha de milho, que se tornou, rapidamente, líder de mercado.
- ✓ 1979 – Investiu na pré-gelatinização do amido de milho por extrusão, sendo pioneira no Brasil, viabilizando a fabricação de diversos produtos, com destaque para o salgadinho de milho "*Pippo's*", campeão de vendas na região.
- ✓ 1985 – Modificação da razão social para São Braz S.A. Indústria e Comércio de Alimentos.
- ✓ 1987 – Abertura do capital na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.
- ✓ 1990 – Fechamento do capital por meio de oferta pública.
- ✓ 1992 – Venda da unidade industrial de Campina Grande – PB de processamento de milho para a Refinações de Milho Brasil.
- ✓ 2001 – Início da fabricação de cereais matinais.
- ✓ 2004 – Reinserção da empresa no mercado de farinha de milho com as marcas *Novomilho* e *Nordestino*, tornando-se, novamente, a líder de mercado.
- ✓ 2014 – Inauguração de um moderno Centro de Distribuição, anexo à fábrica em Cabedelo – PB.
- ✓ 2016 – Inauguração do novo moinho de milho, com tecnologia de ponta e maior capacidade produtiva.
- ✓ 2019 – Ampliação do Centro de Distribuição e início do projeto de construção do terminal de armazenagem de milho.
- ✓ 2020 – Início da construção do terminal de armazenagem de milho em grãos em Cabedelo – PB.
- ✓ 2021 – Início da operação do novo terminal de armazenagem de grãos.
- ✓ 2022 – Início da construção da planta industrial e centro de distribuição na Bahia (Conceição do Jacuípe).

Nosso negócio

Somos uma empresa familiar, constituída sob a forma de sociedade anônima fechada, com capital integralmente nacional. A nossa atividade predominante é a industrialização e comercialização de alimentos, especialmente café torrado e moído, com uma ampla linha de blends e cafés especiais, além de filtros para café; e a farinha de milho para cuscuz, uns dos alimentos mais tradicionais da culinária nordestina. Além desses, dispomos de uma ampla gama de produtos como: cereais matinais e barras de cereais; snacks (salgadinhos) de milho e de batata; tortilhas de milho; condimentos (coloríficos e temperos); achocolatado em pó; café solúvel; café com leite e cappuccino; misturas para bolo; aveia (em farelo e em flocos); milho para pipoca; canjiquinha/curau de milho; dentre outros. Na classificação de 2023 da ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café) ocupamos a 6ª posição entre as maiores indústrias de torrefação de café do país. Figuramos entre os líderes de mercado, no Nordeste, na produção e comercialização de farinha de milho flocada e pré-cozida, o tradicional cuscuz.

Também atuamos no mercado de gérmen e farelo de milho para o segmento de ração animal. Todos os nossos cafés possuem sua qualidade atestada pelo selo de pureza da ABIC – Associação Brasileira da Indústria do Café. Nosso salgadinho extrusado de milho, Pippo's, é a segunda marca de salgadinhos mais vendida da região Nordeste.

Nosso planejamento estratégico está alicerçado na busca obstinada pela excelência na qualidade e no sabor de nossos produtos. Investimos constantemente para dispor das tecnologias de produção de alimentos mais eficientes e modernas do mercado. Desejamos ser referência no nosso segmento e expandir a presença da nossa empresa em nossas áreas de atuação, especialmente no Nordeste. Estamos convencidos de que nossa capacidade de gerar valor aos acionistas é impulsionada pelo nosso foco no atendimento das expectativas dos clientes e consumidores, por meio do trabalho em equipe e desenvolvimento dos nossos profissionais, além da excelência e paixão em tudo aquilo que nos propomos a realizar.

Missão / propósito

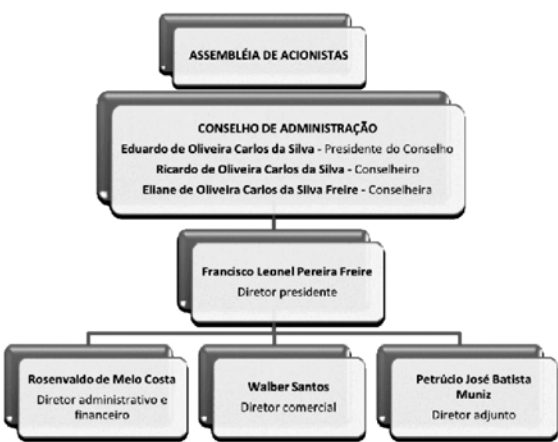
- Sabor e qualidade para a vida das pessoas.

Visão

- Ser referência em empresa de alimentos, expandindo o negócio e as áreas de atuação no Nordeste.

Valores

- Foco no cliente: entender, atender e superar as expectativas, criando relacionamentos e compromissos de longo prazo.
- Valorização das pessoas: estimulamos o trabalho em equipe com respeito ao indivíduo e visando ao desenvolvimento dos profissionais.
- Jeito de fazer: fazer bem feito, superando-se com paixão, transparência, integridade e responsabilidade.

Nosso sistema de governança corporativa é composto pelos seguintes órgãos: Conselho de Administração, responsável pelo estabelecimento e preservação da ideologia estratégica e valores, bem como pelo acompanhamento do direcionamento estratégico da empresa; Diretoria Estatutária, responsável pela concepção e execução da estratégia e gestão funcional de todas as unidades organizacionais; Auditoria Interna, responsável pela avaliação e aprimoramento contínuo dos sistemas de controle interno e mitigação dos riscos; e Auditoria Externa, responsável por atestar a adequação e qualidade das demonstrações contábeis no que concerne à representação de nossa posição econômica, financeira e patrimonial. Atualmente o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária da companhia são integrados pelos seguintes membros:

O controle acionário possui a seguinte composição:

ACIONISTAS	Tipo de Ação		Total	% s/ capital votante
	ON	PN		
Eduardo de Oliveira Carlos da Silva	1.599.998	3.196.585	4.796.583	33,33%
Eliane de Oliveira Carlos da S. Freire	1.599.998	3.196.585	4.796.583	33,33%
Ricardo de Oliveira Carlos da Silva	1.599.997	3.196.585	4.796.582	33,33%
Diversos	7	10.245	10.252	0,01%
TOTAL	4.800.000	9.600.000	14.400.000	100,00%

Nossa infraestrutura operacional é dotada de duas unidades fabris, sendo a principal localizada na cidade de Cabedelo–PB e uma outra em Itatiba–SP, esta apenas com linha de cereais de milho e arroz). Uma sede administrativa e um CD - Centro de Distribuição, estes situados na unidade fabril de Cabedelo-PB. Em dezembro de 2021 iniciamos a operação do nosso Centro de Armazenagem de Grãos (milho), localizado no bairro de Camboinha, em Cabedelo-PB, a apenas 9 km de distância da fábrica. Todas as nossas unidades comerciais e de distribuição logística estão localizadas, estrategicamente, em todos os principais centros urbanos e mercados regionais nos quais atuamos, com vistas a proporcionar níveis de serviço e disponibilidade ajustados às demandas do mercado, buscando sempre eficiência em custos lógísticos e minimização dos investimentos em estoques de produtos acabados.

UNIDADES COMERCIAIS E DE DISTRIBUIÇÃO LOGÍSTICA

- **PB: Cabedelo, Campina Grande e Patos.**
- **PE: Recife, Caruaru e Petrolina.**
- **RN: Natal e Mossoró.**
- **CE: Fortaleza.**
- **PI: Teresina.**
- **AL: Maceió.**
- **BA: Salvador.**
- **SP: Itatiba.**
- **MA: São Luís.**
- **Região Norte (Atacadistas/Distribuidores).**

Fábrica/Sede administrativa (Cabedelo –PB) — *Centro de Distribuição – Cabedelo – PB*

Centro de armazenagem de grãos (Cabedelo – PB) — *Fábrica em Itatiba – SP*

Em 2022 iniciamos a construção de nossa moderna planta industrial e centro de distribuição avançado na Bahia, estrategicamente localizados no município de Conceição do Jacuípe – BA, à margem da BR 234, com previsão de início das operações para o segundo semestre de 2024.

Foto aérea da construção da Planta Industrial/Centro de Distribuição da Bahia

A tônica de nossa estratégia comercial está na busca de crescimento orgânico e sustentável, o que tem assegurado uma forte presença de nossas marcas em toda região Nordeste, tanto nos grandes centros urbanos e comerciais, quanto nas pequenas cidades e regiões interioranas. A despeito de nossa presença dominante nos Estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, já estamos colhendo muitos frutos das ações comerciais voltadas para o crescimento de nossa presença nos demais estados do Nordeste, especialmente Bahia, Alagoas, Sergipe, Ceará, Piauí e São Luís. Igualmente, chegamos forte com nossos produtos à Região Norte, através do canal cash & carry, notadamente em grandes redes do segmento, bem como por meio de distribuidores/atacadistas. O planejamento estratégico da companhia prevê projetos de investimento voltados a aproveitar as grandes oportunidades de crescimento na região Nordeste, ampliando nossa presença, áreas de atuação e *market share*.

Fabricamos e distribuímos mais de 200 itens alimentícios (SKUs), todos consolidados como produtos líderes ou de destaque entre os grandes *players* do mercado nordestino. Todo esse trabalho e dedicação resultou numa marca que é sinônimo de qualidade, tradição e confiança, presente nos lares dos consumidores nordestinos e também de outras regiões. Entretanto, para alcançar esse objetivo, tem sido imprescindível o planejamento e a reinvenção constante da forma como atuamos junto aos canais de distribuição que integram nosso ecossistema, formado por atacadistas, distribuidores, grandes redes varejistas e de cash and carry e, especialmente, pelo médio e pequeno varejo, cujo fortalecimento é estratégico para nós. Essa capilaridade nos proporciona um excelente nível de pulverização de vendas e forte presença em vários mercados, proporcionando disponibilidade aos consumidores de nossa marcas.

O alto grau de confiabilidade na qualidade dos nossos produtos nos permite a consolidação de parcerias com grandes redes de supermercados, tanto nacionais quanto regionais, para a fabricação de algumas de suas marcas próprias na linha de cereais matinais.

Atuamos ainda no mercado de produtos a granel, com destaque para os flocos de arroz e trigo, utilizados como matérias-primas em indústrias alimentícias, tais como chocolates, confeitos, iogurte, barras de cereais, dentre outras; e os cereais matinais a base de milho, estes utilizados especialmente nos serviços de refeições coletivas, com vendas para empresas e órgãos públicos.

Destaca-se ainda como coproduto, resultante de nossas linhas industriais de produtos a base de milho (farinha de milho, salgadinhos de milho e cereal matinal), o gérmen e o farelo de milho, comercializados principalmente para o agronegócio como ração animal.

Possuimos uma rede de franquias que conta hoje com 38 cafeterias, sendo duas lojas próprias, com a marca *Coffee Shop São Braz*, localizadas em seis estados do Nordeste: Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Piauí. Todas estrategicamente localizadas nos principais *shopping centers*, aeroportos e avenidas das capitais e alguns centros urbanos do interior desses estados, contribuindo para o fortalecimento do *recall* e da imagem de alto padrão e valor agregado de nossos cafés, além de incentivar o consumo de blends mais sofisticados e de maior valor agregado.

Cafeterias Coffee Shop São Braz

A estrutura comercial da empresa é composta por uma equipe própria e especialmente treinada para compreender e responder às necessidades dos nossos clientes e mercados, conceber e executar ações em sinergia com as caracteristicas de cada região e canal. Está distribuida por regiões geográficas estratégicas, com unidades comerciais, visando à consolidação e ao crescimento de nossa participação de mercado, fortalecendo especialmente a presença no canal varejista. Além disso, temos equipes especializadas no atendimento dos canais atacadista, *cash and carry* e *food service*. Possuímos uma área de *marketing* estruturada para conduzir a gestão estratégica de produtos e marcas, promoção, publicidade e propaganda, relações públicas, redes sociais e inteligência e pesquisa de mercado.

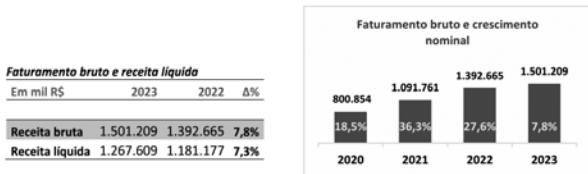
Nossos insumos básicos são o café cru em grãos, adquirido principalmente dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais; o milho em grãos, adquirido basicamente no Mato Grosso, Bahia, Maranhão e Piauí; além das embalagens (filmes e papel), adquiridas principalmente nos estados da Paraíba, Pernambuco e São Paulo. Praticamos uma estratégia de desenvolvimento da cadeia de suprimentos orientada para a pulverização e desconcentração de fornecedores, com parcerias de longo prazo. Exigimos dos nosos parceiros alto nível de padronização e de especificações técnicas de qualidade dos materiais adquiridos, monitorados pelo nossos laboratórios de qualidade, a fim de garantir a integridade dos nosso produtos e a satisfação dos nosso clientes.

Performance

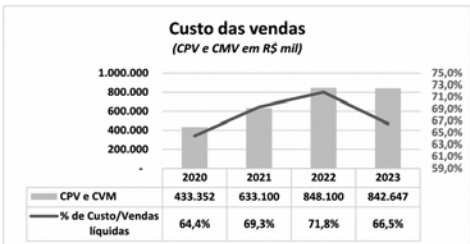
O crescimento nominal da receita bruta da companhia foi de 7,8% em 2023, o que representou um faturamento de R$ 1.501 milhões ante os R$ 1.392 milhões alcançados em 2022. Assim, observa-se dinâmica diferente de 2022, cujo o crescimento nominal de 27,6%, foi impulsionado, dentre outros fatores, por forte componente de aumentos de preço resultante da inflação, notadamente de alimentos e commodities agrícolas. Contrariamente, em 2023, a redução da inflação, que fechou o ano dentro do intervalo da banda de metas (IPCA de 4,62%), foi liderada pela queda dos preços dos alimentos. Dessa forma, a despeito das reduções de preços, obtivemos crescimento importante da receita, porque resulta principalmente do efeito mix, decorrente do aumento das vendas dos produtos do portifólio da empresa com maior margem de contribuição, além de crescimento de volumes vendidos.

Esse resultado mantêm o histórico de crescimento real da receita da companhia, e embora apresente desaceleração em 2023, relativamente aos últimos anos, produziu maior aptidão para qualificar a lucratividade, além de refletir a nossa estratégia de crescimento orgânico, especialmente na região Nordeste.

Faturamento bruto e receita líquida

Em mil R$	2023	2022	Δ%
Receita bruta	1.501.209	1.392.665	7,8%
Receita líquida	1.267.609	1.181.177	7,3%

Já a receita líquida da empresa foi de R$ 1.268 milhões em 2023, o que representa um aumento nominal de 7,3% em relação à de 2022, um pouco menor que o da receita bruta, em função do efeito do incremento da carga tributária, especialmente como consequência do aumento das alíquotas do ICMS.

Não obstante o crescimento do faturamento atingir 7,8%, o custo das vendas de 2023 apresentou redução de 0,6%, de R$ 848 milhões, em 2022, para R$ 843 milhões. Dessa maneira, o custo dos produtos e mercadorias vendidos correspondeu a 66,5% da receita líquida de 2023, ou seja, 5,3% inferior ao observado em 2022, que foi de 71,8% da receita líquida. Esse significante resultado é atribuido ao efeito advindo da melhor performance na distribuição de vendas por todo portifólio, e consequentemente melhoria da margem bruta. Além disso, a deflação dos alimentos, resultante da safra recorde e da queda dos preços internacionais, com a normalização das cadeias globais contribuiram para a estabilização dos custos das principais matérias primas, como milho e café.

	2020	2021	2022	2023
CPV e CVM	433.352	633.100	848.100	842.647
% de Custo/Vendas líquidas	64,4%	69,3%	71,8%	66,5%

Como resultado do aumento da margem de contribuição total média, resultante do efeito mix, a margem bruta da empresa de 2023 saiu de 28,2% em 2022 para 33,5% em 2023, melhoria da lucratividade que se refletiu num lucro bruto de R$ 425 milhões, ante o lucro bruto de R$ 333 milhões obtido em 2022, incremento nominal de 27,6%.

Lucro bruto e margem bruta

Em mil R$	2023	2022
Lucro bruto	424.962	333.077
Margem bruta	33,5%	28,2%

As despesas comerciais e de marketing aumentaram 14,6% em relação a 2022, atingindo um montante de R$ 242 milhões, o que corresponde a 19,1% da receita líquida de 2023, ante os 17,9% da receita líquida em 2022. Esse incremento se deve a investimentos adicionais em campanhas de marketing, programas de vendas e projetos de melhoria da operação lógistica. Esses investimentos foram direcionados especialmente ao fortalecimento e impulsionamento da vendas e à ampliação da distribuição e participação de mercado na região Nordeste.

Despesas e receitas operacionais

	2023		2022	
	R$ mil	% Rec. Líq.	R$ mil	% Rec. Líq.
Despesas com vendas	242.408	19,1%	211.451	17,9%
Despesas gerais e adm.	18.081	1,4%	16.133	1,4%
Despesa financeira	5.799	0,5%	9.034	0,8%
Receita financeira	10.531	0,8%	6.061	0,5%
Despesa/receita financeira líquida	4.733	0,4%	2.973	0,3%

As despesas gerais e adminstrativas se mantiveram estáveis, relativamente à receita líquida, correspondendo, em uma análise vertical, a 1,4% desta. Foram gastos, em 2023, R$ 18 milhões nessa rubrica, crescimento nominal de 12% em relação ao montante de R$ 16 milhões observado em 2022.

Por outro lado, a despesa financeira da companhia ostentou uma redução de 35,8%, ou seja, de R$ 9 milhões, que representou 0,8% da receita líquida de 2022, para R$ 5,7 milhões, perfazendo 0,5% da receita líquida em 2023. Embora a manutenção de uma política monetária contracionista e restritiva pelo Banco Central, com preservação da taxa SELIC alta, em 13,75%, na maior parte do ano de 2023, com ciclos de redução apenas no final do ano, tenha impactado negativamente o custo das operações de crédito indexadas pela taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), conseguimos obter redução do custo financeiro total, devido à redução do envididamento da empresa e, consequentemente, do serviço da dívida.

Em direção contrária, a receita financeira da empresa cresceu 73,5%, saindo de R$ 6 milhões, em 2022, para R$ 10,5 milhões em 2023, ou seja, de 0,3% para 0,4% da receita líquida. Esse incremento se deve ao aumento do saldo de caixa e equivalentes, com aplicações financeiras com remuneração indexada pela taxa CDI, mantida em níveis altos durante o ano, em função da política montetária levada a efeito pelo Banco Central. Esses movimentos contrários da despesa e receita financeira, resultaram numa receita líquida financeira de R$ 4,7 milhões, que cooperou diretamente para o incremento do lucro líquido de 2023 da companhia, frente a uma despesa liquida financeira de R$ 2,9 milhões observada em 2022.

O lucro líquido da companhia foi de R$ 155,4 milhões, o que traduz uma margem líquida de 12,3%. Esse resultado representa um crescimento expressivo de 55,8% em relação ao lucro líquido de R$ 97,8 milhões de 2022, e margem liquida de 8,3%. Essa performance reflete, sobretudo, o aumento da margem bruta da companhia, além do excelente resultado financeiro alcançado.

Lucro líquido e EBITDA

Em mil R$	2023	2022	2021
Lucro Líquido	155.400	97.826	74.344
Margem Líquida (%)	12,3%	8,3%	8,1%
EBITDA	184.485	123.580	97.842
Margem EBITDA (%)	14,6%	10,5%	10,7%

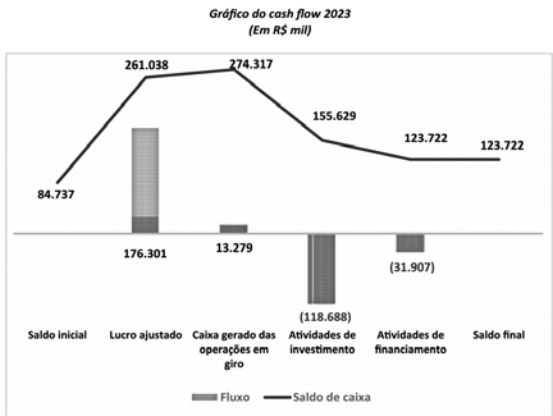
Reverberando o desempenho do lucro operacional da companhia, o EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) alcançou um crescimento de 49%, na ordem de R$ 184,5 milhões, ante o montante de R$ 123,5 milhões de 2022. Assim, a margem EBITDA foi de 10,5% em 2022 parar 14,6% em 2023, reflexo da melhoria da lucratividade operacional da empresa.

Sob a ótica financeira, o endividamento da empresa apresentou uma redução de R$ 30,8 milhões, fechando 2023 com um montante final de R$ 74,1 milhões, diminuição de 29% em relação ao endividamento de R$ 105 milhões, fechado em 2022. Essa redução, como dito, foi o principal vetor da redução da despesa financeira da empresa. Esse endividamento, por sua vez, é constituído por R$ 20,3 milhões, em operações de curto prazo, e R$ 53,8 milhões de longo prazo. Essa diminuição da alavancagem financeira e aumento do saldo de caixa e equivalentes resultaram em um caixa líquido (menos dívida) de R$ 49,5 milhões, que, por sua vez, representa 27% do EBITDA da companhia. Essa posição, consolida o histórico de equilíbrio financeiro e baixa alavancagem da empresa.

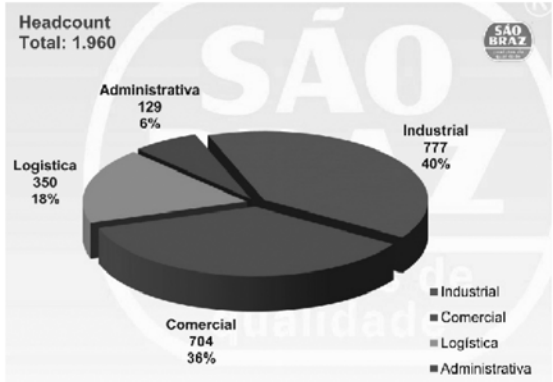
Endividamento e alavancagem financeira (em R$ mil)

	2023	2022	2021
Endividamento CP	20.270	31.531	33.788
Endividamento LP	53.893	73.474	43.043
Endividamento financeiro total	74.163	105.005	76.831
Caixa e equivalentes	123.722	84.737	31.452
Dívida Líquida (caixa líquido)	(49.559)	20.268	45.379
EBITDA	184.485	123.580	97.842
Net debt / EBITIDA (%)	(27%)	16%	50%

A empresa iniciou o ano de 2023 com um saldo de caixa e equivalentes de R$ 84,7 milhões e obteve uma geração de caixa, medida pelo lucro líquido antes das despesas não caixa foi de R$ 176,3 milhões. As operações de giro foram responsáveis pela geração de R$ 13,2 milhões, originados especialmente do financiamento espontâneo de fornecedores e redução relativa da posição de estoques. As atividades de investimento foram responsáveis pelo consumo de R$ 118,6 do saldo de caixa e equivalentes, especialmente em função do CAPEX (despesa de capital) com a construção e montagem da nova fábrica em Conceição do Jacuípe – BA. Já as atividades de financiamento absorveram R$ 31,9 milhões com a amortização do endividamento bancário. Dessa forma, o caixa líquido gerado em 2023 foi de R$ 38,9 milhões, levando o saldo da posição de caixa e equivalentes para R$ 123,7 milhões, o que permitiu a realização dos investimentos, necessários ao crescimento da companhia, sem a necessidade de contratação de novos financiamentos e operações de crédito.

Gráfico do cash flow 2023
(Em R$ mil)

Assim, nossa performance em 2023, com resultados expressivos, tanto econômicos quanto financeiros, a despeito dos obstáculos enfrentados no cenário competitivo e no campo econômico, pavimentam o caminho para os próximos anos rumo à concretização de nossa visão de crescimento orgânico, sustentável e com geração de valor.

Nosso time

A nossa empresa possui um time de colaboradores formado por 1.960 profissionais distribuidos em todas as nossas unidades, sendo o maior número alocado à unidade localizada em Cabedelo-PB, que concentra o nosso principal parque fabril e o centro armazenagem e distribuição de produtos acabados, além de nosso parque de silos, no bairro de Camboinha. As equipes estão divididas em centros de responsabilidade que compõem as áreas comercial, de marketing, industrial, de armazenagem, de logística e administrativa.

Em consonância com o planejamento estratégico da companhia, realizamos em 2023 a pesquisa de engajamento, com excelente nível de adesão, que servirá como um dos parâmetros com informações para o planejamento estratégico de recursos humanos e a definição dos projetos e programas prioritários para a gestão de pessoas.

Demos continuidade aos programa de desenvolvimento para ampliar a capacitação das lideranças, com treinamentos abordando as temáticas gestão de desempenho, comunicação e feedback, gestão de conflitos e do tempo, delegação, legislação trabalhista, saúde emocional etc. Também foram reformulados os programas de treinamento para os demais colaboradores, especialmente aqueles voltados a atividade e para saúde e segurança do trabalho.

Responsabilidade socioambiental

- Os processos de produção da São Braz não geram poluentes, de maneira que não há problemas ambientais na comunidade na qual estamos instalados causados em função de nossa localização na comunidade. Um dos critérios de decisão críticos nas aquisições de novos equipamentos e instalações de novas linhas, é a eficiência ambiental, energética e hídrica. Nossa fábrica possui moderna estação de tratamento de efluentes.
- Desde agosto de 2002 a São Braz participa do projeto "Empresa Solidária", do Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP), entidade sem fins lucrativos que atua nas áreas de assistência médico-social, ensino, pesquisa e extensão comunitária, responsável pelo atendimento de mais de 600 mil pessoas por ano entre mulheres, crianças e adolescentes carentes de todo o Nordeste.
- A companhia tem figurado, ao longo dos últimos anos, no grupo das maiores contribuintes de ICMS do Estado da Paraíba.
- Possuímos programas voltados para o uso eficiente de energia elétrica e recursos hídricos com excelentes resultados de redução do consumo por tonelada produzida.
- Inclusão de informações em braile nos produtos com embalagem tipo cartucho.
- Apoiamos programas de sinalização de rampas e acessibilidade para cadeirantes em João Pessoa, Campina Grande e Patos – PB.
- Apoiamos programas para a disponibilização de sacos para recolhimento de lixo nas praias de João Pessoa – PB.
- Adotamos a solução de logística reversa de embalagens pós-consumo, com a compensação ambiental por meio de Certificados de Reciclagem, com o selo "**eureciclo**", que remunera os agentes ambientais da cadeia de reciclagem.
- Tratamento adequado e profissional de resíduos, com coleta seletiva, voltada inclusive para o seu aproveitamento econômico.

SÃO BRAZ S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
CNPJ: 08.811.226/0001-84
Sociedade Anônima de capital fehado

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2023

- Apoiamos o desporto através da Federação Paraibana de Basketball.
- Apoiamos diversas entidades, com doações de produtos, tais como: Casa da Criação Dr. João Moura, Rede Feminina de Combate ao Câncer da PB, Instituto Walfredo Guedes Pereira, Fundação Assistencial da Paraíba – FAP, Instituto Materno Infantil - IMIP – PE, dentre outras.

Declaração da diretoria e relacionamento com auditoria externa

A diretoria declara que discutiu e reviu as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, com as quais concorda integralmente, assim como aprova as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2023 e 31/12/2022.

Declaramos que a *AudiLink Auditores & Consultores* não prestou e não presta outros serviços não relacionados à auditoria independente das demonstrações financeiras da São Braz S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, tendo sido contratada exclusivamente para esse mister, em consonância com os princípios norteadores de preservação da independência da auditoria externa.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

Ilmos. Srs.

Diretores, Conselheiros e Acionistas da

SÃO BRAZ S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

Cabedelo - PB

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SÃO BRAZ S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SÃO BRAZ S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS em 31 de dezembro de 2023, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3k e 16, a Companhia é parte integrante em processos judiciais em andamento das áreas trabalhista, tributária e cível, sendo reconhecida uma Provisão para Contingência com base nos Processos em tramitação com prognóstico de avaliação de risco de Perda Provável. Na opinião dos assessores jurídicos e administradores da Companhia, o montante da Provisão para Contingência constituída foi considerado suficiente para cobrir as perdas financeiras decorrentes das demandas judiciais existentes. Dependendo das decisões finais nos processos em tramitação e após julgados, poderá ocorrer a necessidade de ajustes para atualização do saldo da Provisão para Contingências, com reflexo sobre os saldos do Passivo Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por nós com emissão de relatório datado de 27 de janeiro de 2023, contento o mesmo assunto de Ênfase mencionado neste relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

· Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

· Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

· Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

· Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

· Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 19 de janeiro de 2024.

AudiLink Auditores & Consultores

AudiLink & Cia. Auditores
CRC/RS 003688/T-0 S-PB
Roberto Caldas Bianchessi
Contador CRC/RS 040078/O-7 S-PB

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R$ mil)

ATIVO	NOTAS	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	04	123.722	84.737
Contas a receber de clientes	05	148.894	141.523
Estoques	06	124.868	124.299
Impostos e contribuições sociais a recuperar	07	18.344	18.330
Adiantamentos diversos		325	428
Outros créditos a receber		1.501	801
		417.654	**370.118**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo	08	501	556
Investimentos		4.626	4.622
Imobilizado	09	413.605	311.508
Intangível		1.822	1.630
		420.554	**318.316**
TOTAL DO ATIVO		**838.208**	**688.434**

PASSIVO	NOTAS	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	62.330	40.931
Empréstimos e financiamentos	11	20.270	31.531
Parcelamentos tributários	12	2.206	2.211
Salários e obrigações sociais	13	6.737	6.042
Impostos e contribuições sociais a pagar	14	11.183	10.943
Dividendos propostos	15	17.582	8.888
Outras contas a pagar		4.557	3.634
		124.864	**104.180**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	53.893	73.474
Parcelamentos tributários	12	6.370	7.846
Provisão para contingências	16	9.254	4.750
Transações com partes relacionadas		3.571	2.744
		73.088	**88.814**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
Capital social		433.191	369.208
Reserva legal		24.570	16.800
Reserva de incentivos fiscais		86.608	64.552
Retenção de lucros		95.886	44.880
	17	**640.255**	**495.440**
TOTAL DO PASSIVO		**838.208**	**688.434**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R$ mil)

	NOTAS	2023	2022
Receita líquida de vendas	18	1.267.609	1.181.177
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	19	(842.647)	(848.100)
Resultado operacional bruto		**424.962**	**333.077**
Receitas e despesas operacionais			
Despesas com vendas	20	(242.408)	(211.451)
Despesas gerais e administrativas	20	(18.081)	(16.133)
Outras receitas e despesas operacionais	21	3.616	2.674
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**168.089**	**108.167**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	10.531	6.061
Despesas financeiras	22	(5.799)	(9.034)
Receitas e despesas financeiras líquidas	22	**4.732**	**(2.973)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**172.821**	**105.194**
Imposto de Renda	23	(26.156)	(12.143)
Incentivo fiscal SUDENE	23	18.808	9.473
Contribuição social sobre o lucro	23	(10.073)	(4.698)
Lucro líquido do exercício		**155.400**	**97.826**
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social		**10,79**	**6,79**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R$ mil)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**155.400**	**97.826**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	**155.400**	**97.826**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R$ mil)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de incentivos fiscais			Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	TOTAL
			ICMS	IRPJ	Reinvestimento			
Saldos em 01/01/2022	322.064	11.909	39.042	7.750	818	24.773	-	406.356
Aumento de capital com reservas	47.144		(39.042)	(7.750)	(352)			-
Lucro líquido do exercício							97.826	97.826
Constituição de reservas		4.891	54.044	9.473	569	21.637	(90.614)	-
Distribuição de lucros exercícios anteriores (AGE 29/05/23)						(1.530)		(1.530)
Dividendos propostos exercício 2022							(7.212)	(7.212)
Saldos em 31/12/2022	369.208	16.800	54.044	9.473	1.035	44.880	-	495.440
Aumento de capital com reservas	63.983		(54.044)	(9.473)	(466)			-
Lucro líquido do exercício							155.400	155.400
Constituição de reservas		7.770	66.101	18.808	1.129	46.194	(140.003)	-
Reversão dividendos propostos exercício 2022						4.812		4.812
Dividendos propostos exercício 2023							(15.398)	(15.398)
Saldo em 31/12/2023	433.191	24.570	66.101	18.808	1.699	95.886	-	640.255

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Método indireto)

(Em R$ mil)

Fluxo das atividades operacionais	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**155.400**	**97.826**
Ajustes:		
Depreciação e amortização	16.396	15.413
Provisão para contingências	4.504	652
Lucro líquido ajustado	**176.301**	**113.891**
Contas a receber de clientes	(7.370)	(27.862)
Estoques	(569)	(13.829)
Demais direitos realizáveis circulantes e não circulantes	(645)	(799)
Impostos e contribuições a recuperar	(14)	(7.286)
Adiantamentos diversos	104	2.075
Contas a pagar de fornecedores	21.399	332
Obrigações sociais c/ salários, encargos e tributos circulantes e não circulantes	(546)	1.639
Outros passivos circulantes	921	224
Caixa proveniente das atividades operacionais	**189.579**	**68.385**
Fluxo das atividades de investimento		
Aquisições do imobilizado	(118.459)	(39.492)
Aquisições do intangível	(229)	(222)
Caixa proveniente das atividades de investimento	**(118.688)**	**(39.714)**
Fluxo das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	59.565
Amortização de empréstimos e financiamentos	(30.842)	(31.391)
Pagamentos de dividendos	(1.891)	(4.166)
Empréstimos com pessoas ligadas	826	606
Caixa proveniente das atividades de financiamento	**(31.907)**	**24.614**
Variação do caixa e equivalente de caixa	**38.984**	**53.285**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	84.737	31.452
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	123.722	84.737
Variação das disponibilidades	**38.984**	**53.285**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

NOTA N° 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

OBJETO SOCIAL

A São Braz S.A. Indústria e Comércio de Alimentos é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede administrativa na cidade de Cabedelo - PB, e possui atualmente unidades industriais nas cidades de Cabedelo – PB e Itatiba – SP. Encontra-se em andamento a construção/instalação de uma nova planta industrial e centro de distribuição localizados no município de Conceição de Jacuípe na Bahia, com previsão de início das operações no 1º semestre de 2024. A Companhia tem como objeto social a fabricação e o comércio de produtos alimentícios em geral, torrefação e moagem de café, fabricação de farinhas de milho, rações animais, compra e venda de cereais e a distribuição, representação, importação e exportação de matérias-primas e produtos acabados, podendo ainda participar do capital de outras empresas.

NOTA N° 2 – BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando a atual legislação societária e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, tendo atendido aos conceitos das Leis das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/14, bem como as demais Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC). Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda corrente do país.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 19 de janeiro de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico incorrido nas transações, ajustadas ao valor justo de mercado ou contratual, sempre quando aplicável em conformidade com as normas contábeis vigentes para mensuração dos ativos e passivos.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em "R$" (Reais) que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras em "R$" foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Determinação do valor justo

A Companhia deve divulgar as diversas políticas contábeis adotadas na determinação do valor justo de ativos e passivos financeiros, ou não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, procedimentos específicos para mensuração, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos devem ser divulgadas em notas específicas, para àquele ativo ou passivo específico.

NOTA N° 3 - DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado do Exercício

O resultado é apurado pelo registro das receitas e das despesas de acordo com o princípio contábil do regime de competência do exercício.

b) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões de impostos e tributos sobre o lucro, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando relevante, depreciações de bens, provisão para contingências, provisão de ativos e passivos e outras operações quando aplicáveis. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração anualmente revisa estas estimativas e premissas.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes, outros recebíveis, assim como valores a pagar de fornecedores, além de empréstimos e financiamentos, parcelamentos tributários e outras obrigações de curto e longo prazo. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados ao valor justo, acrescido de eventuais rendimentos ou encargos financeiros contratuais, e deduzidos de eventuais expectativas de perdas quanto ao seu valor recuperável, quando aplicável.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem recursos em caixa e depósitos bancários a vista em contas de livre movimentação, bem como às aplicações financeiras de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado ao valor provável de realização.

e) Contas a Receber de Clientes

Estão apresentadas pelos valores históricos a receber de clientes referentes às vendas no mercado interno. Os valores apurados de Ajustes a Valor Presente, quando aplicável, são calculados e se considerados relevantes devem ser reconhecidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa não foi constituída por não existir créditos vencidos de valor relevante na data do balanço. A administração da empresa anualmente realiza um levantamento das perdas de créditos de contas a receber de clientes, relativos os títulos de créditos vencidos de longa data e sem perspectiva de realização, efetivando o reconhecimento direto das perdas em conta de resultado.

f) Estoques

Os estoques estão avaliados aos custos médios de aquisição ou de produção e não excedem aos preços de reposição ou aos valores líquidos de realização no mercado.
Os custos dos produtos acabados compreendem as matérias-primas, a mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação.

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou de construção, registrados pelo valor original e deduzidas da depreciação acumulada. As taxas de depreciações são aplicadas por espécie de grupo de bens, na sua maioria de acordo com a expectativa de vida útil remanescente e calculadas sobre as bases depreciáveis liquidas do valor residual estimado, quando aplicável. A Companhia revisou suas taxas de depreciação praticadas com na expectativa de vida útil dos bens, bem como procedeu a avaliação de que não existem indicativos de que seus ativos imobilizados possam ter sofrido desvalorização que resulte em perda do valor recuperável, nos termos da CPC 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

h) Fornecedores

As operações de contas a pagar de fornecedores são provenientes de transações de compras a prazo contratadas junto a fornecedores de matérias primas, insumos diversos materiais de consumo e serviços contratados. Os valores estão demonstrados ao valor justo que corresponde ao custo da transação na data de sua realização, acrescido de outros custos quando estabelecido contratualmente. Os cálculos de Ajuste a Valor Presente, quando aplicáveis, esses ajustes são reconhecidos quando os valores apurados são relevantes.

i) Empréstimo e Financiamento

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor contratado, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, atualizados ao indexador quando aplicável e acrescidos dos encargos financeiros de juros proporcionais ao período decorrido, e classificados no passivo circulante e não circulante de acordo com os prazos de liquidação. As variações desses saldos passivos decorrentes dos encargos financeiros contratuais são reconhecidas em contas de resultado das despesas financeiras pelo regime de competência.

SÃO BRAZ S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS
CNPJ: 08.811.226/0001-84
Sociedade Anônima de capital fehado

SÃO BRAZ produtos de qualidade

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras 2023

j) Parcelamentos Tributários

Os saldos dos parcelamentos tributários junto à Receita Federal do Brasil se referem a tributos Federais e estão atualizados pelos índices oficiais aplicáveis, deduzidos das amortizações pagas até a data do balanço, e classificados no passivo circulante e não circulante com base nos prazos de vencimento das amortizações.

k) Provisão Para Contingências

A provisão para contingências é constituída com base na opinião dos consultores jurídicos em sua avaliação do risco de perda provável para os processos conhecidos em tramitação nas esferas jurídica e administrativa. As contingências somente são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente, legal, mesmo aquelas não formalizadas, decorrentes de resultados de eventos passados e sejam prováveis os riscos de perdas, os quais são avaliados numa base de estimativa razoável de valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

l) Subvenção Governamental

As Subvenções Governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A Companhia possui incentivos fiscais Estaduais do ICMS e incentivo fiscal Federal do imposto de renda. Os incentivos fiscais se referem a itens de redução dos tributos sobre as vendas no caso do ICMS dos Estados e do valor dos Tributos sobre o lucro no caso da provisão para o imposto de renda corrente. As subvenções são reconhecidas como redutora dos custos dos impostos e tributos incidentes sobre as vendas ao longo do período do direito ao benefício, de forma sistemática, em relação às contas do custo correspondente, cujo benefício se objetiva compensar.

m) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, do ajuste a valor justo e/ou dos correspondentes encargos de juros e variações monetárias incorridas.

NOTA Nº 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2023	2022
	R$ mil	
Caixa	15	16
Banco conta Movimento	4.309	2.550
Aplicações Financeiras	119.398	82.171
	123.722	**84.737**

NOTA Nº 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Descrição	2023	2022
	R$ mil	
Vencidos a + de 180 dias	993	1.459
Vencidos de 151 a 180 dias	86	145
Vencidos de 121 a 150 dias	143	133
Vencidos de 91 a 120 dias	241	220
Vencidos de 61 a 90 dias	202	257
Vencidos de 31 a 60 dias	351	386
Vencidos até 30 dias	1.531	2.950
A vencer	145.347	135.972
	148.894	**141.523**

NOTA Nº 6 - ESTOQUE

Descrição	2023	2022
	R$ mil	
Produtos acabados	20.414	24.391
Produtos em elaboração	206	179
Matérias-primas	80.963	75.999
Materiais de embalagens	12.332	16.322
Materiais de consumo	10.189	6.538
Mercadoria de revenda	368	287
Importação em Andamento	221	277
Adiant. fornec. imobilizado	175	306
	124.868	**124.299**

NOTA Nº 7 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Os créditos a recuperar de contribuições sociais do Pis e COFINS, decorrem das compras de matérias-primas e insumos em geral, bem como, das aquisições de máquinas e equipamentos do ativo imobilizado. De acordo com as expectativas da empresa, esses créditos serão recuperados no decorrer do exercício de 2024.

Descrição	2023	2022
	R$ mil	
ICMS	938	1.646
PIS	3.097	2.894
COFINS	13.992	13.167
IPI	17	36
IRPJ	254	427
CSLL	39	153
IRRF s/ Aplicação Financeira	7	7
	18.344	**18.330**

NOTA Nº 8 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Os direitos representados por depósitos judiciais estão demonstrados pelo valor de custo e estão vinculados aos processos ativos em curso de tramitação. Os créditos de contrato de mútuo com terceiros estão pelo valor de custo, não havendo a incidência de encargos financeiros e sem data estabelecida para seu vencimento.

Descrição	2023	2022
	R$ mil	
Depósitos Judiciais	501	556
	501	**556**

NOTA Nº 9 - IMOBILIZADO

ATIVO IMOBILIZADO

	2023				2022
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido
Imóveis	1% a 4%	195.608	(27.780)	167.828	173.854
Equipamentos e Instalações Industriais	5% a 20%	187.206	(87.473)	99.733	106.732
Equipamentos e Instalações de Escritório	5% a 20%	8.284	(5.044)	3.240	3.405
Veículos	10% a 25%	3.065	(2.496)	569	71
Adiantamento para Imobilização		142.235	-	142.235	27.446
		536.398	**(122.793)**	**413.605**	**311.508**

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

	2022	2023					
Descrição do imobilizado	Saldo líquido	Alienação	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo líquido
Imóveis	173.854	-	-	-	(336)	(5.690)	167.828
Equipamentos e Instalações Industriais	106.732	-	3.355	-	-	(10.354)	99.733
Equipamentos e Instalações de Escritório	3.405	-	406	-	(46)	(524)	3.241
Veículos	71	-	666	-	(378)	210	569
Adiantamento para Imobilização	27.446	-	155.624	-	(40.836)	-	142.234
	311.508	-	**160.051**	-	**(41.596)**	**(16.358)**	**413.605**

ATIVO IMOBILIZADO

	2022				2021
Descrição do imobilizado	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido
Imóveis	1% a 4%	195.944	(22.090)	173.854	133.384
Equipamentos e Instalações industriais	5% a 20%	183.851	(77.119)	106.732	109.204
Equipamentos e Instalações de Escritório	5% a 20%	7.924	(4.519)	3.405	3.295
Veículos	10% a 25%	2.778	(2.707)	71	166
Adiantamento para Imobilização		27.446	-	27.446	45.348
		417.943	**(106.435)**	**311.508**	**291.397**

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

	2021	2022					
Descrição do imobilizado	Saldo líquido	Alienação	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo líquido
Imóveis	133.384	-	-	45.105	-	(4.635)	173.854
Equipamentos e Instalações Industriais	109.204	-	4.972	2.721	(25)	(10.140)	106.732
Equipamentos e Instalações de Escritório	3.295	-	434	198	(14)	(508)	3.405
Veículos	166	-	-	-	-	(95)	71
Adiantamento para Imobilização	45.348	-	33.446	(48.024)	(3.324)	-	27.446
	291.397	-	**38.852**	-	**(3.363)**	**(15.378)**	**311.508**

A depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada com base nas taxas que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens. A Companhia faz revisão anual das taxas de depreciação utilizadas, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

NOTA Nº 10 – FORNECEDORES

Descrição do Circulante	2023	2022
	R$ mil	
Matéria Prima	29.613	34.548
Materiais/Insumos	1.527	3.194
Serviços	31.195	3.189
	62.330	**40.931**

NOTA Nº 11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição do Circulante	2023	2022
	R$ mil	
Banco do Brasil S.A.	203	3.515
Banco Santander (Brasil) S.A.	5.883	15.883
Caixa Econômica Federal	55.614	59.042
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	6.052	7.875
Banco Itaú S.A	6.411	17.651
Banco Safra S.A	-	1.039
	74.163	**105.005**
Parcelas vencíveis:		
- Circulante	20.270	31.531
- Não circulante	53.893	73.474
	74.163	**105.005**

Os empréstimos tomados foram destinados para Investimentos na aquisição de bens do imobilizado e para capital de giro, sendo as taxas de juros variáveis de 3,00% a 6% ao ano e com prazo final de liquidação para 30/06/2030.

NOTA Nº 12 - PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

Descrição	2023	2022
	R$ mil	
Refis II	-	435
Refis III	83	365
Refis IV	622	689
Refis V	6.810	7.276
Refis VI	731	892
Refis VII	330	400
	8.576	**10.057**
Parcelas vencíveis:		
- Circulante	2.206	2.211
- Não circulante	6.370	7.846
	8.576	**10.057**

Os saldos dos parcelamentos estão atualizados pela Taxa Selic até o mês de dezembro de 2022, correspondentes à quantidade de parcelas restantes a pagar, conforme os extratos de parcelamentos obtidos junto a RFB/PGFN. A empresa aderiu aos programas de parcelamentos dos REFIS de reabertura da Lei 11.941/09, Lei 12.865/13 e 12.996/14.

NOTA Nº 13 - SALÁRIOS E OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Descrição	2023	2022
	R$ mil	
Salários a pagar	21	(5)
Provisão férias e 13º salário	6.716	6.047
	6.737	**6.042**

NOTA Nº 14 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Descrição	2023	2022
	R$ mil	
INSS	2.571	2.212
FGTS	654	587
ICMS	5.987	7.000
Contribuição sindical	7	9
Impostos e contrib. sociais	1.964	1.135
	11.183	**10.943**

NOTA Nº 15 - DIVIDENDOS A PAGAR

Os Dividendos Propostos estão demonstrados como segue:

Descrição	2023	2022
	R$ mil	
Lucro líquido do exercício	155.400	97.826
(-) Reserva legal	(7.770)	(4.891)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(86.039)	(64.086)
Lucro líquido ajustado	61.592	28.849
Lucro à disposição da Assembleia		7.212
Dividendos mínimos obrigatórios	15.398	-
Saldo de dividendos a pagar exercício anterior	2.184	1.676
TOTAL DIVIDENDOS A PAGAR	17.582	8.888

Os Dividendos Mínimos Obrigatórios estão provisionados no Passivo Circulante aguardando aprovação submetida à Assembleia Geral dos Acionistas.

NOTA Nº 16 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia constituiu provisão para perdas de processos de natureza trabalhistas que foram avaliados com risco de perda provável na opinião de seus consultores jurídicos, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2023	2022
	R$ mil	
Contingências Trabalhistas	4.860	4.750
contingências Tributárias	4.394	-
	9.254	**4.750**

No exercício de 2023 a Administração da Companhia baseada na opinião de seus consultores jurídicos classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, a saber:

Descrição	PROVÁVEL	POSSÍVEL
	R$ mil	
Processos Trabalhistas	4.860	1.507
Processos Tributários	4.394	1.100
Processos Cíveis	-	874
	9.254	**3.481**

Os processos trabalhistas na sua maioria decorrem de reclamações movidas por ex-funcionários da companhia, os quais se referem a Horas Extras, Diferenças de Comissões, Integração de Premiações e Indenizações decorrentes de Doenças Ocupacionais. Com base na avaliação e opinião dos assessores jurídicos, o valor envolvido nos processos, levando em consideração o histórico de condenações já sentenciadas, em média os custos com indenizações para os processos trabalhistas com avaliação de risco de perda possível giram em torno de 15% do montante do valor pedido nas ações, os quais representaram o valor de R$ 1.507 mil para as demandas existentes em dezembro de 2023.

Os processos Tributários considerados com risco de perda possível pelos consultores jurídicos da companhia totalizavam o valor de R$ 1.100, sendo na sua grande maioria decorrentes de auto de infração em fase de defesa administrativa e outros de cobrança de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, sobre a exclusão de receita de incentivos fiscais da base de cálculo do lucro real não aceita pelo fisco no passado. Majoritariamente as teses são repetitivas o que possibilitará o êxito das defesas apresentadas pela companhia quando da conclusão do juizado no encerramento processual.

Os processos de natureza cíveis considerados com risco de perda possível na opinião dos consultores jurídicos representam o valor de R$ 874 mil. Na sua maioria se referem a pedidos de Indenização por dano moral, oriundas de reclamações de consumidores devido a eventuais questionamentos da qualidade de produtos.

De acordo com a legislação tributária vigente, o lançamento de tributos e contribuições federais, estaduais e municipais, estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais competentes no decorrer do prazo de cinco anos, de maneira que, não estão sendo mensuradas nessas demonstrações contábeis as eventuais contingências ainda não conhecidas.

NOTA Nº 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social
O capital social, subscrito e integralizado, pertence integralmente a acionistas domiciliados no país, estando composto por 14.400.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 4.800.000 ordinárias e 9.600.000 preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e reembolso do valor do capital.

Por intermédio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de maio de 2023 o Capital Social foi aumentado mediante incorporação de reservas de lucros no valor de R$ 63.983 mil, passando de R$ 369.208 mil para R$ 433.191 mil.

(b) Destinação do Resultado
Neste exercício o lucro líquido do exercício no valor de R$ 155.400 mil, após deduzidas a constituição das reservas do Incentivo Fiscal ICMS dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte no montante de R$ 66.101 mil do Incentivo Fiscal do imposto de renda no valor de R$ 18.808 mil e da redução por reinvestimento no montante de R$ 1.129, bem como após deduzida a constituição da Reserva Legal no percentual de 5% (cinco por cento) do lucro contábil ajustado, a Companhia calculou os dividendos mínimos a razão de 25% do lucro contábil de acordo com seu estatutos e legislação societária. O saldo restante do contábil no valor de R$ 46.194 foi destinado para Retenção de lucros.

(c) Reserva de Lucros
A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais, na esfera Federal do imposto de renda calculado com base no lucro da exploração e na esfera Estadual com redução do valor do ICMS apurado a pagar nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. As receitas provenientes dos incentivos fiscais são inicialmente reconhecidas no resultado do exercício como Subvenções Governamentais, e posteriormente são destinados à constituição das respectivas Reservas de Lucros dos Incentivos Fiscais, como segue:

Imposto de Renda
Incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e adicional não restituível, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento), calculado sobre o lucro da exploração, concedido pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

ICMS do Estado da Paraíba
Incentivo fiscal de redução do ICMS, no percentual de 74,25% (setenta e quatro, vinte e cinco por cento), calculado sobre o saldo devedor apurado a recolher, concedido e nos termos do Fundo de Apoio ao desenvolvimento Industrial da Paraíba – FAIN.

ICMS do Estado do Rio Grande do Norte
Incentivo fiscal de redução do ICMS, no percentual de 3% (três por cento) pessoa jurídica e 2,55% (dois vírgula cinco e cinco por cento) pessoa física, calculado sobre as saídas internas, concedido e nos termos do Decreto Estadual nº 22.199/2011 - Concessão de Regime Especial de Tributação aos Contribuintes Atacadistas.

NOTA Nº 18 - RECEITA LÍQUIDA

Receita Bruta de vendas	2023	2022
	R$ mil	
Mercado Interno	1.501.209	1.392.665
Descontos e Abatimentos	(8.942)	(7.387)
	1.492.267	**1.385.278**
Deduções de Vendas e Tributos		
(-) Devoluções e cancelamentos	(17.599)	(15.853)
(-) ICMS	(218.008)	(196.444)
(-) PIS	(9.816)	(8.204)
(-) COFINS	(45.336)	(37.644)
(-) Incentivo fiscal ICMS	66.101	54.044
Receita Liquida de Vendas	**1.267.609**	**1.181.177**

NOTA Nº 19 - CUSTO DOS PRODUTOS E MERCADORIAS VENDIDOS

	2023	2022
	R$ mil	
Matéria Prima/Mercadorias	627.913	663.813
Embalagens	106.320	101.690
Gastos gerais de fabricação/Estoque Anterior	95.565	71.115
Depreciação e amortização	12.849	11.482
	842.647	**848.100**

NOTA Nº 20 - DESPESAS COM VENDAS, LOGÍSTICA e ADMINISTRATIVAS GERAIS

Despesas com Vendas	2023	2022
	R$ mil	
Despesas com marketing e vendas	88.595	76.265
Despesas com salários e benefícios a empregados	73.556	65.379
Despesas com logísticas	80.257	69.807
	242.408	**211.451**
Despesas Administrativas		
Despesas com salários e benefícios a empregados	12.052	10.653
Outras despesas administrativas	6.029	5.480
	18.081	**16.133**

NOTA Nº 21 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas e despesas operacionais	2023	2022
	R$ mil	
Aluguéis e Royalties	3.395	2.666
Venda líquida de Ativos	221	8
	3.616	**2.674**

NOTA Nº 22 - RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
	R$ mil	
Receitas financeiras		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	7.850	3.796
Juros recebidos	2.139	1.910
Variação cambial ativa	14	24
Desconto obtidos de fornecedores e outros	528	331
	10.531	**6.061**

	2023	2022
	R$ mil	
Despesas financeiras		
Juros sobrefinanciamentos	4.589	7.668
Juros pagos impostos	856	977
Despesas bancárias e IOF	359	344
Variação cambial passiva	2	13
Descontos concedidos a clientes e outros	(7)	32
	5.799	**9.034**
Receitas e despesas financeiras líquidas	**4.732**	**(2.973)**

NOTA Nº 23 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2023		31/12/2022	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	172.821	172.821	105.194	105.194
Adições e Exclusões Permanentes				
Brindes e patrocínios	265	265	107	107
Provisões não dedutíveis	4.769	4.769	817	817
Incentivo fiscal ICMS	(66.101)	(66.101)	(54.044)	(54.044)
(+/-) Outros	169	169	123	123
Total	**111.924**	**111.924**	**52.197**	**52.197**
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	-	-
Lucro Real	**111.924**	**111.924**	**52.197**	**52.197**
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(27.957)	(10.073)	(13.025)	(4.698)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT/Lei Rouanet	672	-	313	
(-) Redução Por Reinvestimento	1.129	-	569	
Imposto de renda corrente				
(-) Incentivos fiscais SUDENE	18.808	-	9.473	-
Imposto de renda e contribuição social	**(7.348)**	**(10.073)**	**(2.670)**	**(4.698)**

NOTA Nº 24 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Neste exercício a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo algum tipo específico de instrumento financeiro, sendo as operações normais de suas atividades constantes das Demonstrações Contábeis, determinadas de acordo com os critérios e as práticas contábeis descritas nas notas explicativas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Risco de crédito:

Pode decorrer da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia acompanha mensalmente a situação de liquidez/inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela Companhia.

b) Risco de taxas de juros:

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são equivalentes aos valores contabilizados e as análises de sensibilidade para exposição aos juros contratuais não tem efeito material sobre as demonstrações contábeis.

c) Risco de taxas de câmbio:

Pode decorrer da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras nas operações de importação de máquinas e equipamentos na aquisição de bens do ativo imobilizado. A Companhia não realiza operações de exportação de produtos, portanto, não está sujeita a esse tipo de risco sobre as vendas.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):

Pode decorrer da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia poderá utilizar para financiar suas operações. Neste exercício, a Companhia se utilizou de recursos financeiros de terceiros, objetivando o financiamento de suas operações, para o capital de giro e para novas aquisições em imobilizações.

e) Derivativos:

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos neste exercício e nem exercício anterior. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos.

NOTA Nº 25 - COBERTURA DE SEGUROS

A companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A determinação dos bens a serem cobertos por seguro é feita a partir da análise da natureza da atividade envolvida, da eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas industriais e instalações da companhia, da distribuição logística de suas plantas industriais, além da relação entre o dano potencial de um eventual sinistro versus o custo do seguro.

A companhia mantém seguros contratados para os prédios, mercadorias, matérias-primas, embalagens, maquinismos, móveis, utensílios, instalações e veículos. As apólices em vigor apresentam uma cobertura de R$ 290.933 mil, o que corresponde ao limite máximo para indenização.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo de Oliveira Carlos da Silva
Presidente do Conselho

Ricardo de Oliveira Carlos da Silva
Conselheiro

Eliane de Oliveira Carlos da Silva Freire
Conselheira

DIRETORIA

Francisco Leonel Pereira Freire
Diretor Presidente

Rosenvaldo de Melo Costa
Diretor Administrativo e Financeiro

Walber Santos
Diretor Comercial

Petrúcio José Batista Muniz
Diretor Adjunto

Contadora
Renata Kelly da Silva
CRC nº PE-021635/O-0

Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A.

CNPJ/MF 07.869.893/0001-55

www.spicbrasil.com.br

Balanços Patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.776	54.886
Consumidores e concessionárias	5	9.567	11.234
Impostos a recuperar	6	4.375	6.765
Outros ativos circulantes	17	1.070	989
Total ativo circulante		16.788	73.874
Não circulante			
Depósitos judiciais e vinculados	7	542	8.224
Impostos diferidos	23	9.247	9.522
Direito de uso	9	8.124	10.155
Imobilizado	10	58.375	69.472
Intangível	11	2.461	3.110
Total ativo não circulante		78.749	100.483
Total dos ativos		95.537	174.357

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	16	582	1.114
Empréstimos e financiamentos	12	–	10.371
Arrendamentos	13	1.442	1.389
Impostos a recolher	6	627	1.695
Dividendos e JSCP	8	5.404	7.735
Outros passivos circulantes	17	1.021	6.253
Total passivo circulante		9.076	28.557
Não circulante			
Arrendamentos	13	8.011	9.898
Provisões	15	7.408	7.245
Partes relacionadas	8	1.939	–
Total passivo não circulante		17.358	17.143
Patrimônio Líquido	18		
Capital social		33.276	93.276
Reservas de lucro		35.827	35.381
Total patrimônio líquido		69.103	128.657
Total dos passivos e patrimônio líquido		95.537	174.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto resultado por ação)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	20	68.994	61.647
Custo de operação	21	(28.450)	(27.932)
Lucro bruto		40.544	33.715
Administrativas e gerais	21	(12.661)	(9.499)
Lucro antes do resultado financeiro		27.883	24.216
Resultado financeiro líquido	22		
Receitas financeiras		6.511	6.185
Despesas financeiras		(1.286)	(2.959)
		5.225	3.226
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		33.108	27.442
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(4.594)	(4.093)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(276)	957
Lucro líquido do exercício		28.238	24.306
Lucro por ação	19		
Quantidade de ações		83.276.000	93.275.607
Lucro líquido por ação, básico e diluído		0,3391	0,2606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		33.108	27.442
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações	21	14.706	14.601
Amortização de juros capitalizados	12	9	55
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos	10	31	2
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre financiamentos	12	261	1.834
Arrendamentos e aluguéis - AVP	13	880	945
Provisão para descomissionamento	15	163	298
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	7	(606)	(884)
		48.552	44.293
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Consumidores e concessionárias	5	1.667	(969)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	23	2.390	(1.142)
Impostos recuperáveis na aquisição de ativos imobilizados	10	(1.029)	(1.029)
Cauções e depósitos vinculados	7	8.288	209
Outros ativos operacionais	17	(135)	1.358
		11.181	(1.573)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores	16	(532)	(1.199)
Impostos e contribuições sociais		(2.727)	(1.678)
Partes relacionadas	8	1.939	(650)
Outros contas a pagar	17	(5.232)	6.253
		(6.552)	2.726
Caixa proveniente das atividades operacionais		53.181	45.446
Imposto de renda e contribuição social pagos	6	(3.431)	(2.974)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		49.750	42.472
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível	10 e 11	(331)	(121)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		(331)	(121)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento (redução) de capital líquido do custo de emissão	18	(60.000)	–
Reservas pagas		(21.894)	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	8	(7.735)	(16.586)
Amortização do principal de financiamentos	12	(10.383)	(19.331)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	12	(258)	(1.774)
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis	13	(2.259)	(2.158)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		(102.529)	(39.849)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(53.110)	2.502
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.776	54.886
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		54.886	52.384
		(53.110)	2.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	93.276	18.662	–	111.938
Juros sobre o capital próprio	–	–	(7.587)	(7.587)
Lucro líquido do exercício	–	–	24.306	24.306
Destinação do resultado do exercício				
Constituição de reserva legal	–	1.215	(1.215)	–
Destinação para reserva de lucros	–	11.089	(11.089)	–
Destinação para reserva de incentivo fiscal	–	4.415	(4.415)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	93.276	35.381	–	128.657
Redução de capital conforme AGE de 21 de julho de 2023	(60.000)	–	–	(60.000)
Juros sobre o capital próprio	–	–	(3.297)	(3.297)
Lucro líquido do exercício	–	–	28.238	28.238
Destinação do resultado do exercício				
Constituição de reserva legal	–	1.412	(1.412)	–
Dividendos de anos anteriores conforme AGOE de 19 de julho de 2023	–	(21.894)	–	(21.894)
Destinação de dividendos de 2023	–	–	(2.601)	(2.601)
Destinação para reserva de lucros	–	15.717	(15.717)	–
Destinação para reserva de incentivo fiscal	–	5.211	(5.211)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	33.276	35.827	–	69.103

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	28.238	24.306
Resultado abrangente total do exercício	28.238	24.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Geração do valor adicionado	76.026	67.931
Receita operacional bruta	76.026	67.931
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(20.531)	(18.196)
Materiais	(188)	(295)
Serviços de terceiros	(14.352)	(13.295)
Outros custos operacionais	(5.991)	(4.606)
Seguros	(623)	(477)
Doações, contribuições e subvenções	(100)	(66)
Outras despesas	(5.268)	(4.063)
Valor adicionado bruto	55.495	49.735
Retenções	(15.597)	(15.553)
Depreciações e amortizações	(15.597)	(15.553)
Valor adicionado líquido produzido	39.898	34.182
Valor adicionado recebido em transferência	6.762	6.485
Receitas financeiras	6.762	6.485
Valor adicionado total a distribuir	46.660	40.667
Distribuição do valor adicionado	46.660	40.667
Pessoal	5.568	4.351
Remuneração direta	4.113	3.341
Benefícios	931	772
FGTS	524	238
Impostos, taxas e contribuições	11.016	8.684
Federais	11.011	8.680
Estaduais	5	4
Remuneração de capitais de terceiros	1.838	3.326
Juros	1.209	2.952
Alugueis	629	374
Remuneração de capitais próprio	28.238	24.306
Juros sobre capital próprio	3.296	7.587
Dividendos	2.602	–
Lucro a distribuir	22.340	16.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em fevereiro de 2006, com sede em Mataraca, no Estado da Paraíba, sendo que suas atividades operacionais foram iniciadas em 14 de janeiro de 2009. A controladora direta da Companhia é a Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda e em última instância pela State Power Investment Corporation China. O registro na ANEEL se deu através das Resoluções Autorizativas demonstradas no quadro abaixo. O prazo de duração da autorização é de 25 anos. A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir de geradores eólicos, cuja capacidade instalada atual é de 48 MW, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, a implantação, a montagem e a comercialização de energia, com o objetivo de atender o disposto nos contratos de compra e venda de energia CT - PROINFA/EÓLICA, relacionados a seguir:

Contrato PROINFA	Resolução autorizativa ANEEL	Despacho ampliação cap. inst. ANEEL	Empreendimento	Energia contratada
024/2004	96/2004	1.853/2009	UEE Albatroz	4,8 MW
025/2004	104/2004	1.861/2009	UEE Coelhos II	4,8 MW
026/2004	95/2004	1.854/2009	UEE Camurim	4,8 MW
027/2004	105/2004	1.858/2009	UEE Coelhos IV	4,8 MW
028/2004	94/2004	1.856/2009	UEE Presidente	4,8 MW
029/2004	98/2004	1.859/2009	UEE Coelhos III	4,8 MW
030/2004	99/2004	1.852/2009	UEE Atlântica	4,8 MW
031/2004	106/2004	1.857/2009	UEE Mataraca	4,8 MW
032/2004	97/2004	1.861/2009	UEE Coelhos I	4,8 MW
033/2004	100/2004	1.855/2009	UEE Caravela	4,8 MW
Total				**48 MW**

Esses contratos foram homologados pela Resolução RES nº 009/2005, de 13 de janeiro de 2005, e firmados com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. por um prazo de 20 anos a partir de 19 de junho de 2009. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** Em 28 de março de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **2.1 Declarações de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB))1 (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS® "), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4. **2.2 Moeda funcional:** As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Bases de preparação e apresentação:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. **2.4 Uso de estimativa e julgamento:** Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseia em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia revisa as estimativas e premissas para a elaboração das Demonstrações Contábeis. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota explicativas 23); Avaliação da vida útil do Direito de uso, do Imobilizado e do Intangível (Notas explicativas 9, 10 e 11); Provisões (Nota explicativa 15). **2.5 Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **3. Políticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixas e bancos	12	2.338
Aplicações financeiras de curto prazo	1.764	52.548
	1.776	54.886

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados, em média, a taxas 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Não foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e a Companhia não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

	Valores Correntes / Corrente a Vencer: Mais de 60 dias	Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022
Circulante			
Suprimento de energia elétrica	9.567	9.567	11.234
Total Circulante	9.567	9.567	11.234

Os valores referem-se ao contrato de compra e venda de energia CT - PROINFA/EÓLICA - 024/2004 a 033/2004 homologado pela Resolução RES nº 009/2005, de 13 de janeiro de 2005, firmado com a Eletrobrás. Não há saldos vencidos, o risco de perdas não é significativo, não existe histórico de perda desses recebíveis e, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6. Imposto a recuperar e recolher:

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos /Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Ativo - compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	–	3.432	–	–	807	(4.238)	1
PIS e COFINS (a)	–	1.295	–	–	(1.295)	–	–
IRRF sobre aplicação financeira	540	1.259	–	–	(1.795)	–	4
Outros	6.225	1.789	192	–	(3.836)	–	4.370
Total	6.765	7.775	192	–	(6.119)	(4.238)	4.375
Circulante	6.765						4.375
Total	6.765						4.375
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	–	4.594	–	–	(308)	(4.238)	48
PIS e COFINS (a)	426	4.055	–	–	(4.106)	–	375
ICMS	1	(2)	–	1	–	–	–
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	1.268	630	–	12	(1.705)	–	205
Total	1.695	9.277	–	13	(6.119)	(4.238)	627
Circulante	1.695						627
Total	1.695						627

a) Programa de Integração Social (PIS): 1,65% Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo) e são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

7. Depósitos judiciais e vinculados:

	Não Circulante 31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais	542	452
Citibank (a)	–	7.772
Total	542	8.224

(a) A conta reserva que a Companhia mantinha no Banco Citibank foi liberada por motivo de quitação do empréstimo com o BNDES. **8. Transações com partes relacionadas:**

	Natureza	2023	2022
Balanço patrimonial			
Passivo			
Pacific Hydro Energia do Brasil (a)	JSCP	2.802	7.735
Pacific Hydro Energia do Brasil (a)	Dividendos	2.602	–
Pacific Hydro Energia do Brasil	Custos compartilhados	1.939	–
Total passivo		7.343	7.735
Resultado do exercício			
Pacific Hydro Energia do Brasil (b)	Custos compartilhados	(12.661)	(9.499)
Total Resultado		(12.661)	(9.499)

(a) Distribuição de lucros por meio de juros sobre capital próprio para a controladora direta Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. (b) Referem-se a reembolso de despesas administrativas: viagem, hospedagem e com mão de obra especializada de técnicos e representantes referentes a serviços prestados. Esta abertura está apresentada na nota explicativa 21. Durante o ano de 2023, a remuneração dos Diretores Executivos foi de R$ 1.395 (R$325 em 2022). Não houve transações de compras e vendas entre as partes relacionadas durante os exercícios de 2023 e 2022. **9. Direito de uso:** Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica: • Terrenos: referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamentos de terras relativos aos parques eólicos da Companhia.

a. Composição do ativo de direito de uso:

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso							
Atividades não vinculadas à concessão							
Arrendamento de terras	9,32%	14.321	(6.197)	8.124	14.777	(4.622)	10.155
		14.321	(6.197)	8.124	14.777	(4.622)	10.155
Total direito de uso		14.321	(6.197)	8.124	14.777	(4.622)	10.155

b. Movimentação do ativo de direito de uso

	Valor líquido em 31/12/2022	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2023
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de terras	10.155	(457)	(1.574)	8.124
Total Ativos de direito de uso	10.155	(457)	(1.574)	8.124

	Valor líquido em 31/12/2021	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2022
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de terras	10.923	714	(1.482)	10.155
Total Ativos de direito de uso	10.923	714	(1.482)	10.155

10. Imobilizado: Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear e limitada ao prazo remanescente da autorização da Companhia ou ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, dos dois o menor. As vidas úteis estimadas estão a seguir apresentadas:

Máquinas e equipamentos	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Construções	10 a 30 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2023, a administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

a. Composição do Imobilizado:

Imobilizado	31/12/2023 Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,32%	19.655	(15.197)	4.458	5,33%	19.506	(14.138)	5.368
Máquinas e equipamentos	6,26%	214.937	(163.508)	51.429	6,22%	214.257	(152.705)	61.552
Veículos	20,00%	107	(107)	–	20,00%	107	(107)	–
Móveis e utensílios	10,13%	32	(7)	25	10,21%	32	(4)	28
Descomissionamento	8,70%	4.466	(2.330)	2.136	9,09%	4.466	(1.942)	2.524
		239.197	(181.149)	58.048		238.368	(168.896)	69.472
Total do imobilizado em serviço		239.197	(181.149)	58.048		238.368	(168.896)	69.472
Imobilizado em curso								
Atividades não vinculadas à concessão		327	–	327		–	–	–
Total do imobilizado em curso		327	–	327		–	–	–
Total do Imobilizado		239.524	(181.149)	58.375		238.368	(168.896)	69.472

b. Movimentação do Imobilizado:

	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Depreciações	Baixas	Outros - Transf. para reparo.	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2023
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.368	–	(1.059)	–	–	149	4.458
Máquinas e equipamentos	61.552	4	(11.033)	(5)	31	880	51.429
Móveis e utensílios	28	–	(3)	–	–	–	25
Descomissionamento	2.524	–	(388)	–	–	–	2.136
Total do imobilizado em serviço	69.472	4	(12.483)	(5)	31	1.029	58.048
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	–	327	–	–	–	–	327
Total do imobilizado em curso	–	327	–	–	–	–	327
Total do imobilizado	69.472	331	(12.483)	(5)	31	1.029	58.375

	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Outros - Transf. para reparo.	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2022
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.230	–	–	(1.058)	–	–	149	5.321
Máquinas e equipamentos	71.468	91	245	(11.022)	(2)	–	880	61.660
Móveis e utensílios	1	27	–	(1)	–	–	–	27
Descomissionamento	2.913	–	–	(388)	–	–	–	2.525
Total do imobilizado em serviço	80.612	118	245	(12.469)	(2)	–	1.029	69.533
Imobilizado em curso								
Máquinas e equipamentos	241	3	(245)	–	–	(60)	–	(61)
Total do imobilizado em curso	241	3	(245)	–	–	(60)	–	(61)
Total do imobilizado	80.853	121	–	(12.469)	(2)	(60)	1.029	69.472

11. Intangível: Os ativos intangíveis compreendem gastos relativos a desenvolvimento da planta de geração de energia eólica registrados ao custo de aquisição e formação, deduzindo o valor de amortização. A vida útil estimada para os gastos com desenvolvimento da planta de geração de energia eólica é de 20 anos. Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou nos seus contratos comerciais, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Em 31 de dezembro de 2023, a administração da Companhia através de teste de impairment, identificou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para desvalorização de seus ativos intangíveis. a. Composição do intangível:

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2023 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Desenvolvimento	5,00%	1.594	(1.182)	412	1.594	(1.103)	491
Gastos pré-operacionais	5,00%	7.560	(5.607)	1.953	7.560	(5.229)	2.331
Software	20,00%	1.044	(948)	96	1.044	(756)	288
Total intangível		10.198	(7.737)	2.461	10.198	(7.088)	3.110

b. Movimentação do intangível:

	Valor líquido em 31/12/2022	Amortização	Valor líquido em 31/12/2023
Intangível em serviço			
Pesquisa e Desenvolvimento	491	(79)	412
Diferido	2.331	(378)	1.953
Software	288	(192)	96
	3.110	(649)	2.461

	Valor líquido em 31/12/2021	Amortização	Valor líquido em 31/12/2022
Intangível em serviço			
Pesquisa e Desenvolvimento	571	(80)	491
Diferido	2.709	(378)	2.331
Software	480	(192)	288
	3.760	(650)	3.110

Foram reconhecidos pela Companhia como ativos intangíveis os gastos nos montantes acima, relativos à desenvolvimento da planta de geração de energia eólica. Esses gastos são amortizados linearmente no prazo de autorização da ANEEL para a geração de energia eólica. **12. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. a. Composição dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2023 Encargos Circulante	Principal Circulante	Total	31/12/2022 Encargos Circulante	Principal Circulante	Total
Moeda nacional						
BNDES (a)	–	–	–	36	10.335	10.371
Total de dívidas	–	–	–	36	10.335	10.371

(a)Contrato de financiamento, em moeda local, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ocorrido em 10 de dezembro de 2008 no valor de R$ 162.097, a uma taxa de TJLP + 2.87% a.a. Contrato quitado em 15 de junho de 2023.

b. A movimentação dos empréstimos, financiamentos é demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	10.344	(10.383)	–	39	–	–
Juros	36	(258)	222	–	–	–
Custo de transação	(9)	–	–	–	9	–
	10.371	(10.641)	222	39	9	–

	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante							
Empréstimos e financiamentos							
Principal	19.314	(19.331)	–	121	10.240	–	10.344
Juros	97	(1.774)	1.713	–	–	–	36
Custo de transação	(57)	–	–	–	(7)	55	(9)
	19.354	(21.105)	1.713	121	10.233	55	10.371
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos							
Principal	10.240	–	–	–	(10.240)	–	–
Custo de transação	(7)	–	–	–	7	–	–
	10.233	–	–	–	(10.233)	–	–

13. Arrendamentos: A Companhia realiza a avaliação, na data de início de cada contrato, se esse contrato apresenta características de arrendamento (Baseado no CPC 06) e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de valor individual menor que US$ 5.000. Direito de uso de arrendamentos: Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento. Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é de fácil determinação. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia mantém contratos de arrendamentos de terrenos onde se localiza seu parque eólico. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia e apresentados nas notas explicativas de Direto de uso (nota explicativa 9) e Arrendamentos (nota explicativa 13). A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme nota explicativa 9 e demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2022	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Arrendamentos de terra	14.604	(571)	–	(2.259)	11.774
(-) Ajuste a valor presente	(3.317)	116	880	–	(2.321)
Total	11.287	(455)	880	(2.259)	9.453
Circulante	1.389				1.442
Não Circulante	9.898				8.011
Total	11.287				9.453

	31/12/2021	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	31/12/2022
Arrendamentos de terra	15.833	929	–	(2.158)	14.604
(-) Ajuste a valor presente	(4.045)	(216)	945	–	(3.317)
Total	11.788	712	945	(2.158)	11.287
Circulante	1.200				1.389
Não Circulante	10.588				9.898
Total	11.788				11.287

14. Encargos setoriais: Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	–	180	(180)	–
	–	180	(180)	–

15. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **15.1. Provisões para contingências: 15.1.1. Risco provável:** A Companhia não avaliou riscos de contingências prováveis para os exercícios de 2023 e 2022. **15.1.2. Risco possível:**

	Possível 31/12/2023	31/12/2022
Fiscais	521	370
	521	370

Ação Anulatória (Taxa) - 0801373-93.2021.8.15.0231: Trata-se de ação anulatória de débito tributário com declaração de inexistência de relação jurídica tributária com pedido de liminar ajuizada pela Companhia (empresas Vale dos Ventos e Millenium) contra o Município de Mataraca para efeito de declarar nula a cobrança de taxa de fiscalização, bem como para solicitar o reembolso dos valores pagos a este título no ano 2019. Atualmente, aguarda-se decisão de segunda instância. O passivo envolvido para a Companhia (valor atualizado) é de R$ 378K. **Mandado de Segurança - 0803779-20.2022.4.05.8200:** Trata-se de mandado de segurança impetrado na 1º Vara Federal da Paraíba em 05/06/2022 para suspender débitos para emissão de certidão negativa iniciado. O passivo envolvido para a Companhia (valor atualizado é de R$ 143). **15.2. Provisão para descomissionamento:** Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Essas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento. Os valores abaixo refletem o saldo em 31 de dezembro de 2023, referente à provisão para descomissionamento do parque eólico em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa 10). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos (Nota explicativa 13). O cálculo do valor da provisão para descomissionamento foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até o fim da vida útil do parque eólico. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente da provisão foi a taxa SELIC esperada pelo mercado na data-base da avaliação.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões para descomissionamento	7.408	7.245
	7.408	7.245

16. Fornecedores:

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e Serviços	582	1.114
	582	1.114

17. Outros ativos e passivos:

	31/12/2023 Circulante	31/12/2022 Circulante
Outros ativos		
Adiantamentos a fornecedores	520	105
Estoque	497	272
Outros	53	612
Total	1.070	989
Outros passivos		
Adiantamentos a clientes (a)	1.021	6.253
Total	1.021	6.253

(a) O saldo de R$1.021 refere-se ao ajuste negativo da geração de energia elétrica nos contratos com a Eletrobrás, onde a geração de energia elétrica disponibilizada no ano foi menor que a contratada, gerando um saldo redutor que será descontado no ano seguinte. **18. Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R$33.276, representados por 33.275.607 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R$93.276, representados por 93.275.607 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, em 17 de outubro de 2023 houve uma redução de capital na importância de R$ 60.000. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e são destinados sucessivamente e na seguinte ordem: (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social; (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos reduzido do incentivo fiscal e dos juros sobre capital próprio-JSCP líquido de impostos. (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. No exercício de 2023, a destinação do lucro da Companhia é apresentada da seguinte forma:

	2023	2022
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	28.238	24.306
Constituição da reserva legal - 5%	(1.412)	(1.215)
Reserva de incentivo fiscal (a)	(5.211)	(4.415)
Dividendos intermediários - JSCP	(3.297)	(7.587)
	18.318	11.089
Destinação do lucro:		
Dividendos	2.601	–
Reserva de lucros	15.717	11.089
	18.318	11.089

a) Refere-se a benefício fiscal homologado pela SUDENE para redução de imposto de renda de acordo com as regras para o lucro da exploração. **18.1. Reservas de lucro:**

	31/12/2023	31/12/2022
Reservas de lucro		
Reserva legal	3.953	2.542
Reserva de incentivo fiscal	16.157	10.946
Reserva de retenção de Lucros (i)	15.717	21.893
	35.827	35.381

(i) O lucro não distribuído do exercício de 2023 foi alocado em reserva de retenção de lucros até que sejam aprovados os dividendos adicionais na Companhia. **19. Resultado por ação:** O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes. Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis. O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumento potenciais diluidores do resultado por ação. A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	28.238	24.306
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações (média ponderada)	83.276	93.276
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R$)	0,3391	0,2606

20. Receita operacional líquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre vendas.

	2023	2022
Suprimento mercado livre	76.026	67.931
Receita operacional bruta	76.026	67.931
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(7.032)	(6.284)
Total deduções da receita operacional	(7.032)	(6.284)
Receita operacional líquida	68.994	61.647

21. Nota de gastos:

	2023 De operação	Gerais e Adm.	Total	2022 De operação	Gerais e Adm.	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição (a)	3.415	–	3.415	3.758	–	3.758
Pessoal e Administradores (a)	–	6.391	6.391	–	5.134	5.134
Material	114	74	188	220	75	295
Serviços de terceiros (a)	10.436	3.058	13.494	9.716	2.626	12.342
Serviços de auditoria	46	–	46	38	–	38
Depreciação	12.481	–	12.481	12.471	756	13.227
Amortização	2.224	–	2.224	2.132	140	2.272
Aluguéis e arrendamentos	49	579	628	55	319	374
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	31	–	31	–	–	–
Outras (b)	(346)	2.559	2.213	(458)	449	(9)
Total	28.450	12.661	41.111	27.932	9.499	37.431

a) Os gastos administrativos referem-se ao compartilhamento de custo de pessoal, materiais e serviços entre a Companhia e sua Controladora. b) Despesas de créditos de PIS/COFINS diferidos sobre Ativo imobilizado constituídos na adoção inicial do CPC.

22. Resultado financeiro:

	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras	6.569	6.126
Descontos Obtidos	–	57
Variação monetária	256	308
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(314)	(306)
Receitas financeiras total	6.511	6.185
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(222)	(1.713)
AVP - Ajuste a valor presente	(880)	(945)
Provisão para descomissionamento	(163)	(298)
Outras despesas financeiras	(21)	(3)
Despesas financeiras total	(1.286)	(2.959)
Total resultado financeiro	5.225	3.226

23. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas

continua→★

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 da Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto resultado por ação)

as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: A Interpretação do ICPC 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis à diferença entre a taxa de depreciação utilizada pela Companhia para fins fiscais e para fins contábeis.

	2023	2022
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	4.870	3.136
IRPJ - Corrente	1.992	1.719
CSLL - Corrente	2.602	2.374
IRPJ - Diferido	203	(704)
CSLL - Diferido	73	(253)
	4.870	3.136

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	IRPJ / CSLL	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	33.108	27.442
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(11.257)	(9.330)
JSCP	1.121	2.579
Adições Permanentes	(34)	(37)
Exclusões Permanentes		
SELIC sobre créditos fiscais	65	–
Adições temporárias		
Depreciação	(3.816)	(3.816)
Descomissionamento	(187)	(503)
Outras provisões	134	134
CPC 06 - Arrendamento	(67)	(92)
Compensação de Prejuízo Fiscais	4.212	3.320
Outros		
Incentivos fiscais		
Lucro da Exploração	5.211	4.415
Adicional (10%)	24	24
IRPJ e CSLL de exercícios Anteriores	–	(787)
Despesa de IRPJ e CSLL	(4.594)	(4.093)
Alíquota efetiva	-13,88%	-14,92%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado	
Natureza dos Cálculos	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
Prejuízos Fiscais	16.367	19.464	–	–	(3.097)	(2.441)
Base negativa da contribuição social	5.892	7.007	–	–	(1.115)	(879)
	22.259	26.471	–	–	(4.212)	(3.320)
Diferenças Temporárias					–	–
Adições temporárias	1.998					
Arrendamentos de terras	453	386	–	–	67	92
Descomissionamento	1.545	1.358	–	–	187	234
Depreciação	–	–	15.010	18.827	3.816	3.817
Outros	–	134	–	–	(134)	134
Total Diferenças Temporárias	1.998	1.878	15.010	18.827	3.936	4.277
Total bruto	24.257	28.349	15.010	18.827	(276)	957
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(15.010)	(18.827)	(15.010)	(18.827)		
Total	9.247	9.522	–	–		

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia prevê recuperar os créditos tributários nos seguintes exercícios:

	2023
Créditos tributários	
2024	3.828
2025	4.013
2026	4.230
2027	4.486
2028 - 2029	5.702
Total	22.259

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. **24. Instrumentos financeiros:** *Reconhecimento e mensuração:* O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados. O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. *Redução ao valor recuperável:* O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não históricos de perda. *Instrumentos financeiros - apresentação líquida:* Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. *Instrumentos financeiros derivativos:* O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de taxa de juros; • Risco operacional; • Risco de liquidez. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações. a) Risco de crédito: O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima era de R$ 9.567 (R$10.265 em 2022) referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de seu conta a receber é baixo, não sendo identificada históricos de perdas. b) Risco operacional: Risco quanto à escassez de ventos por período prolongado, podendo acarretar perdas para Companhia. c) Risco de liquidez: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2023					31/12/2022
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	582	–	–	–	582	1.114
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–	–	10.371
Partes relacionadas	–	–	1.939	–	1.939	–
Arrendamentos e aluguéis	351	1.091	7.124	887	9.453	11.287
Total	933	1.091	9.063	887	11.974	22.772

d) Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2023		31/12/2022		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Categoria
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	1.776	1.776	54.886	54.886	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	9.567	9.567	11.234	11.234	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	1.070	1.070	989	989	Custo amortizado
Depósitos judiciais e vinculados	542	542	8.224	8.224	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	–	–	10.371	10.371	Custo amortizado
Arrendamentos e aluguéis	9.453	9.453	11.287	11.287	Custo amortizado
Partes relacionadas	1.939	1.939	0	–	Custo amortizado
Fornecedores	582	582	1.114	1.114	Custo amortizado

e) Hierarquia de valor justo: A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à Caixa e equivalentes de caixa e Depósitos judiciais e cauções, conforme tabela acima. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). *Outros riscos considerados relevantes:* a) Risco regulatório: As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo. b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil: Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no setor. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. *c) Mudanças climáticas:* Os parques eólicos, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, a Companhia não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo. Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura. **25. Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém seguros para Responsabilidade Civil Geral (RCG) no montante de R$30.000 com período de vigência de 30/11/2023 a 30/05/2025, D&O ('Directors and Officer') no montante de R$120.000 (limite compartilhado com outras empresas do grupo SPIC) com período de vigência de 08/11/2023 a 08/11/2024, Riscos Operacionais com limite máximo de indenização de R$ 221.756 com período de vigência de 30/11/2023 a 30/11/2024. Os seguros contratados englobam a controladora da Companhia, Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e suas controladas.

Diretoria

Adriana Waltrick - Diretora Geral
Paulo Dutra - Diretor Financeiro
Valéria Lopes de Souza - Contadora - CRC-1SP145065/O-9 S-PB

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Acionistas **Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO DE SERVIÇO
Nº 00002/2024

Torna público que fará realizar através da Comissão de Contratação, chamamento público de serviço objetivando: Contratação de Pessoa Jurídica e/ou Pessoa Física para prestação de serviços de coleta, transporte e distribuição de água potável através de carro pipa, conforme as especificações e condições constantes neste Edital, contemplando os critérios técnicos específicos, os pré-requisitos e os valores referenciais fixados para a realização da prestação dos serviços. Os interessados deverão apresentar envelope contendo a documentação e respectiva proposta:a partir do dia 24/04/2024 às 09:00 h até o dia 15/05/2024 às 13:00 h, no endereço: Av. Santa Cecília, 214 - Centro - Santa Cecília - PB. Neste mesmo local, será realizada a análise dos documentos:dia 16/05/2024 às 10:00 h. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.878/24; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 às 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacao@santacecilia.pb.gov.br. Edital: https://santacecilia.pb.gov.br/; www.gov.br/pncp.

Santa Cecília - PB, 22 de abril de 2024.

JOSÉ MARCÍLIO FARIAS DA SILVA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DA RAÍZ
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
Nº 00001/2024

Torna público que fará realizar através do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, sediada na Rua Bento José da Costa, S/N - Centro - Serra da Raiz - PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa especializada do ramo da construção civil, para executar os serviços de Reforma da Quadra Poliesportiva da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Nepomuceno de Oliveira. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 09 de Maio de 2024. Início da fase de lances: 09:01 horas do dia 09 de Maio de 2024. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 07:00 as 11:00 horas e de 13:00 as 16:00 dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: cplserradaraiz@gmail.com. Edital: www.serradaraiz.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Serra da Raiz - PB, 23 de Abril de 2024

IVANILDO BATISTA DA SILVA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEXEIRA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 001/2024

A CEAIA, torna público nos termos da lei, em comprovada a ocorrência de infração a dispositivos contratuais e a responsabilidade do Contratado perante as faltas apuradas no Processo Administrativo de Imposição de Penalidade, a DECISÃO pela aplicação das seguintes sanções: I) Suspensão temporária de licitar com o município de Teixeira/PB, pelo período de 01 (um) ano, conforme previsão no item 20.3.3 do edital, item 11.3.3 do Termo de Referência e da cláusula sétima do contrato; a empresa EQUIPSUL COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS A SAÚDE EIRELI, com CNPJ Nº 36.999.842/00001-46, oriundos do Pregão Eletrônico n° 047/2023, ante a recusa injustificada de assinatura do contrato, levando a Administração Pública a comprovar a impossibilidade da sua conclusão, causando prejuízos ao município, por infração a dispositivos legais assegurando-lhe o direito àrecorrer da decisão, no prazo de 05(cinco) dias úteis.

O recurso poderá ser apresentado em original na sede da prefeitura, localizada no Complexo Administrativo Serafim Pereira de Sousa, Rua José Ramalho Xavier, 86, Centro, Teixeira/PB, ou pelo e-mail teixeiracomissaodeapuracao@gmail.com, em todos os dias úteis de segundas às sextas-feiras, das 8h às 12h.

Teixeira/PB, 11 de Abril de 2024.

MICHAEL ALVES MENDES
PRESIDENTE DA CEAIA

Prefeitura Municipal de Várzea
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 013/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 022/2024

OBJETO: Contratação de Pessoa física ou Jurídica para prestação de serviços buffet completo e decoração, destinados a festa em comemoração ao dia das mães do Município de Várzea-PB.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 34.211,11 (Trinta e quatro mil, duzentos e onze reais e onze centavos)

DATA ENVIO DAS PROPOSTA DE PREÇOS:
INICIO EM: 25 de abril de 2024, às 8h
TÉRMINO EM: 30 de abril de 2024, às 8h
ABERTURA PROPOSTA DE PREÇOS: 30 de abril de 2024, às 8h:01 min
JULGAMENTO: MENOR PREÇO
PREFERENCIALMENTE/EPP/EQUIPARADAS: Ampla concorrência
Amparo Legal no Lei 14.133/2021, Art. 75, II
A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço eletrônico www.portaldecompraspublica.com.br

Várzea-PB, 23 de abril de 2024

JORGE DA SILVA ARAÚJO
Agente de Contratação/PMV

ASSOCIAÇÃO DOS CONDUTORES DE AMBULÂNCIA DO ESTADO DA PARAÍBA - ASCAMPB
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação dos Condutores de Ambulância do Estado da Paraíba – ASCAM/PB, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 48.039.529/0001-45, com sede à Rua Empresário João Rodrigues Alves, nº 125, sala 1103 A, Caixa Postal 036, Bancários, CEP 58051-022, João Pessoa, Paraíba, por meio de seu Segundo-Secretário, nos termos do Estatuto, CONVOCA os Condutores de Ambulância do Estado da Paraíba, para participar de ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a ser realizada na próxima terça-feira (30/04), às 14h00min, em primeira convocação, com a metade mais um dos associados e às 14h30min, em segunda convocação, com qualquer número de associados, na sede da Associação, para discussão e deliberação da seguinte pauta: 1-Informe gerais; 2- Eleição de novos integrantes da Diretoria, em razão de vacância, nos termos do art. 16 do Estatuto, 3 - Dentre outros de interesse da categoria. João Pessoa- PB, 23 de abril de 2024.

Luis Alberto de Farias Machado
Segundo-Secretário da ASCAM/PB

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA VIGILÂNCIA DO ESTADO DA PARAIBA – SEESVEP/SINDVIG – PB CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Entidade Supra, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Sociale Legislação Sindical vigente, vem através deste edital, convocarto dos os trabalhadores da empresa PLENITUDE SEGURANÇA PRIVADA, abrangidos pelo sindicato profissional, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a serem realizadas na cidade de João Pessoa – PB no dia30/04/2024, em 1º convocação as 10:00hs, com quórum estatutário, ou as 10:30hs, em 2º convocação, com qualquer numero de interessados presentes na sede da empresa situada a AvenidaSinésio Guimarães nº 375 Torre, João Pessoa - PB, sendo que em toda a assembleia onde será apreciada seguintes ordem do dia: A celebração de acordo coletivo para possibilitar a implantação da jornada de trabalho 12X36, bem, como para adequação e prorrogação da jornada de trabalho e intervalo intrajornada, pagamento dovale alimentação e obrigatoriedade do fornecimento do aviso prévio. João Pessoa - PB, 23 de abril de 2024. Roosevelt Batista de Carvalho Silva Junior Presidente.

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL
1º LEILÃO: 06/05/2024 ÀS 15:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)
2º LEILÃO: 16/05/2024 ÀS 15:01 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

Ana Claudia Camargo de Oliveira, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 1129, com escritório na Avenida Andrômeda, 885, salas 1401 e 1402, Edifício Brascan, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06473-000, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a PÚBLICO LEILÃO de modo ON-LINE EXTRAJUDICIAL, nos termos da forma da Lei n. 9.514, de 20 de novembro de 1997, artigo 27 e parágrafos, devidamente autorizada pelaVIRGO COMPANHA DE SECURITIZAÇÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.769.451/0001-08, nos termos do Instrumento Particular de Empréstimo com Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário e Outras Avenças,na forma do art. 38, da Lei 9.514, de 20 de novembro de 1997, firmado comadevedorafiducianteGybraiana Dias de França, inscritano CPF/MF sob o nº 055.470.734-90em PRIMEIRO LEILÃO:06/05/2024às 15:00 (horário de Brasília), oportunidade em que o bem será vendido pelo valor lance mínimo igual ou superior de R$239.000,00(duzentos e trinta e nove mil reais) correspondente ao valor de avaliação em 09/2021, não havendo licitantes, seguirá sem interrupção para o SEGUNDO LEILÃO: em 16/05/2024às 15:01(horário de Brasília), com encerramento em 03/06/2024 às 15:00(horário de Brasília), e lance mínimo de R$ 131.653,90 (cento e trinta e um mil, seiscentos e cinquenta e três reais e noventa centavos)(valores sujeitos a atualizações, conforme disposições contratuais), o imóvel constituído por: "Apartamento nº 101 – Térreo do Condomínio Residencial Poeta Adabel Rocha, nº 100, da Rua Ivanise Lopes Lordão, no bairro José Américo de Almeida, nesta capital, constituído de 01 (uma) sala de estar e jantar, circulação, 01 (um) quarto social, 01 (um) quarto suíte, 01 (um) WC social, 01 (um) WC suíte, 01 (uma) cozinha com área de serviço, 01 (uma) varanda, 01 (uma) área privativa externa com 72,9600m², e 01 (uma) vaga de garagem descoberta na área de uso comum com área de 11.5000m², tendo uma área de construção real privativa de 133,0300m², área de construção real de uso comum de 35,5344m², área de construção real global de 168,5644m², área equivalente de construção de 111,2442m², coeficiente de proporcionalidade de 0,1680, fração ideal do terreno de 66,5359m². Tendo como limites da área privativa: o apartamento nº 101, de quem olha da edificação para a rua, limitando-se no lado direito com o lote nº 0383, pelo lado esquerdo com o lote nº 359, nos fundos com o lote nº 118 e pela frente com o hall do pavimento térreo e o apartamento nº 102; Limites da vaga de garagem vinculada: a vaga de garagem do apto N. 101 localizada na área comum do pavimento térreo, de quem olha da edificação para a rua, limita-se pelo lado direito com o lote 0383, pelo lado esquerdo com a com a vaga do apto N. 102, nos fundos coma vaga do apto N. 301 e pela frente com a Rua Ivanise Lopes Lordão., assim descrito na MATRÍCULA Nº 190.778 DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE JOÃO PESSOA/PB." Imóvelocupado. Venda em caráter ad corpus, ou seja, no estado de conservação em que se encontra. Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar no portal www.atrioleiloes.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Pagamento à vista. Comissão devida à leiloeira: 5% (cinco por cento) do valor da arrematação. Observação: gravames e demais ônus e condições, veja a íntegra deste edital no siteswww.atrioleiloes.com.br. Informações pelo telefone (11) 97363-9856 ou e-mailcontato@atrioleiloes.com.br.

JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA
AVISODELICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 90009/2024- UASG90008

Nº Processo: 2104820244057400. Objeto: Formalização de Contrato de Concessão Administrativa não onerosa de espaço público para exploração de ativida de comercial de venda de refeições e lanches, cujas especificações, quantitativos e condições gerais se encontram detalhadas no PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOI). Total de Itens Licitados: 28. Edital: 24/04/2024 das 08h00 às12h00 e das12h01 às 17h59. Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, Pedro Gondim-João Pessoa/PBouhttps://www.gov.br/compras/edital/90008-5-90009-2024. Entregadas Propostas: apartir de 24/04/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Aberturadas Propostas: 09/05/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras.InformaçõesGerais:
E-mail:pregoeiro@jfpb.jus.br;Telefone:(83)3690-1000.

ADRIANA COSTA RAMOS CUNHA
Supervisora-assistente de Contratos (SIASGnet-23/04/2024)90008--

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS NO ESTADO DA PARAÍBA (SINDPSI-PB)
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Psicólogos no Estado da Paraíba (SINDPSI-PB), vem convocar todos os psicólogos da Paraíba a participarem da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que será realizada no dia 03/05/2024, às 19h00min em 1ª convocação, e às 19h30min em 2ª convocação, com qualquer número de participantes. A ASG será realizada através da plataforma Google Meet, cujo link de acesso deverá ser solicitado a partir das 00h00min do dia 29/04/2024 até as 12h00min do dia 03/05/2024, através do e-mail: sindpsiparaiba@gmail.com. A ASG irá deliberar sobre as seguintes ordens do dia: a) situação financeira do sindicato; b) definição do valor da contribuição associativa; c) filiação a FENAPSI; d) escolha do delegado para o congresso da FENAPSI.

João Pessoa-PB, 23 de abril de 2024.

José Rivandro Martins Mendonça
Presidente do SINDPSI-PB

A COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR - CEHAP-CNPJ/CPF Nº 09.111.618/0001-01, torna público que requereu a SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO – através do Proc. 2024-001923/TEC/LI-0144para a construção do Conjunto Habitacional, composto por 31 unidades, com sistema de esgotamento interligado a rede municipal e abastecimento de água interligado à rede da CAGEPA, no município de GURJÃO- PB.

A COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR - CEHAP-CNPJ/CPF Nº 09.111.618/0001-01, torna público que requereu a SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente, a LICENÇA DE INSTALAÇÃO – através do Proc. 2024-001925/TEC/LI-0145para a construção do Conjunto Habitacional, composto por 14 unidades, com sistema de esgotamento interligado a rede municipal e abastecimento de água interligado à rede da CAGEPA, no município de Cabaceiras- PB.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2024

Nº Processo: 399/2024. Objeto: Aquisição de equipamentos de refrigeração, tipo split, para serem instalados nos prédios pertencentes ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 23/04/2024 das 07h00 às 17h00. Endereço: Av. Corálio Soares de Oliveira, s/n – Centro - João Pessoa (PB) ou **https://www.gov.br/compras**. Entrega das Propostas: a partir de 23/04/2024 às 08h00 no site **www.gov.br/compras**. Abertura das Propostas: 08/05/2024 às 10h00 (horário de Brasília/DF) no site **www.gov.br/compras**. Informações Gerais: Conforme edital.

João Pessoa/PB, 22 de abril de 2024
Ronaldo Vieira de Aragão
Pregoeiro

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 03 de maio de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 07 de maio de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **somente ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Eficácia de Escritura Pública, Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº 0010117318, firmado em 11/11/2020, com os Fiduciantes **FRANCISCO CLAUDINO DO RÊGO NETO**, brasileiro, vendedor, portador do RG nº 3.238.942-SSP/PB, inscrito no CPF sob nº 073.782.964-81, e sua mulher **HORTÊNCYA DANIELLY RAMOS DE ARAÚJO**, brasileira, farmacêutica, portador do RG nº 3.285.121-SSP/PB, inscrita no CPF sob nº 073.348.304-66, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Campina Grande/PB, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 441.122,66 (quatrocentos e quarenta e um mil cento e vinte e dois reais e sessenta e seis centavos - atualizado conforme disposições contratuais)**, o imóvel constituído pela **Casa (Unidade) nº 26**, localizada no Condomínio Residencial Parkville, situado na Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 5.000, Lote 22 da Quadra 03, Serrotão, Campina Grande/PB. Área construída: 103,74m². Área do terreno: 160,00m², melhor descrito na matrícula nº 130.770 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Campina Grande/PB. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 280.657,13 (duzentos e oitenta mil seiscentos e cinquenta e sete reais e treze centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTE EDITAL NO SITE:** www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 21677).

Millennium Central Geradora Eólica S.A.

CNPJ/MF 07.321.412/0001-72

www.spicbrasil.com.br

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.698	22.699
Consumidores e concessionárias	5	4.065	3.452
Impostos a recuperar	6	990	1.374
Outros ativos circulantes	7	332	221
Total ativo circulante		**19.085**	**27.746**
Depósitos judiciais e vinculados	8	4.043	3.591
Direito de uso	10	1.123	1.539
Imobilizado	11	16.715	18.576
Intangível	12	25	83
Total ativo não circulante		**21.906**	**23.789**
Total dos ativos		**40.991**	**51.535**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	168	248
Empréstimos e financiamentos	14	2.649	2.470
Arrendamento	15	304	298
Impostos a recolher	6	220	393
Dividendos e JSCP	9	2.043	1.778
Total passivo circulante		**5.384**	**5.187**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	4.056	6.701
Arrendamento	15	1.061	1.465
Provisões	17	1.638	1.551
Impostos diferidos	22	5.260	5.102
Total passivo não circulante		**12.015**	**14.819**
Patrimônio Líquido	18		
Capital social		8.947	13.947
Reservas de lucro	18.1	14.645	17.582
Total patrimônio líquido		**23.592**	**31.529**
Total dos passivos e patrimônio líquido		**40.991**	**51.535**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**13.947**	**10.614**	**–**	**24.561**
Juros sobre o capital próprio	–	–	(1.665)	(1.665)
Lucro líquido do exercício	–	–	8.961	8.961
Destinação do resultado do exercício				
Constituição de reserva legal	–	448	(448)	–
Destinação de dividendos de 2022	–	–	(328)	(328)
Destinação para reserva de lucros	–	4.979	(4.979)	–
Destinação para reserva de incentivo fiscal	–	1.541	(1.541)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**13.947**	**17.582**	**–**	**31.529**
Redução de capital	(5.000)	–	–	(5.000)
Juros sobre o capital próprio	–	–	(1.137)	(1.137)
Lucro líquido do exercício	–	–	9.901	9.901
Destinação do resultado do exercício				
Dividendos de anos anteriores conforme AGOE de 07 de agosto de 2023	–	(10.624)	–	(10.624)
Destinação de dividendos de 2023	–	–	(1.077)	(1.077)
Destinação para reserva de lucros	–	5.960	(5.960)	–
Destinação para reserva de incentivo fiscal	–	1.727	(1.727)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**8.947**	**14.645**	**–**	**23.592**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto resultado por ação)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	18	18.450	16.991
Custo de operação	20	(5.774)	(5.627)
Lucro bruto		**12.676**	**11.364**
Administrativas e gerais	20	(3.377)	(2.535)
Lucro antes do resultado financeiro		**9.299**	**8.829**
Resultado financeiro líquido	21		
Receitas financeiras		3.317	2.547
Despesas financeiras		(874)	(1.063)
		2.443	**1.484**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**11.742**	**10.313**
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(1.684)	(976)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(157)	(376)
Lucro líquido do exercício		**9.901**	**8.961**
Lucro por ação	18.2		
Quantidade de ações		13.530.333	13.947.531
Lucro líquido por ação, básico e diluído		0,7318	0,6425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	9.901	8.961
Resultado abrangente total do exercício	**9.901**	**8.961**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		11.742	10.313
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações	20	2.564	2.601
Amortização de juros capitalizados	14	22	27
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos	20	4	–
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	14	634	835
Arrendamentos e aluguéis - AVP	15	140	162
Provisão para descomissionamento	17.2	87	64
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	8	(509)	(432)
		14.684	13.570
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Consumidores e concessionárias	5	(613)	894
Impostos e contribuições sociais compensáveis	6	384	(349)
Impostos recuperáveis na aquisição de ativos imobilizados	6	(167)	(167)
Cauções e depósitos vinculados	8	57	41
Outros ativos operacionais		(115)	476
		(454)	895
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores	13	(80)	(290)
Impostos e contribuições sociais	6	(843)	(308)
Partes relacionadas		–	(173)
		(923)	(771)
Caixa proveniente das atividades operacionais		**13.307**	**13.694**
Imposto de renda e contribuição social pagos	6	(1.183)	(771)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**12.124**	**12.923**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível	11,12	(151)	(43)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		**(151)**	**(43)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento (redução) de capital líquido do custo de emissão	18	(5.000)	–
Dividendos Adicionais	18.1	(10.625)	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	9	(1.778)	(1.531)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	14	(2.486)	(2.511)
Pagamentos de encargos de dívidas	14	(636)	(911)
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis	15	(449)	(469)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		**(20.974)**	**(5.422)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(9.001)**	**7.458**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		13.698	22.699
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		22.699	15.241
		(9.001)	**7.458**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	31/12/2023	31/12/2022
Geração do valor adicionado	**20.331**	**18.723**
Receita operacional bruta	20.331	18.723
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(4.874)**	**(4.194)**
Materiais	(41)	(72)
Serviços de terceiros	(3.439)	(3.131)
Outros custos operacionais	(1.394)	(991)
Seguros	(103)	(81)
Outras despesas	(1.291)	(910)
Valor adicionado bruto	**15.457**	**14.529**
Retenções	**(2.822)**	**(2.869)**
Depreciações e amortizações	(2.822)	(2.869)
Valor adicionado líquido produzido	**12.635**	**11.660**
Valor adicionado recebido em transferência	**3.596**	**2.718**
Receitas financeiras	3.596	2.718
Valor adicionado total a distribuir	**16.231**	**14.378**
Distribuição do valor adicionado	**16.231**	**14.378**
Pessoal	1.482	1.159
Remuneração direta	1.095	890
Benefícios	248	206
FGTS	139	63
Impostos, taxas e contribuições	3.709	3.065
Federais	3.705	3.060
Estaduais	4	5
Remuneração de capitais de terceiros	1.139	1.193
Juros	985	1.108
Aluguéis	154	85
Remuneração de capitais próprio	9.901	8.961
Juros sobre capital próprio	1.137	1.665
Dividendos	1.077	328
Lucro a distribuir	7.687	6.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Millennium Central Geradora Eólica S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em abril de 2005, com sede em Mataraca, no Estado da Paraíba. A controladora direta da Companhia é a Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e em última instância pela State Power Investment Corporation China. A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir de geradores eólicos, cuja capacidade instalada atual é de 10,2 MW, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, a implantação, a montagem e a comercialização de energia, com o objetivo de atender ao disposto no contrato de compra e venda de energia CT - PROINFA/EÓLICA - 023/2004 homologado pela Resolução RES nº 009/2005, de 13 de janeiro de 2005, firmado com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, por um prazo de 20 anos a partir de 31 de outubro de 2007. O registro na ANEEL se deu por meio da Resolução Autorizativa nº 13/2004, publicado no Diário Oficial em 22 de janeiro de 2004, sendo que suas operações tiveram início em 28 de novembro de 2007. O prazo de duração da autorização é de 30 anos. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** Em 28 de março de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **2.1 Declarações de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS® "), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 2.4. **2.2 Moeda funcional:** As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Bases de preparação e apresentação:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. **2.4 Uso de estimativa e julgamento:** Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseia em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia revisa as estimativas e premissas para a elaboração das Demonstrações Contábeis. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota explicativa 22); Avaliação da vida útil do Direito de uso, do Imobilizado e do Intangível (Notas explicativas 10, 11 e 12); Provisões (Nota explicativa 17). **2.5 Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **3. Políticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa. A Companhia classifica os juros pagos nas operações de empréstimos, financiamentos em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, as operações de financiamentos contratadas como estratégia de composição da estrutura de capital da empresa, sendo está uma estratégia financeira e não operacional.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixas e Bancos	1.444	332
Aplicações financeiras de curto prazo	12.254	22.367
	13.698	**22.699**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados à taxa média 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Referem-se à venda de energia, conforme contratos de compra e venda de energia firmados entre a Companhia e a Eletrobras pelo prazo de 20 anos. Em 31 dezembro de 2023, a Administração da Companhia considerou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para créditos de liquidação duvidosa, visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e a Companhia não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

	Valores Correntes – Corrente a Vencer – Até 60 dias	Mais de 60 dias	Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	2.600	1.465	4.065	3.452
Total Circulante	**2.600**	**1.465**	**4.065**	**3.452**

Os valores referem-se ao contrato de compra e venda de energia CT - PROINFA/EÓLICA - 023/2004 homologado pela Resolução RES nº 009/2005, de 13 de janeiro de 2005, firmado com a Eletrobras. Não há saldos vencidos, o risco de perdas não é significativo, não existe histórico de perda desses recebíveis e, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6. Imposto a recuperar e recolher:

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Ativo - a recuperar							
IR e CS	–	1.183	–	–	457	(1.640)	–
PIS e COFINS	–	305	–	–	(305)	–	–
IRRF sobre aplicação financeira	556	638	–	–	(347)	(141)	706
Outros	818	493	53	–	(1.217)	138	285
Total	1.374	2.618	53	–	(1.412)	(1.643)	990
Circulante	1.374						990
Total	1.374						990
Passivo - a recolher							
IR e CS	–	1.684	–	–	–	(1.643)	41
PIS e COFINS	115	971	–	–	(976)	–	110
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	278	237	–	(9)	(437)	–	69
Outros	–	(4)	–	4	–	–	–
Total	393	2.887	–	(5)	(1.413)	(1.643)	220
Circulante	393						220
Total	393						220

7. Outros ativos:

	31/12/2023 Circulante	31/12/2022 Circulante
Adiantamentos a fornecedores	29	4
Estoque	170	122
Outros	133	95
Total	**332**	**221**

8. Depósitos vinculados:

	Não Circulante 31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais	92	73
Banco Nordeste do Brasil S/A (i)	3.951	3.518
Total	**4.043**	**3.591**

(i) Os depósitos vinculados no montante de R$3.951 em 31 de dezembro de 2023 (R$3.518 em 2022) referem-se integralmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados à taxa média de 99% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI). Essa aplicação financeira será mantida pela Companhia até a data de seu vencimento em 1º de maio de 2026 como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil S.A. mencionado na Nota Explicativa 14.

9. Transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas:

	Natureza	2023	2022
Balanço patrimonial			
Ativo			
Passivo			
Pacific Hydro Energia do Brasil (a)	JSCP	966	1.415
Pacific Hydro Energia do Brasil (a)	Dividendos	1.077	363
Total passivo		**2.043**	**1.778**
Resultado do exercício			
Pacific Hydro Energia do Brasil (b)	Custos compartilhados	(3.377)	(2.535)
Total Resultado		**(3.377)**	**(2.535)**

(a) Distribuição de lucros por meio de juros sobre capital próprio e dividendos para a controladora direta Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. (b) Referem-se a reembolso de despesas administrativas: viagem, hospedagem e com mão de obra especializada de técnicos e representantes referentes a serviços prestados. Esta abertura está apresentada na nota explicativa 20. Durante o ano de 2023, a remuneração dos Diretores Executivos foi de R$ 403 (R$87 em 2022). Não houve transações de compras e vendas entre as partes relacionadas durante os exercícios de 2023 e 2022. **10. Direito de uso:** Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. A taxa de depreciação foi calculada com base no tempo de contrato do ativo principal e os valores são depreciados linearmente até o final da autorização. O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica: • Terrenos: referem-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque eólico da Companhia.

a. Composição do ativo de direito de uso:

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso							
Atividades não vinculadas à concessão							
Arrendamento de terras	13,55%	2.539	(1.416)	1.123	2.628	(1.089)	1.539
		2.539	(1.416)	1.123	2.628	(1.089)	1.539
Total direito de uso		**2.539**	**(1.416)**	**1.123**	**2.628**	**(1.089)**	**1.539**

b. Movimentação do ativo de direito de uso:

	Valor líquido em 31/12/2022	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2023
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de terras	1.539	(89)	(327)	1.123
Total Ativos de direito de uso	**1.539**	**(89)**	**(327)**	**1.123**

	Valor líquido em 31/12/2021	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2022
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de terras	1.657	232	(350)	1.539
Total Ativos de direito de uso	**1.657**	**232**	**(350)**	**1.539**

11. Imobilizado: Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear e limitada ao prazo remanescente da autorização da Companhia ou ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, dos dois o menor. As vidas úteis estimadas estão a seguir apresentadas:

Máquinas e equipamentos	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Construções	10 a 30 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 dezembro de 2023, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

a. Composição do Imobilizado:

Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2023 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2022 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,11%	4.463	(3.029)	1.434	4,11%	4.439	(2.838)	1.601
Máquinas e equipamentos	6,21%	44.499	(29.747)	14.752	6,05%	44.398	(27.937)	16.461
Veículos	20,00%	157	(157)	–	20,00%	157	(157)	–
Móveis e utensílios	10,44%	13	(12)	1	10,40%	13	(10)	3
Descomissionamento	10,17%	956	(584)	372	11,11%	956	(487)	469
		50.088	(33.529)	16.559		49.963	(31.429)	18.534
Total do imobilizado em serviço		50.088	(33.529)	16.559		49.963	(31.429)	18.534
Imobilizado em curso								
Atividades não vinculadas à concessão		156	–	156		42	–	42
Total do imobilizado em curso		156	–	156		42	–	42
Total do Imobilizado		50.244	(33.529)	16.715		50.005	(31.429)	18.576

b. Movimentação do Imobilizado:

	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Depreciações	Baixas	Outros - Transf. para reparo	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2023
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.601	–	(191)	–	–	24	1.434
Máquinas e equipamentos	16.461	37	(1.889)	(4)	4	143	14.752
Móveis e utensílios	3	–	(2)	–	–	–	1
Descomissionamento	469	–	(97)	–	–	–	372
Total do imobilizado em serviço	**18.534**	**37**	**(2.179)**	**(4)**	**4**	**167**	**16.559**
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	42	114	–	–	–	–	156
Total do imobilizado em curso	**54**	**114**	**–**	**–**	**–**	**–**	**156**
Total do imobilizado	**18.576**	**151**	**(2.179)**	**(4)**	**4**	**167**	**16.715**

	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Depreciações	Baixas	Outros - Transf. para reparo	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2022
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.770	–	(191)	–	–	23	1.602
Máquinas e equipamentos	18.174	25	(1.892)	–	–	142	16.449
Veículos	10	–	(10)	–	–	–	–
Móveis e utensílios	5	–	(2)	(1)	–	–	2
Descomissionamento	566	–	(97)	–	–	–	469
Total do imobilizado em serviço	**20.525**	**25**	**(2.192)**	**(1)**	**–**	**165**	**18.522**
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	24	18	–	–	12	–	54
Total do imobilizado em curso	**24**	**18**	**–**	**–**	**12**	**–**	**54**
Total do imobilizado	**20.549**	**43**	**(2.192)**	**(1)**	**12**	**165**	**18.576**

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **12. Intangível:** Os softwares, estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou nos seus contratos comerciais, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Em 31 de dezembro de 2023, a administração da Companhia através de teste de impairment, identificou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para desvalorização de seus ativos intangíveis. a. Composição do intangível:

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2023 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2022 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Software	20,00%	378	(353)	25	378	(295)	83
Total intangível		**378**	**(353)**	**25**	**378**	**(295)**	**83**

b. Movimentação do intangível:

	Valor líquido em 31/12/2022	Amortização	Valor líquido em 31/12/2023
Intangível em serviço			
Software	83	(58)	25
	83	**(58)**	**25**

	Valor líquido em 31/12/2021	Amortização	Valor líquido em 31/12/2022
Intangível em serviço			
Software	143	(60)	83
	143	**(60)**	**83**

13. Fornecedores:

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e Serviços	168	248
	168	**248**

14. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. a. Composição dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2023 Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total	31/12/2022 Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total
Moeda nacional								
Banco Nordeste do Brasil S.A.	3	2.646	4.056	6.705	5	2.465	6.701	9.171
Total de dívidas	**3**	**2.646**	**4.056**	**6.705**	**5**	**2.465**	**6.701**	**9.171**

Contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste S/A (BNB), ocorrido em 29 de julho de 2007, no valor de R$ 32.679 com taxa fixa de 12,5% que com desconto de adimplência tem porcentagem reduzida para a taxa fixa de 9.5% a.a., com vencimento previsto em 29 de maio de 2026. b. A movimentação dos empréstimos, financiamentos é demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	2.486	(2.486)	–	2.661	–	2.661
Juros	5	(636)	634	–	–	3
Custo de transação	(21)	–	–	(16)	22	(15)
	2.470	**(3.122)**	**634**	**2.645**	**22**	**2.649**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	6.726	–	–	(2.661)	–	4.065
Custo de transação	(25)	–	–	16	–	(9)
	6.701	**–**	**–**	**(2.645)**	**–**	**4.056**

	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	2.510	(2.511)	–	2.487	–	2.486
Juros	81	(911)	835	–	–	5
Custo de transação	(26)	–	–	(22)	27	(21)
	2.565	**(3.422)**	**835**	**2.465**	**27**	**2.470**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	9.213	–	–	(2.487)	–	6.726
Custo de transação	(47)	–	–	22	–	(25)
	9.166	**–**	**–**	**(2.465)**	**–**	**6.701**

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Vencimento	Nacional	Total
Circulante		
2024	2.649	2.649
	2.649	**2.649**
Não Circulante		
2025	2.838	2.838
2026	1.218	1.218
	4.056	**4.056**
Total	**6.705**	**6.705**

As garantias concedidas pela Companhia para obtenção do referido empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram: • Fiança de acionista; • Cessão dos recebíveis da Eletrobras; • Conta reserva - Nota Explicativa 8; • Penhor de ações; • Propriedade fiduciária de máquinas e equipamentos; • Penhor de direitos emergentes das autorizações da ANEEL. Adicionalmente, a distribuição do resultado do exercício não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB. Esse contrato de empréstimos não possui cláusulas restritivas ("covenants"). **15. Arrendamentos:** A Companhia realiza a avaliação, na data de início de cada contrato, se esse contrato apresenta características de arrendamento (Baseado no CPC 06) e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de valor individual menor que US$ 5.000. Direito de uso de arrendamentos: Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento. Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é de fácil determinação. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento. Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme nota explicativa 10 e demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2022	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Arrendamentos de terra	2.177	–	–	(449)	1.728
(–) Ajuste a valor presente	(414)	(89)	140	–	(363)
Total	**1.763**	**(89)**	**140**	**(449)**	**1.365**
Circulante	298				304
Não Circulante	1.465				1.061
Total	**1.763**				**1.365**

	Saldo em 31/12/2021	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Arrendamentos de terra	2.366	279	–	(469)	2.177
(–) Ajuste a valor presente	(528)	(48)	162	–	(414)
Total	**1.838**	**231**	**162**	**(469)**	**1.763**
Circulante	246				298
Não Circulante	1.592				1.465
Total	**1.838**				**1.763**

16. Encargos setoriais: Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	–	38	(38)	–
	–	**38**	**(38)**	**–**

17. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **17.1 Provisões para contingências: 17.1.1 Risco provável:** A Companhia avaliou e não possui riscos de contingências prováveis para os exercícios de 2023 e 2022.

17.1.2 Risco possível:

	Possível 31/12/2023	31/12/2022
Fiscais	3.274	2.726
	3.274	**2.726**

Ação Anulatória (Taxa) - 0801373-93.2021.8.15.0231: Trata-se de ação anulatória de débito tributário com declaração de inexistência de relação jurídica tributária com pedido de liminar ajuizada pela Companhia (empresas Vale dos Ventos e Millenium) contra o Município de Mataraca para efeito de declarar nula a cobrança de taxa de fiscalização, bem como para solicitar o reembolso dos valores pagos a este título no ano 2019. O passivo envolvido para a Companhia (valor atualizado) é de R$ 82K. **Impugnação de Lançamento - 14751.720226/2013-75:** Trata-se de Auto de Infração decorrente do Termo de Verificação 0430100.2013.00023, que entendeu pela indedutibilidade de despesas financeiras decorrentes de empréstimo, para cálculo do IRPJ e CSLL no ano de 2009. Conforme pacífica jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, só haveria indedutibilidade se o empréstimo fosse pactuado a taxas menores do que aquelas vigentes no financiamento obtido. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário perante o CARF. O escritório contratado pela empresa para conduzir o caso entende que o risco de perda é possível, pois há possibilidade de manutenção da decisão inicial de rejeição da impugnação pelo CARF, ainda que a empresa tenha precedentes favoráveis à sua tese. Se mantido o lançamento pela esfera administrativa, será necessário ajuizar processo judicial. O passivo envolvido para a Companhia é de R$ 3.192M. **17.2 Provisão para descomissionamento:** Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento. O saldo em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$1.638 (R$1.551 em 2022), refere-se à provisão para descomissionamento do parque eólico em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa 11). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos (Nota explicativa 15). O cálculo do valor da provisão para descomissionamento foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até o fim da vida útil do parque eólico. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente da provisão foi a taxa SELIC esperada pelo mercado na data-base da avaliação.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para descomissionamento	1.638	1.551
	1.638	**1.551**

18. Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia é de R$ 8.947, representado por 8.947.531 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era de R$13.947, representado por 13.947.531 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, em 08 de novembro de 2023 houve uma redução de capital na importância de R$ 5.000. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e são destinados sucessivamente e na seguinte ordem: (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social; (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos reduzido do incentivo fiscal e dos juros sobre capital próprio-JSCP líquido de impostos. (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

	2023	2022
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	9.901	8.961
Constituição de reserva legal - 5%	–	(448)
Reserva de incentivo fiscal (a)	(1.727)	(1.541)
Dividendos intermediários - JSCP	(1.137)	(1.664)
	7.037	**5.308**
Destinação do lucro:		
Dividendos	1.077	328
Reserva de lucros	5.960	4.980
	7.037	**5.308**

(a) Refere-se a benefício fiscal homologado pela SUDENE para redução de imposto de renda de acordo com as regras para o lucro da exploração.

18.1 Reservas de lucro:	31/12/2023	31/12/2022
Reservas de lucro		
Reserva legal (i)	1.791	2.010
Reserva de incentivo fiscal	6.894	5.167
Reserva de retenção de Lucros (ii)	5.960	10.405
	14.645	**17.582**

(i) Em decorrência da redução de capital social ocorrida conforme AGE de 21 de julho de 2023 a reserva legal foi distribuída manter o limite de 20% de reserva legal sobre o Capital social. (ii) O lucro não distribuído do exercício de 2023 foi alocado em reserva de retenção de lucros até que sejam aprovados os dividendos adicionais na Companhia. **18.2 Resultado por ação:** O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes. Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis. O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumentos potenciais diluidores do resultado por ação. A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	9.901	8.961
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações (média ponderada)	15.530	13.948
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R$)	0,7318	0,6425

19. Receita operacional líquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre vendas.

	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	20.331	18.723
Receita operacional bruta	**20.331**	**18.723**
(–) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(1.881)	(1.732)
Total deduções da receita operacional	**(1.881)**	**(1.732)**
Receita operacional líquida	**18.450**	**16.991**

20. Nota de gastos:

	2023 De operação	Gerais e Adm.	Total	2022 De operação	Gerais e Adm.	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição (a)	770	–	770	843	–	843
Pessoal e Administradores (a)	–	1.702	1.702	–	1.368	1.368
Material	21	20	41	52	20	72
Serviços de terceiros (a)	2.387	818	3.205	2.181	702	2.883
Serviços de auditoria	46	–	46	38	–	38
Depreciação	2.178	–	2.178	2.192	202	2.394
Amortização	386	–	386	409	38	447
Aluguéis e arrendamentos	–	154	154	–	85	85
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	4	–	4	–	–	–
Outras (b)	(18)	683	665	(88)	120	32
Total	**5.774**	**3.377**	**9.151**	**5.627**	**2.535**	**8.162**

(a) Os gastos administrativos referem-se ao compartilhamento de custo entre a Companhia e sua Controladora. (b) Despesas de créditos de PIS/COFINS diferidos sobre Ativo imobilizado constituídos na adoção inicial do CPC.

continua→★

→★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Millennium Central Geradora Eólica S.A.

21. Resultado financeiro:	**2023**	**2022**
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras	3.428	2.520
Descontos Obtidos	–	15
Variação monetária	56	137
(–) Tributos sobre Receitas financeiras	(167)	(125)
Receitas financeiras total	**3.317**	**2.547**
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(634)	(835)
AVP - Ajuste a valor presente	(140)	(162)
Provisão para descomissionamento	(87)	(64)
Variação monetária	(11)	–
Outras despesas financeiras	(2)	(2)
Despesas financeiras total	**(874)**	**(1.063)**
Total resultado financeiro	**2.443**	**1.484**

22. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na alíquota de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: A Interpretação do ICPC 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis à diferença entre a taxa de depreciação utilizada pela Companhia para fins fiscais e para fins contábeis. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	2023	**2022**
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	**1.841**	**1.352**
IRPJ - Corrente	774	298
CSLL - Corrente	909	679
IRPJ - Diferido	115	276
CSLL - Diferido	42	99
	1.841	**1.352**

Composição da alíquota efetiva:	**IRPJ/CSLL**	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	11.742	10.313
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(3.992)	(3.506)
JSCP	381	566
Exclusões Permanentes		
SELIC sobre créditos fiscais	19	–
Adições temporárias		
Depreciação	(613)	(613)
Descomissionamento	(63)	(54)
Outras provisões	42	(42)
CPC 06	(6)	(15)
Compensação de Prejuizo Fiscais	797	1.099
Lucro da Exploração	1.727	1.541
Adicional (10%)	24	24
IRPJ e CSLL de exercícios Anteriores	–	24
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.684)	(976)
Alíquota efetiva	-14,34%	-9,46%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Ativo Não Circulante		**Passivo Não Circulante**		**Resultado**	
Natureza dos Cálculos	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**2023**	**2022**
Prejuízos Fiscais	–	586	–	–	(586)	(809)
Base negativa da contribuição social	–	211	–	–	(211)	(291)
	–	797	–	–	(797)	(1.100)
Diferenças Temporárias					–	–
Adições temporárias						
Arrendamentos de terras	82	76	–	–	6	15
Descomissionamento	372	310	–	–	62	55
Depreciação	–	–	5.714	6.326	613	613
Outros	–	41	–	–	(41)	41
Total Diferenças Temporárias	454	427	5.714	6.326	640	724
Total bruto	454	1.224	5.714	6.326	(157)	(376)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(454)	(1.224)	(454)	(1.224)		
Total	–	–	5.260	5.102		

23. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de taxa de juros; • Risco operacional; • Risco de liquidez. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações. a) Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima era de R$4.065 (R$3.452 em 2022) referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de seu conta a receber é baixo, não sendo identificada históricos de perdas. b) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos. A Companhia possui financiamento de longo prazo a índice atrelado a FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste). c) Risco operacional: Risco quanto à escassez de ventos por período prolongado, podendo acarretar perdas. d) Risco de liquidez: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2023				**31/12/2022**
Passivos Financeiros	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Total**	**Total**
Fornecedores	168	–	–	168	248
Empréstimos e financiamentos	–	2.649	4.056	6.705	9.171
Arrendamentos e aluguéis	73	230	1.062	1.365	1.763
Total	**241**	**2.879**	**5.118**	**8.238**	**11.182**

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2023		**31/12/2022**		
Ativos financeiros	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Categoria**
Caixa e equivalentes de caixa	13.698	13.698	22.699	22.699	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4.065	4.065	3.452	3.452	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	332	332	221	221	Custo amortizado
Depósitos judiciais e cauções	4.043	4.043	3.591	3.591	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	6.705	6.705	9.171	9.171	Custo amortizado
Arrendamentos e aluguéis	1.365	1.365	1.763	1.763	Custo amortizado
Fornecedores	168	168	248	248	Custo amortizado

Hierarquia de valor justo: A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa e Depósitos judiciais e cauções, conforme tabela acima. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos • Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Classificação e mensuração: O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados. O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como valor justo por meio do resultado. Redução ao valor recuperável: O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não há históricos de perda. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Outros riscos considerados relevantes: *a) Risco regulatório:* As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo. *b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:* Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. c) *Mudanças climáticas:* Os parques eólicos do Grupo, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo. Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. O Grupo monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura. **24. Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém seguros para Responsabilidade Civil Geral (RCG) no montante de R$30.000 com período de vigência de 30/11/2023 a 30/05/2025, D&O ('Directors and Officer') no montante de R$120.000 (limite compartilhado com outras empresas do grupo SPIC) com período de vigência de 08/11/2023 a 08/11/2024, Riscos Operacionais com limite máximo de indenização de R$ 221.756 com período de vigência de 30/11/2023 a 30/11/2024. Os seguros contratados englobam a controladora da Companhia, Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e suas controladas.

Diretoria

Adriana Waltrick - Diretora Geral
Paulo Dutra - Diretor Financeiro
Valéria Lopes de Souza - Contadora - CRC-1SP145065/O-9 S-PB

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Acionistas **Millennium Central Geradora Eólica S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Millennium Central Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador - CRC 1BA029904/O-5